

**PROGRAMA OPERACIONAL DE
COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA**

ESPAÇO ATLÂNTICO

**COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL
2007-2013**

ÍNDICE

ACRÓNIMOS UTILIZADOS NESTE DOCUMENTO	5
I.A. COOPERAÇÃO NO ESPAÇO ATLÂNTICO.....	6
I.B. GÉNESE DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	7
II.A. ÁREA DE COOPERAÇÃO.....	9
II.A.1. REGIÕES ELEGÍVEIS	10
II.A.2. FACTOS PRINCIPAIS	11
II.B. SITUAÇÃO EXISTENTE E TENDÊNCIAS	11
II.B.1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	12
II.B.1.a. Fortes disparidades entre as regiões	12
II.B.1.b. A economia do conhecimento no Espaço Atlântico	13
II.B.2. AMBIENTE E PATRIMÓNIO MARÍTIMO	15
II.B.2.a. A litoralização da urbanização.....	15
II.B.2.b. O impacto ambiental da agricultura.....	16
II.B.2.c. Os riscos naturais e tecnológicos.....	16
II.B.2.d. O património marítimo	17
II.B.3. ACESSIBILIDADE E TRANSPORTES	19
II.B.3.a. Os transportes terrestres.....	19
II.B.3.b. Os transportes aéreos	20
II.B.3.c. Os transportes marítimos	20
II.B.3.d. O acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC)	21
II.B.4. ESTRUTURA TERRITORIAL.....	22
II.B.4.a. Análise da estrutura territorial.....	22
II.B.4.b. O potencial das redes de cooperação.....	23
II.C. COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL NO ESPAÇO ATLÂNTICO	23
II.C.1. MEIOS FINANCEIROS E HUMANOS EM AUMENTO CRESCENTE	23
II.C.2. CONQUISTAS E PERTINÊNCIA DA COOPERAÇÃO “ESPAÇO ATLÂNTICO” PARA O NOVO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO.....	24
II.C.3. PROGRESSOS ESPERADOS DA COOPERAÇÃO.....	25
II.C.3.a. Projectos mais ambiciosos e operacionais	25
II.C.3.b. Acompanhamento coerente e a longo prazo dos progressos realizados	26
II.C.3.c. Diversificação dos intervenientes e clarificação dos respectivos papéis	27
II.D. FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES, AMEAÇAS.....	28
II.E. DESAFIOS	31
II.E.1. O DESENVOLVIMENTO COESO DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO	31
II.E.2. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MARÍTIMO ATLÂNTICO.....	32
II.E.3. DESENVOLVIMENTO POLICÊNTRICO E EQUILIBRADO.....	32
II.E.4. COOPERAÇÃO MAIS AMBICIOSA	33
III.A. PORQUÊ COOPERAR?.....	34
III.B. OBJECTIVO PRINCIPAL DO PROGRAMA	35
III.C. COMO TORNAR A COOPERAÇÃO MAIS FORTE?	35
III.C.1. A “PERPETUAÇÃO ABERTA” DE ESTRUTURAS DE COOPERAÇÃO	35
III.C.2. RESULTADOS TANGÍVEIS DO PROJECTO: COOPERAÇÃO MAIS INTENSA	36
III.D. PRIORIDADES.....	37
III.E. PORQUÊ ESTAS PRIORIDADES?	38
III.E.1. ASSUMIR OS DESAFIOS.....	38
III.E.2. COMPATIBILIDADE COM AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS COMUNITÁRIAS	40
III.E.3. COMPATIBILIDADE COM OS QUADROS DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL.....	41
III.E.4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO <i>EX-ANTE</i>	42
III.E.4.a. Questões-chave de avaliação	42

III.E.4.b.	Relevância.....	43
III.E.4.c.	Coerência Interna.....	43
III.E.4.d.	Coerência Externa.....	44
III.E.4.e.	Sistema de indicadores.....	44
III.E.4.f.	Sistemas de implementação e gestão.....	44
III.E.4.g.	Conclusões da avaliação ex-ante.....	45
III.E.5.	SUMÁRIO DO RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL.....	46
III.E.5.a.	Introdução.....	46
III.E.5.b.	Situação actual do ambiente no Espaço Atlântico.....	46
III.E.5.c.	Quadro da política ambiental.....	47
III.E.5.d.	Avaliação Ambiental do Programa do Espaço Atlântico.....	47
III.E.5.e.	Conclusões da avaliação ambiental.....	49
III.E.5.f.	Sugestões sobre o projecto de selecção e o procedimento de acompanhamento.....	49
III.E.5.g.	Procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica.....	51
III.E.6.	CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 16.º E 17.º DO REGULAMENTO GERAL 1083/2006 ..	53
IV.A.	PRIORIDADE 1: PROMOVER REDES TRANSNACIONAIS DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	54
IV.A.1.	PRIORIDADE 1 E OS SEUS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	55
IV.A.2.	CAMPO DE ACÇÃO DA PRIORIDADE 1.....	55
IV.A.2.a.	Objectivo 1.1. - Desenvolver a transferência do conhecimento entre empresas e centros de investigação.....	56
IV.A.2.b.	Objectivo 1.2. Reforçar a competitividade e a capacidade de inovação nos nichos de excelência da economia marítima.....	57
IV.A.2.c.	Objectivo 1.3. Estimular a reconversão económica e a diversificação valorizando o potencial endógeno das regiões.....	58
IV.B.	PRIORIDADE 2: PROTEGER, ASSEGURAR E VALORIZAR DE FORMA SUSTENTÁVEL O AMBIENTE MARINHO E COSTEIRO	58
IV.B.1.	PRIORIDADE 2 E OS SEUS OBJECTIVOS.....	59
IV.B.2.	CAMPO DE ACÇÃO DA PRIORIDADE 2.....	59
IV.B.2.a.	Objectivo 2.1. - Reforçar a segurança marítima.....	59
IV.B.2.b.	Objectivo 2.2. - Gerir de forma sustentável e proteger os recursos dos espaços marinhos.....	60
IV.B.2.c.	Objectivo 2.3. - Explorar o potencial de energia renovável do ambiente marinho e costeiro.....	61
IV.B.2.d.	Objectivo 2.4. - Proteger e valorizar espaços naturais, os recursos hídricos e as zonas costeiras.....	62
IV.C.	PRIORIDADE 3: MELHORAR A ACESSIBILIDADE E AS LIGAÇÕES INTERNAS	63
IV.C.1.	PRIORIDADE 3 E OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	63
IV.C.2.	CAMPO DE ACÇÃO DA PRIORIDADE 3.....	63
IV.C.2.a.	Objectivo 3.1. - Promover a interoperabilidade e continuidade das redes de transporte existentes e a intermodalidade entre transportes marítimos/rodoviários/ferroviários/aéreos.....	64
IV.C.2.b.	Objectivo 3.2. - Promover a cabotagem marítima e a cooperação entre os portos.....	65
IV.D.	PRIORIDADE 4: VALORIZAR AS SINERGIAS TRANSNACIONAIS EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL SUSTENTÁVEL	66
IV.D.1.	PRIORIDADE 4 E OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	66
IV.D.2.	CAMPO DE ACÇÃO DA PRIORIDADE 4.....	67
IV.D.2.a.	Objectivo 4.1. - Pôr em comum recursos e competências no domínio do desenvolvimento urbano e rural sustentável.....	67
IV.D.2.b.	Objectivo 4.2. - Aumentar a radiação das cidades e das regiões promovendo a respectiva conexão em rede.....	68
IV.D.2.c.	Objectivo 4.3. - Conservar e valorizar o património cultural atlântico de interesse transnacional.....	68

IV.E.	COMPLEMENTARIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E OUTROS PROGRAMAS/ACÇÕES FINANCIADOS PELA UE	69
IV.F.	COORDENAÇÃO DO PROJECTO E AGRUPAMENTO TEMÁTICO	72
IV.G.	QUADROS ESTRATÉGICOS	72
IV.H.	QUANTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PROGRAMA	73
V.A.	ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS POR ANO	75
V.B.	ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS POR PRIORIDADE	75
V.C.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	77
VI.A.	ESTRUTURA DE GESTÃO	78
VI.A.1.	COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	79
VI.A.1.a.	<i>Composição e funcionamento do Comité de Acompanhamento</i>	79
VI.A.1.b.	<i>Competências do Comité de Acompanhamento</i>	79
VI.A.2.	AUTORIDADE DE GESTÃO	81
VI.A.3.	AUTORIDADE DE CERTIFICAÇÃO	83
VI.A.4.	AUTORIDADE DE AUDITORIA	85
VI.A.5.	SECRETARIADO TÉCNICO CONJUNTO	87
VI.A.5.a.	<i>Equipa e funcionamento do STC</i>	87
VI.A.5.b.	<i>Tarefas e responsabilidades do STC</i>	88
VI.A.6.	CORRESPONDENTES NACIONAIS	88
VI.B.	PROJECTOS: DA GERAÇÃO À SELECÇÃO	89
VI.B.1.	GERAÇÃO DOS PROJECTOS	89
VI.B.2.	APRESENTAÇÃO DE PROJECTOS	90
VI.B.2.a.	<i>As parcerias dos projectos</i>	90
VI.B.2.b.	<i>Tipos de parceiros de projecto possíveis</i>	90
VI.B.2.c.	<i>Posição dos beneficiários principais e outros beneficiários elegíveis para financiamento FEDER</i>	90
VI.B.2.d.	<i>Procedimento das candidaturas de projectos</i>	91
VI.B.3.	AVALIAÇÃO E SELECÇÃO DAS CANDIDATURAS DE PROJECTO	91
VI.C.	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO	92
VI.D.	AVALIAÇÃO	93
VI.D.1.a.	<i>Avaliação Ex ante</i>	93
VI.D.1.b.	<i>Avaliação durante o período do Programa</i>	93
VI.E.	MOBILIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONTROLO DE FLUXOS FINANCEIROS ...	94
VI.E.1.	CONTA ÚNICA DO PROGRAMA	94
VI.E.2.	CONTRIBUIÇÃO DO FEDER	94
VI.E.3.	PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS	95
VI.E.4.	CONTROLOS E AUDITORIAS	95
VI.E.4.a.	<i>Responsabilidade</i>	95
VI.E.4.b.	<i>Validação das despesas do projecto</i>	96
VI.E.4.c.	<i>Auditorias</i>	96
VI.E.5.	IRREGULARIDADES E CORRECÇÕES FINANCEIRAS	96
VI.F.	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE	97
VI.G.	INTERCÂMBIO DE DADOS INFORMATIZADOS COM A COMISSÃO EUROPEIA	97
	ANEXO 1 - GLOSSARIO	99
	ANEXO 2 - REFERENCIAS DOCUMENTAIS	102
	ANEXO 3 - DESCRIÇÃO DAS INICIATIVAS E DOS PROGRAMAS RELACIONADOS COM AS PRIORIDADES DO PROGRAMA	105
	PRIORIDADE 1	105
	PRIORIDADE 2	105

PRIORIDADE 3	106
PRIORIDADE 4	106
ANEXO 4 - QUANTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS E DESEMPENHOS DO PROGRAMA.	107
ANEXO 5 - REPARTIÇÃO INDICATIVA DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR CATEGORIA NO PROGRAMA OPERACIONAL	111
ANEXO 6 - NUMEROS-CHAVE	117
A. DEMOGRAFIA / ÁREA DE SUPERFÍCIE	117
B. PRODUTO INTERNO BRUTO E EMPREGO	119
ANEXO 7 - MAPAS	121
VOLUMES SEPARADOS.....	131

ACRÓNIMOS UTILIZADOS NESTE DOCUMENTO

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
BEI	Banco Europeu de Investimento
CCDR Norte	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (Autoridade de Gestão do Programa)
CRPM	Conferência das Regiões Periféricas Marítimas
EDEA	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico
EDEC	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FFOA	Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças
FSE	Fundo Social Europeu
GIZC	Gestão Integrada das Zonas Costeiras
GT 2007-2013	Grupo de Trabalho 2007-2013
IDABC	<i>Interoperable Delivery of European eGovernment Services to Public Administrations, Businesses and Citizens</i> (Prestação Interoperável de Serviços Pan-Europeus de Administração em Linha a Administrações Públicas, Empresas e Cidadãos)
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDR	Índice de Desenvolvimento Relativo (proposto no EDEA)
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (Autoridade de Certificação do Programa)
MIGP	Manual de Implementação e Gestão do Programa
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (EUROSTAT)
OEI	Orientações Estratégicas Comunitárias
ONG	Organizações Não-Governamentais
OROTE	Observatório em Rede do Ordenamento do Território Europeu (<i>European Spatial Planning Observation Network - ESPON</i>)
PAC	Política Agrícola Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PQIDT	Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (da União Europeia)
(6PQ)	(Sexto Programa-Quadro)
(7PQ)	(Sétimo Programa-Quadro)
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RTA	Rede Transnacional Atlântica (dos parceiros económicos e sociais)
STC	Secretariado Técnico Conjunto
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMCD	Transporte Marítimo de Curta Distância
ZIEM	Zona de Integração Económica Mundial

I. Introdução

- (1) A coesão territorial da União Europeia (UE) suscita um interesse crescente. Isto não deve surpreender, se considerarmos a interdependência crescente entre as cidades, as regiões e as nações, mesmo as geograficamente não vizinhas. A globalização é largamente responsável, assim como a integração europeia e a intensificação de uma série de políticas comunitárias com impacto territorial (Política Agrícola Comum, ambiente, grandes redes, etc.)
- (2) O debate iniciado com a elaboração do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)¹ sublinhou imediatamente a necessidade de uma abordagem estratégica de integração dos efeitos destas políticas sectoriais da UE. O desafio a enfrentar é imenso, bem como a tendência à compartimentação das políticas sectoriais a todos os níveis do poder. No entanto, esta abordagem proposta pelo EDEC foi incluída pela Comissão Europeia nos 2.º e 3.º relatórios sobre a coesão económica e social e, mais recentemente, nas Orientações Estratégicas Comunitárias (OEC).
- (3) Tendo em conta as suas implicações territoriais, a estratégia definida em 2000 e 2001 pelos Conselhos Europeus de Lisboa e Gotemburgo, recentemente relançada, ocupa um lugar importante nas OEC, encontrando-se inclusivamente no centro da política de coesão. Como que para confirmar, o projecto de documento sucessor do EDEC, apresentado aos ministros competentes em Leipzig nos dias 24 e 25 de Maio de 2007, intitulado *“Agenda territorial da União Europeia: Rumo a uma Europa mais competitiva e sustentável de diversas regiões”*.²
- (4) Desde o início, os participantes deste debate sempre reconheceram o papel essencial que a cooperação transfronteiriça e transnacional deveria desempenhar no reforço da coesão territorial da União. Para evitar a fase de meras intenções abstractas, foi necessário experimentá-lo no terreno. A esse respeito, as iniciativas INTERREG II e III exerceram uma acção fortemente sensibilizadora em relação aos desafios da coesão territorial. O novo Objectivo de “Cooperação Territorial Europeia” é chamado a prosseguir a obra iniciada, melhorando as conquistas do INTERREG.

I.A. COOPERAÇÃO NO ESPAÇO ATLÂNTICO

- (5) Para estas conquistas muito contribuiu a cooperação no Espaço Atlântico. Foi uma obra pioneira no período de programação de 1989-1993 dos fundos estruturais europeus. Na altura, a acção-piloto ATLANTIS,³ embora dotada de meios muito modestos, conseguiu lançar com sucesso os primeiros projectos de cooperação transnacional financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).
- (6) Esta primeira experiência inspirou o lançamento da vertente transnacional da iniciativa INTERREG II. Surgiram treze programas de cooperação transnacional INTERREG IIC, entre os quais o novo programa “Espaço Atlântico”. Surgiram assim, em 1998 e 1999, projectos claramente mais numerosos e mais bem estruturados.

¹ Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (1999).

² Ver documento “Situação actual do Território e Perspectivas da União Europeia” no sítio: <http://www.bmvbs.de/territorial-agenda>.

³ Dita “Acção-piloto do Artigo 10º do FEDER

- (7) Durante o período de 2000-2006, um aumento significativo do orçamento atribuído à cooperação transnacional permitiu ao programa INTERREG IIIB Espaço Atlântico realizar progressos decisivos em termos de ambição e qualidade dos projectos, adquirindo ao mesmo tempo uma notável experiência nas técnicas de gestão e cooperação.
- (8) É também necessário sublinhar a preocupação constante de inscrever esta acção de terreno numa perspectiva estratégica específica. As relações estreitas estabelecidas durante a acção-piloto ATLANTIS com a Comissão do Arco Atlântico da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) ajudaram evidentemente a progredir nesta direcção. O processo culminou na elaboração recente do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico (EDEA), um documento no qual se inspira muito largamente este Programa Operacional.

I.B. GÉNESE DO PROGRAMA OPERACIONAL

- (9) No início de Março de 2006, os cinco Estados-Membros do Espaço Atlântico decidiram confiar ao “Grupo de Trabalho 2007-2013” (GT 2007-13) a elaboração deste Programa Operacional.
- (10) Este grupo foi constituído por cinco delegações nacionais, compostas cada uma por um representante do Estado e um representante a nível regional. Participaram igualmente nas reuniões:
- Representantes da CCDR Norte (Portugal), a Autoridade de Gestão do Programa de Cooperação Territorial Europeia “Espaço Atlântico” (doravante denominado “o Programa”);
 - Representantes do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) (Portugal) e a Inspeção-Geral de Finanças, respectivamente Autoridade de Certificação e Autoridade de Auditoria do Programa;
 - Representantes do Conselho Regional Poitou-Charentes (França), Autoridade de Gestão do Programa INTERREG IIIB “Espaço Atlântico”;
 - Representantes do Secretariado Técnico Conjunto (STC) do Programa INTERREG IIIB “Espaço Atlântico”.
 - Um representante dos parceiros económicos e sociais: a Rede Transnacional Atlântica (RTA)
 - Especialistas convidados em função dos assuntos a tratar.
- (11) De acordo com o mandato que lhe foi conferido, o GT 2007-13 teve autoridade e responsabilidade final para tomar as decisões relacionadas com o Programa, incluindo a avaliação *ex-ante*.
- (12) O GT 2007-2013 reuniu-se em seis ocasiões. Os principais passos do processo de programação conjunta foram os seguintes:
- Primeira reunião a 17 de Maio de 2006 no Porto: arranque do processo e enquadramento;

- Segunda reunião a 7 de Julho de 2006 em Poitiers: transição INTERREG IIIB/Cooperação Territorial Europeia, nomeação de consultores⁴;
 - Terceira reunião a 27 de Julho de 2006 em Lisboa: metodologia detalhada e procedimentos;
 - Quarta reunião a 28 de Setembro de 2006 em Cardiff: discussão do primeiro projecto do Programa Operacional (Capítulos I a IV);
 - Quinta reunião a 29-30 Novembro de 2006 em Sevilha: prioridades do programa (foco temático, enquadramentos estratégicos, etc.), sistema de financiamento, implementação e gestão;
 - Sexta reunião a 15 de Fevereiro de 2007 no Porto: discussão do segundo projecto do Programa Operacional.
- (13) Foi organizada em paralelo uma avaliação *ex-ante*, que inclui uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do projecto do Programa Operacional (cf. Secção III.E.4).
- (14) Para efeitos de divulgação deste processo de programação, foram organizadas várias consultas. Delegações nacionais do GT 2007-2013 submeteram uma versão preliminar do Programa a várias administrações, incluindo as responsáveis pela política regional e outros organismos nos países respectivos. Vários intervenientes principais e especialistas na matéria dos cinco países da área de cooperação, foram entrevistados pela equipa de consultores responsável pelo Programa Operacional, para discutirem a relevância da estratégia e das operações propostas. Foi igualmente organizada uma consulta pública nos termos do Artigo 6.º da Directiva 2001/42/CE relativa à AAE.
- (15) Em suma, o conteúdo deste Programa Operacional resulta de um diálogo abrangente e consultas intensas, envolvendo autoridades locais, regionais e nacionais, bem como organismos não governamentais. O processo de programação conjunta decorreu em perfeita sintonia com o princípio de parceria previsto no Artigo 11.º do Regulamento Geral 1083/2006.

⁴ Após concurso, o Conselho Regional Poitou-Charentes assinou dois contratos em nome do GT 2007-2013: um para a redacção do esboço do Programa Operacional [contratantes: Géphyres-ITG Consultant (Roubaix) assistido pelo CEDRU (Lisboa), EPRC (Glasgow) e Quasar Consultores (Madrid)], o outro, para a avaliação *ex ante* e a SEA [contratante: ECOTEC Research and Consulting].

II. Diagnóstico e desafios

- (16) Em qualquer exercício de programação estratégica, a definição de prioridades e de objectivos relevantes e coerentes deve ser fundada numa análise prévia da situação existente e das tendências em acção. Também o Regulamento FEDER 1080/2006 prescreve no número 1 do Artigo 12.º, relativo ao conteúdo dos programas operacionais, “uma análise da situação na zona de cooperação em termos de forças e de fraquezas”.
- (17) Depois de realizar uma apresentação da área de cooperação, o presente capítulo contém um resumo dos pontos fortes e dos pontos fracos do Espaço Atlântico na sua configuração actual, assim como as oportunidades que devem ser aproveitadas e as ameaças que devem ser evitadas, no intuito de otimizar o seu futuro. Esta análise é completada com um breve balanço dos pontos fortes e pontos fracos da cooperação transnacional. Os resultados estão sintetizados no quadro «FFOA - Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças» da Secção II.D.
- (18) Apenas há alguns anos, a condução de uma análise FFOA defrontava-se com a escassez dos estudos disponíveis. Hoje, prevalece a situação oposta. O volume e a riqueza das publicações poderão mesmo suplantar a capacidade do analista. É o caso, por exemplo, do trabalho realizado pelo Observatório em Rede do Ordenamento do Território Europeu (OROTE), para citar apenas um.
- (19) No que diz respeito ao Espaço Atlântico, não devem ser ignoradas duas fontes essenciais: o EDEA e a série de três estudos realizados pela RTA.⁵ Estas publicações são recentes e abordam as questões essenciais com as quais é confrontado o conjunto do Espaço Atlântico. Resultam de uma análise exaustiva das melhores fontes disponíveis e de uma larga consulta dos principais intervenientes em causa. Estes estudos foram financiados pelo Programa INTERREG IIIB Espaço Atlântico, perspectivando o período de programação 2007-2013. Isto explica a razão pela qual largamente inspiraram este capítulo.⁶
- (20) No entanto, as orientações propostas no EDEA e nos estudos da RTA não são unicamente da competência da cooperação transnacional. Muitas delas podem ser aplicadas no âmbito regional, nacional ou transfronteiriço. Algumas referem-se também a regiões que já não estão incluídas na área de cooperação. Impunha-se portanto identificar, na Secção II.E, os desafios que o Programa deve enfrentar.

II.A. ÁREA DE COOPERAÇÃO

- (21) Esta secção retrata a área de cooperação do programa, ou seja, a lista de regiões elegíveis para apoio do FEDER e apresenta uma amostra dos factos principais.

⁵ Cf. Anexo 2 - Referências documentais, REDE TRANSNACIONAL ATLÂNTICA (Maio de 2005 e dois estudos que datam de Abril de 2006) e CONFERÊNCIA DAS REGIÕES PERIFÉRICAS MARÍTIMAS DA EUROPA (Novembro de 2005).

⁶ Para evitar que o texto do Capítulo II se torne demasiado volumoso, os estudos do EDEA e da RTA não são sistematicamente referenciados, sendo o conteúdo das suas conclusões ou recomendações resumido nas secções seguintes.

II.A.1. Regiões elegíveis

(22) A área de cooperação (cf. Anexo 7, Mapa 1) escolhida para a implementação do Programa durante o período 2007-2013, compreende as seguintes regiões (precedidas do respectivo código de Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS):

- **Espanha:**

ES11 Galicia
ES12 Principado de Asturias
ES13 Cantabria
ES21 País Vasco
ES22 Comunidad Foral de Navarra
ES61 Andalucía: apenas as seguintes regiões NUTS3:
 ES612 Cádiz
 ES615 Huelva
 ES618 Sevilla

- **França:**

FR23 Haute-Normandie
FR25 Basse-Normandie
FR51 Pays de la Loire
FR52 Bretagne
FR53 Poitou-Charentes
FR61 Aquitaine

- **Irlanda:** todo o território nacional, ou seja:

IE01 Border, Midland and Western
IE02 Southern and Eastern

- **Portugal:** a parte continental do território, ou seja:

PT11 Norte
PT15 Algarve
PT16 Centro
PT17 Lisboa
PT18 Alentejo

- **Reino Unido:**

UKD1 Cumbria
UKD2 Cheshire
UKD3 Greater Manchester
UKD4 Lancashire
UKD5 Merseyside
UKK1 Gloucestershire, Wiltshire and North Somerset
UKK2 Dorset and Somerset
UKK3 Cornwall and Isles of Scilly
UKK4 Devon
UKL1 West Wales and The Valleys
UKL2 East Wales
UKM3 South Western Scotland
UKM4 Highlands and Islands
UKN0 Northern Ireland

(23) Esta área de cooperação é sensivelmente menos vasta do que a do programa INTERREG IIIB Espaço Atlântico. As regiões seguintes, anteriormente elegíveis, já não foram incluídas na nova área:

- Em Espanha: La Rioja, Castilla y León, Canarias;
- Em França: Limousin, Centre, Midi-Pyrénées;
- Em Portugal: Açores, Madeira;
- No Reino Unido: Worcestershire and Warwickshire, Avon, Staffordshire, Herefordshire, Shropshire, West Midlands.

(24) De referir que as organizações situadas fora desta nova área de cooperação, em casos devidamente fundamentados, podem participar de parcerias de projecto do Programa. A este respeito, o número 2 do Artigo 21.º do Regulamento FEDER 1080/2006 permite alguma flexibilidade. De acordo com o número 3 do Artigo 21.º, algumas despesas elegíveis poderão também ser incorridas fora do território da UE. Em ambos os casos, é necessário comprovar a existência de um benefício para as regiões da área de cooperação. O Programa pode utilizar esta flexibilidade conforme for adequado, nas condições apresentadas na Secção VI.B.2.c infra.

II.A.2. Factos principais

(25) O quadro de síntese que se segue apresenta valores agregados em relação ao tamanho e aos dados demográficos da área de cooperação do programa e agrupamentos nacionais das regiões elegíveis. O Anexo 6-A contém valores detalhados (regiões NUTS 2 ou 3).

	População			Variação pop.	Tamanho	Densidade
	1995	2000	2005	1995-2005 %	[km²]	2003 [inh/km²]
Regiões de Espanha	10 139 994	10 190 006	10 362 400	2,2	94 729	108,5
Regiões de França	13 640 791	13 962 723	14 258 600	4,5	156 314	90,3
Irlanda	3 654 711	3 777 763	4 109 173	12,4	69 797	56,5
Portugal (Continente)	9 528 600	9 717 347	10 043 763	5,4	88 968	111,1
Regiões do Reino Unido	19 083 241	19 194 160	18 998 326	-1,0	184 553	103,5
TOTAL DO PROGRAMA	56 047 337	56 841 999	57 772 262	3,1	594 361	96,4

(26) No Anexo 6-B são apresentados valores detalhados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) e Emprego da área de cooperação do programa.

II.B. SITUAÇÃO EXISTENTE E TENDÊNCIAS

(27) O número 2 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006 prevê que a cooperação transnacional incida em quatro tópicos prioritários: inovação,

ambiente, acessibilidade e desenvolvimento urbano sustentável. Considerou-se então pertinente examinar nesta secção as seguintes categorias de questões:

- Desenvolvimento económico
- Ambiente e património marítimo
- Acessibilidade
- Estrutura territorial.

II.B.1. Desenvolvimento económico

II.B.1.a. Fortes disparidades entre as regiões

- (28) O Mapa 2 (cf. Anexo 7) ilustra de forma sintética as diferenças em termos de desenvolvimento entre as regiões atlânticas NUTS 3. Os seus progressos são medidos por um Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR) que agrega oito variáveis socioeconómicas. 1999-2002 é o período de referência para as primeiras sete variáveis, a saber: densidade populacional, taxa de especialização agrícola (considerada por ordem decrescente), taxa de especialização terciária, produtividade, taxa de desemprego, número de empresas sediadas e PIB/capita em PPC 2001. A oitava variável corresponde ao aumento médio anual do PIB durante o período 1991-2001. A escolha e a ponderação de variáveis deste tipo implicam obviamente uma componente arbitrária. Não obstante, a imagem resultante tem a vantagem de proporcionar uma visão global da situação.⁷
- (29) A primeira categoria de regiões, com um IDR “muito forte”, concentra-se em algumas zonas metropolitanas do Reino Unido, incluindo Liverpool-Manchester, Cardiff-Swansea-Newport, Glasgow e Belfast, Sul da Irlanda e Grande Lisboa.
- (30) A categoria seguinte, cujo IDR é qualificado de “forte”, abrange o resto do Reino Unido ocidental e da Irlanda, treze “*départements*” em França (Seine maritime, Eure, Calvados, Sarthe, Finistère, Morbihan, Ille-et-Vilaine, Loire atlantique, Deux-Sèvres, Vienne, Gironde, Landes, Pyrénées atlantiques), País Basco e Comunidade Foral de Navarra em Espanha, juntamente com o Grande Porto e a Península de Setúbal em Portugal, ou seja 48% da área estudada.
- (31) As regiões com um IDR “médio” cobrem 24,5% da área. Este grupo de regiões inclui outros “*départements*” franceses (Mancha, Orne, Côtes-d’Armor, Mayenne, Maine e Loire, Vendée, Charente maritime, Charente, Dordogne, Lot-et-Garonne), Astúrias, Cantábria e parte da Andaluzia (província de Sevilha) em Espanha, Alentejo Central e virtualmente todos os distritos costeiros (excepto Minho-Lima e Alentejo Litoral) em Portugal.
- (32) Os restantes 12,5%, onde o IDR é “fraco”, são todas as regiões da Península Ibérica: os outros distritos portugueses juntamente com a Galiza e o resto da Andaluzia em Espanha.
- (33) Tal como medido pelo IDR, a diferença entre as regiões das categorias extremas é considerável. O Espaço Atlântico caracteriza-se, por conseguinte, por um desenvolvimento desigual e rupturas territoriais. De maneira geral, o IDR diminui de norte para sul, atinge valores levemente mais elevados nas Ilhas Britânicas do que no oeste da Península Ibérica e valores intermédios nas

⁷ São apresentados dados mais pormenorizados no EDEA, página 106. Ver Anexo 2 - Referências documentais.

regiões de França e do norte de Espanha. O gradiente do IDR é relativamente regular, mas seria redutor medi-lo segundo o único eixo norte-sul; o factor “grau de concentração urbana” revela-se também relevante, aparecendo no topo da classificação as zonas metropolitanas, incluindo a Grande Lisboa.

- (34) O IDR tem em conta as taxas de especialização agrícola e terciária. Esta importante questão da especialização sectorial das regiões atlânticas merece atenção. Os Mapas 3A e 3B (cf. Anexo 7) evidenciam uma sobre-especialização das regiões menos eficientes, frequentemente em sectores de fraco valor acrescentado, enquanto a economia diversificada, associando a oferta de serviços de alta qualidade superiores à indústria de alta tecnologia, permanece como privilégio das regiões prósperas.

II.B.1.b. A economia do conhecimento no Espaço Atlântico

- (35) O advento da sociedade de informação representa o mais importante desafio do desenvolvimento regional contemporâneo. Renunciar a enfrentá-lo, é inscrever-se no campo dos perdedores. Não é por acaso que a UE colocou a estratégia de Lisboa no centro das suas preocupações e que tenha decidido relançá-la recentemente, na sequência de resultados iniciais decepcionantes.
- (36) O desenvolvimento da economia do conhecimento não pode conceber-se sem uma tomada de consciência por todos os interessados, da mudança radical das dimensões geográficas do seu universo profissional: o mercado mundial afirma-se incessantemente face aos mercados nacionais, conforme realçado pela interdependência entre as regiões de países diferentes, as suas empresas e os seus centros de investigação.
- (37) Esta é a razão pela qual a cooperação internacional é um aspecto fundamental no relançamento da estratégia de Lisboa. Esta cooperação passa por um reforço da investigação europeia, para a qual os novos meios do 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (7PQIDT) contribuirão de maneira significativa. Mas os fundos estruturais europeus estarão igualmente activos. No que se refere mais particularmente à vertente transnacional do objectivo de “Cooperação Territorial Europeia”, o Regulamento FEDER 1080/2006 prevê apoiar a inovação pela *“criação e desenvolvimento de redes científicas e tecnológicas, e pela melhoria das capacidades regionais em matéria de IDT e de inovação”* (Artigo 6, 2-a).
- (38) Onde se enquadra o Espaço Atlântico nesta matéria? Foi por vezes sugerido que as regiões periféricas da fachada atlântica estariam condenadas à marginalização face às regiões europeias mais centrais e prósperas. Esta perspectiva deverá ser indubitavelmente qualificada. O Espaço Atlântico sublinha a existência de pólos emissores de desenvolvimento, em condições de estender a sua influência a territórios vizinhos, assim como um rico tecido de Pequenas e Médias Empresas (PME). Muitas regiões estão a reagir perante o risco de marginalização do Espaço Atlântico, surgindo uma espécie de “recusa do declínio anunciado”. Isto manifesta-se nomeadamente através da instalação de dispositivos coordenados em matéria de inovação e de transferência tecnológica.
- (39) Existem, no entanto, dificuldades bem reais que não podem ser subestimadas. No emprego total, a parte do emprego I&D está nitidamente aquém da média europeia na maior parte das regiões atlânticas. Além disso, o Espaço Atlântico sofre devido à sua grande heterogeneidade. São nomeadamente visadas as diferenças de conteúdos estratégicos de desenvolvimento, bem como das estruturas e culturas jurídicas (empirismo e gestão por objectivos da tradição anglo-saxónica, gestão das estruturas da tradição “romana”). Desde então, os esforços realizados resultam sobretudo de iniciativas tomadas a nível nacional ou regional, com a cooperação entre entidades de países diferentes a permanecer mais a excepção do que a regra.

- (40) Outros factores de natureza mais genérica impedem a transferência de tecnologia entre os centros de investigação e o sector empresarial. Durante as consultas realizadas para efeitos da elaboração deste Programa Operacional, vários entrevistados referiram a relutância de muitas PME em aderir a redes de cooperação. Em primeiro lugar, por razões facilmente compreensíveis, as empresas que operam concorrencialmente no mesmo mercado não estão predispostas a trocar informações. Em princípio, todavia, a cooperação no interior de agrupamentos industriais transnacionais pode ser perspectivada, desde que os parceiros estejam ligados por uma relação de complementaridade mútua. No entanto, mesmo quando se verificam tais condições, as PME podem ter outras razões que as levem a não participar. Por exemplo, podem manifestar fortes receios quanto à capacidade de numerosas PME poderem aceder aos fundos europeus para financiar a sua inovação. A tendência à concentração temática dos PQIDT sucessivos pode conduzir à implicação apenas das PME especializadas nos sectores tecnológicos e científicos, e, entre elas, as que podem superar os pesos administrativos e outros obstáculos diversos.
- (41) Além disso, há mais em causa do que a transferência de tecnologia. À medida que a sociedade da informação altera radicalmente o panorama empresarial, com o desenvolvimento da inovação e da economia do conhecimento, implica também a divulgação de um conjunto de novas técnicas e métodos em áreas como gestão empresarial, inteligência económica, marketing, etc. Segundo a experiência dos vários profissionais consultados, muito ainda haverá a fazer nesta área em inúmeras regiões do Espaço Atlântico.
- (42) Um outro desafio crítico da sociedade da informação é a globalização da economia. A sobrevivência de muitas indústrias depende da sua abertura internacional. Também a este respeito, as empresas das áreas prósperas e as situadas nas regiões com especialização excessiva em sectores de pouco valor acrescentado não se encontram em igualdade de circunstâncias: as primeiras estão em melhor posição do que as últimas para estabelecer ligações internacionais com diversos parceiros em todo o mundo. No entanto, o crescimento inteligente da economia global poderia igualmente representar uma oportunidade real para as regiões atlânticas com um fraco IDR, desde que estas conseguissem encontrar novos canais para produtos específicos da sua economia regional, sendo provavelmente a melhor maneira de explorar o seu potencial endógeno. Além disso, todas as regiões do Espaço Atlântico poderiam beneficiar de um activo que nem todos os países europeus têm o privilégio de partilhar: falam idiomas internacionais, o que favorece um estreitamento das relações com parceiros de anteriores impérios coloniais.
- (43) O Mapa 4 (cf. Anexo 7) constitui um extracto do relatório final do projecto OROTE 2.4.2 designado “Análise Integrada dos Territórios Transnacionais e Nacionais Baseada nos Resultados ESPON”. Apresenta o valor atingido por diversas regiões europeias com base num indicador designado “performance de Lisboa”. Este indicador agregado reflecte o grau de integração na economia do conhecimento com a ajuda de cinco indicadores básicos que medem respectivamente a produtividade, a taxa de emprego, as despesas de I&D, o pessoal a trabalhar no sector da I&D e a parte da população escolarizada que terminou os estudos superiores. Mais uma vez, um indicador agregado deste tipo deve ser utilizado com prudência, tendo em conta a arbitrariedade na escolha e ponderação dos indicadores, assim como na escolha dos anos considerados (2001, 2002 ou 2003).
- (44) No entanto, a configuração dos resultados obtidos pelas regiões Atlânticas não se afasta muito da observada no Mapa 2: performances elevadas das Ilhas Britânicas, fracas no oeste da Península Ibérica e intermédias em França e nas regiões espanholas próximas, o que parece confirmar a tese do contributo decisivo dos investimentos na economia do conhecimento para o conjunto do desenvolvimento económico.

II.B.2. Ambiente e património marítimo

- (45) Pela sua diversidade e pela sua qualidade, o ambiente das regiões atlânticas torna-as atractivas. Os seus recursos naturais são múltiplos, talvez menos degradados do que noutras regiões do continente, mas não se resume a isso: todas as actividades geradas representam um património precioso e um factor crucial de identidade comum, a proteger e a valorizar. Nesta óptica, uma série de questões merecem especial atenção.

II.B.2.a. A litoralização da urbanização

- (46) Até à data, o litoral atlântico parece globalmente menos saturado do que o litoral mediterrâneo, um factor que pode representar uma oportunidade em termos de desenvolvimento social e económico, desde que a natureza seja convenientemente protegida.
- (47) Nas áreas onde as zonas naturais dominam - na Escócia, na maior parte da costa irlandesa,⁸ no norte da Inglaterra, no País de Gales, na Aquitânia e numa grande parte do litoral espanhol - a pressão urbana global permanece moderada. Em contrapartida, muitas outras regiões suportaram o essencial da urbanização recente no Espaço Atlântico. Nestas regiões, ou mesmo localmente noutras regiões menos urbanizadas, a construção de grandes complexos imobiliários nas costas, por exemplo no Algarve, na Andaluzia, no sudoeste francês, degrada os espaços naturais e a sua biodiversidade. O mesmo acontece com a dispersão urbana, muito nítida noutras regiões atlânticas, como o sudoeste inglês, a maior parte do litoral francês ou a cornija cantábrica.
- (48) Em numerosas localidades, estas degradações devido à urbanização vêm-se reforçadas pela pressão turística, mais concentrada no espaço e no tempo, mas não menos agressiva. Um tratamento frequentemente deficiente do tráfego rodoviário, dos desperdícios, das águas residuais aumenta a carga nos meios naturais e ameaça as actividades económicas como a aquicultura. A erosão das costas, relacionada com a mudança climática mas também com a intervenção humana no litoral, é outro assunto de preocupação. A qualidade das águas de banho é desigual, embora globalmente bastante boa.
- (49) A qualidade do ar e das águas marinhas atlânticas encontra-se, em média, entre as melhores da Europa. Mas também aqui se colocam sérios problemas locais, nomeadamente nos estuários e nas zonas de forte concentração industrial.
- (50) A desindustrialização gerou diversos baldios urbanos, com solo frequentemente contaminado. Contudo, numerosas cidades (Bristol, Cardiff, Nantes, Bilbao, Lisboa, etc.) destacaram-se recentemente com operações de renovação urbana emblemáticas.
- (51) Por último, a amplitude importante das marés do Oceano Atlântico conduziu à formação de zonas húmidas muito vastas, notáveis pelos seus ecossistemas e pela sua biodiversidade excepcional. A protecção reforçada destas zonas naturais representa um desafio essencial para a cooperação transnacional. Conforme ilustrado no Mapa 5 (cf. Anexo 7),⁹ a densidade das zonas protegidas pode variar significativamente de um Estado-Membro para outro e parece ser consideravelmente inferior em França. Como justificação para este fenómeno, o relatório do projecto OROTE dedicado a *“Tendências Territoriais*

⁸ No entanto, verifica-se um rápido investimento no desenvolvimento comercial e residencial ao longo das áreas litorais urbanas na Irlanda (por exemplo: Sligo, Galway, Limerick, Waterford).

⁹ EDEA, página 90. Ver Anexo 2 . Referências documentais, CONFERÊNCIA DAS REGIÕES PERIFÉRICAS MARÍTIMAS DA EUROPA (Novembro de 2005).

*da Gestão do Património Natural*¹⁰ aponta factores históricos, mas indica igualmente que a protecção das zonas naturais francesas tem avançado nos últimos vinte anos.

II.B.2.b. O impacto ambiental da agricultura

- (52) Em diversas regiões do Espaço Atlântico, a Política Agrícola Comum (PAC) e as políticas nacionais têm incentivado a extensão de terrenos agrícolas e a intensificação da produção agrícola e da criação de gado. Este processo tem o seu preço em termos de normalização da paisagem, secagem de zonas húmidas e outros efeitos de intensificação da agricultura.
- (53) A agricultura intensiva cria graves problemas de abastecimento de água: o nível dos lençóis freáticos baixa perigosamente no sudoeste francês e o stress hídrico tomou proporções enormes em Espanha. A poluição orgânica da criação intensiva afecta particularmente o País de Gales, a Irlanda, o sudoeste inglês, a Bretanha e a Galiza. A qualidade das águas subterrâneas e de superfície encontra-se gravemente ameaçada. É também necessário considerar as consequências da intensificação da pesca: alteração dos fundos marinhos e diminuição dos recursos haliêuticos.

II.B.2.c. Os riscos naturais e tecnológicos

- (54) O projecto OROTE 1.3.1¹¹ dá-nos uma imagem diferenciada dos riscos naturais e tecnológicos na Europa. Certas ameaças pesam mais particularmente em determinadas regiões.
- (55) Entre os riscos naturais, é necessário destacar as inundações nas regiões inglesas e no noroeste francês, bem como os fogos de floresta no sudoeste francês e na Península Ibérica. A tendência ao desregramento climático parece agravar todos estes riscos. O risco de sismo não deve ser negligenciado nos Pirinéus e em Portugal.
- (56) Entre os riscos tecnológicos, os que estão relacionados com as instalações e os transportes petrolíferos não podem ser ignorados na fachada atlântica. A questão crucial da segurança marítima é particularmente importante para a cooperação transnacional. Certas regiões estão particularmente expostas, na Grã-Bretanha, no noroeste francês (particularmente a Normandia), as costas de Charente e da Aquitânia, a cornija cantábrica, o oeste da Galiza, Lisboa e o Alentejo. Estes riscos reportam-se naturalmente ao tráfego marítimo induzido pela presença dos terminais petrolíferos. As catástrofes do Erika e do Prestige contribuíram em muito para esta sensibilização. Além deste tráfego, não pode ser igualmente negligenciada a presença de refinarias e de outras instalações ligadas à extracção ou à transformação do petróleo. A prevenção destes riscos, a gestão das crises em caso de acidente, bem como as questões de responsabilidade e de indemnização, levantam sérios problemas. As medidas de prevenção existentes incluem inspecção de navios, vigilância de tráfego marítimo, detecção de descargas ilegais, descargas e tratamento de resíduos, identificação de locais de refúgio, acções executadas por sociedades de classificação, promoção de navios de casco duplo, bem como a qualificação e formação de pessoal.¹²

¹⁰ OROTE 1.3.2. Relatório do Projecto, página 120. Ver Anexo 2 -Referências documentais, EURONET, ROYAL HASKONING, ECNC.

¹¹ «Os Efeitos Espaciais e a Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos» Ver Anexo 2 - Referências documentais, GEOLOGIAN TUTKIMUSKESKUS (GTK)

¹² Para obter informações mais pormenorizadas acerca destas medidas de prevenção e de gestão das crises, ver Anexo 2 - Referências documentais, INTERREG IIIB MISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA (2004).

II.B.2.d. O património marítimo

- (57) O oceano modelou profundamente a história das regiões atlânticas. Foi a partir dos seus portos que quatro imensos impérios coloniais foram constituídos. Embora a navegação marítima tenha perdido terreno desde o advento da aviação, o Espaço Atlântico permanece sob vários aspectos, no centro dos grandes itinerários marítimos intercontinentais. A globalização e o aumento do custo da energia só serviram para reforçar a importância estratégica da via marítima.
- (58) O património marítimo das regiões do Espaço Atlântico representa uma identidade comum. Os portos e a navegação (temas abordados na Secção II.B.3.c) não são os únicos visados; existe também uma série de actividades e de centros de interesse, relacionados com a proximidade do mar.

A pesca

- (59) A pesca deu forma à cultura atlântica. Comunidades inteiras continuam a depender da pesca, sobretudo nas regiões desfavorecidas. A pesca faz parte integrante da vida social portuguesa. O sector artesanal de alto mar permanece preeminente, mas alguns pólos industriais centrados nas pescas longínquas também permanecem (Vigo, Berméu, Huelva, Concarneau, Lorient, Aveiro, Killybegs, etc.). As actividades de transformação existem, mas é a captura que domina. Está marcada por vivos conflitos, ligados às dificuldades crescentes de acesso aos recursos. De notar também a importância da aquicultura (por exemplo, mexilhões na Galiza, ostras em Poitou-Charentes e na Baixa Normandia, salmão na Escócia e na Irlanda.)
- (60) A importância da pesca na economia permanece fraca (1% do PIB em Portugal, por exemplo). O número de pescadores e aquicultores é cada vez menor por toda a parte. É de notar aqui o efeito da rarefacção dos recursos, que decisões tomadas a nível europeu e internacional tentam jugular. A política comunitária da pesca continua a reduzir as capacidades. Apesar disso, o Livro Verde sobre o futuro da pesca, publicado em 2001 pela Comissão Europeia, sublinhava o malogro actual de uma política de exploração duradoura dos recursos. Este desafio essencial por conseguinte faz da pesca uma actividade altamente vulnerável.

O Turismo

- (61) Bem diferentes são as tendências no sector do turismo, cujo peso relativo na economia aumentou por toda a parte de maneira espectacular. As estatísticas nacionais dos dois países inteiramente incluídos na área de cooperação são eloquentes: 8% do emprego total em Portugal, parte directa avaliada em 5% do PIB em 2003, e parte total (tendo em conta efeitos induzidos nos outros sectores) em 10%, 12 milhões de turistas acolhidos cada ano. Na Irlanda, o rendimento ligado ao turismo aumentou 86% entre 1993 e 1999.
- (62) No Reino Unido, o destino mais procurado pelos turistas é Londres. A Escócia vem em segundo lugar, mas o litoral britânico já não é o principal ponto de atracção. No entanto, áreas como Lake District são notavelmente atractivas. A importância dos parques nacionais e outras paisagens protegidas no Reino Unido deveriam ser vistas em contexto de interesse crescente e de participação no turismo de carácter ambiental e actividades ao ar livre. Representam sectores de crescimento significativos e oportunidades para muitas regiões no Espaço Atlântico. O panorama do turismo irlandês está a mudar: devido à redução dos preços das viagens, os turistas optam por férias na cidade em detrimento das tradicionais férias rurais. Em França, o turismo atlântico está em constante crescimento. Degrada menos o ambiente, paisagens inclusas, do que o turismo mediterrânico, ainda que o crescimento exponencial das residências secundárias levante problemas a esse respeito.

- (63) O turismo atlântico é essencialmente familiar. É confrontado com uma forte sazonalidade e um défice de frequência pela clientela estrangeira, uma concentração espacial crescente da capacidade de alojamento e uma polarização das estações turísticas, particularmente em França e Portugal.
- (64) Contam-se quase trezentas instalações de divertimento e de náutica. Este sector conhece um crescimento notável, mas coloca sérios problemas de ordenamento costeiros.
- (65) Desenvolvem-se novos produtos: a talassoterapia, a balneoterapia, o golfe. A predilecção por locais de interesse cultural - como o Mont Saint-Michel ou Santiago de Compostela, para citar apenas dois - está longe de diminuir. A valorização transnacional de elementos herdados da história comum, como a cultura céltica ou as grandes descobertas de Vasco da Gama e dos seus sucessores nos outros países, representa um potencial interessante de turismo cultural.

A construção naval e a indústria náutica

- (66) A construção naval europeia está a enfrentar uma concorrência muito agressiva por parte dos estaleiros asiáticos, que conseguiram monopolizar cerca de 70% das encomendas mundiais, devendo contentar-se a Europa com 20%.
- (67) Parece que o Espaço Atlântico deve concentrar-se nos segmentos de mercado de forte valor acrescentado, como os navios de cruzeiro. A sua construção tem o seu primeiro pólo europeu em Nantes-Saint-Nazaire. Esta actividade está em reestruturação em Portugal, onde as unidades de pequenas dimensões substituem os grandes estaleiros nacionais.
- (68) A construção de embarcações de recreio atraiu os líderes mundiais ao Espaço Atlântico, onde este sector extremamente dinâmico e promissor criou mais de 14.000 postos de trabalho repartidos por cerca de 1500 estabelecimentos.

As energias renováveis

- (69) Pelas suas características oceânicas, o Espaço Atlântico oculta recursos importantes no domínio das energias renováveis: turbinas eólicas, energia das marés, das correntes marinhas e das ondas. Vastas zonas agrícolas oferecem também um potencial interessante nos domínios da biometanização, dos biocombustíveis e da biomassa. Para além deste potencial para a produção de energia, a indústria de energia renovável apresenta oportunidades muito promissoras para o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas e deve, por isso, tornar-se um sector de crescimento para as empresas de alta tecnologia.
- (70) O protocolo de Quioto incita a redobrar os esforços de valorização deste potencial, cuja atracção é reforçada pelo aumento rápido do custo da energia de origem fóssil. A estratégia de Lisboa propõe igualmente a promoção de energias renováveis, estabelecendo um objectivo: em 2010, 21% da electricidade da UE deverá ser gerada a partir de fontes renováveis. O documento das Orientações Estratégicas Comunitárias (OEC) dedica uma secção ao aprofundamento deste objectivo.¹³ O rendimento ligado ao turismo aumentou 86% entre 1993 e 1999. Segundo as projecções da Comissão no

¹³ Alínea 1.1.3 « *Tratar da utilização europeia intensiva das fontes de energia tradicionais*»
Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (13 de Julho de 2006).

Livro Verde sobre a Política Marítima, a energia eólica poderá gerar 70.000 MW em 2010, 14.000 MW dos quais produzidos em alto mar.¹⁴

A investigação

- (71) A investigação marinha da UE ocupa o segundo lugar mundial, atrás dos EUA. Utiliza equipamento e técnicas surpreendentemente avançados. No entanto, como muitos outros sectores de investigação, enfrenta diversos desafios, em especial a necessidade de programas integrados e multidisciplinares, bem como o imperativo de concentração dos meios. Numerosos centros especializados (em oceanografia, biologia marinha, desenvolvimento das técnicas de pesca e culturas marinhas, de protecção e valorização do ambiente marinho, gestão do tráfego marítimo), universitários e outros, estabeleceram-se ao longo do litoral atlântico. No entanto, muito há ainda a fazer para valorizar as sinergias potenciais entre estas diversas instituições, a nível transnacional e europeu.

II.B.3. Acessibilidade e transportes

- (72) O Mapa 6 (cf. Anexo 7) extraído do relatório OROTE 2.4.2. “Análise Integrada dos Territórios Transnacionais e Nacionais Baseada nos Resultados EPSON”. Este mapa confirma, se fosse ainda necessário, as diferenças nítidas de acessibilidade entre as regiões do centro da Europa e a sua periferia.¹⁵ Várias regiões do Espaço Atlântico sofrem de um nítido défice de acessibilidade, particularmente em Portugal e nas Terras Altas, mas também em Espanha e na Irlanda. Várias regiões do Espaço Atlântico possuem ilhas habitadas por comunidades para as quais a acessibilidade entre as ilhas e o continente permanece uma grande preocupação.
- (73) Outro facto essencial é assinalado pelo EDEA: a predominância das ligações nacionais, frequentemente centradas na capital, em detrimento das ligações inter-regionais internas do Espaço Atlântico.
- (74) Estas constatações globais exigem obviamente uma análise mais detalhada, por meio de transporte.

II.B.3.a. Os transportes terrestres

- (75) Em matéria de deslocações rodoviárias, a situação não é homogénea no Espaço Atlântico. A análise das ligações rodoviárias das principais cidades (medida pelo tempo de percurso entre cidades acessíveis em menos de três horas) põe em evidência (ver Mapa 7, Anexo 7) quatro conjuntos geográficos dotados de ligações internas fortes: a metade meridional das Ilhas Britânicas, o Vale do Loire e o centro-oeste francês, a região transfronteiriça entre o País Basco-Pirinéus e o litoral ocidental da Península Ibérica. Os espaços intersticiais que separam estas zonas apresentam tempos de percurso entre cidades nitidamente mais elevados.
- (76) As redes ferroviárias estão organizadas de acordo com uma lógica essencialmente nacional: relações privilegiadas com a capital, no centro de um sistema radial. A interrupção na fronteira franco-espanhola representa uma nítida desvantagem. Notemos, contudo, o acesso das grandes cidades

¹⁴ Páginas 15-16, ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (7 de Julho de 2006).

¹⁵ De notar que a acessibilidade por via aérea aparece apenas num dos cinco indicadores agregados, enquanto que as vias rodoviária e ferroviária partilham os restantes. OROTE justifica esta escolha por querer espelhar a acessibilidade tal como experienciado pelo cidadão médio europeu, que vive num território que raramente se estende à escala continental.

francesas a Bruxelas e Londres pela rede TGV e o projecto de ligação a grande velocidade Vigo-Porto-Lisboa.

- (77) O volume do transporte ferroviário de mercadorias permaneceu estável ou diminuiu ligeiramente nas regiões do Espaço Atlântico, o que na realidade representa uma grande diminuição da quota de mercado no transporte de mercadorias. Os problemas de congestionamento são frequentes e o tráfego de mercadorias ressentem-se com a prioridade dada aos passageiros. A rede é confrontada por vezes com problemas de vetustez. Por exemplo, a ausência de uma via de armazenamento adequada no destino impede a utilização de certas linhas no País de Gales e em França. Os projectos prioritários de Essen foram revistos em 2001 e 2004.¹⁶ No Reino Unido, o prazo para a conclusão da modernização da West Coast Line foi recentemente fixado para 2007-2008. No eixo ferroviário Sines-Algeciras-Madrid-Paris, está previsto terminar as ligações Sines-Badajoz e Algeciras-Bobadilha em 2010. Em contrapartida, não foi fixado qualquer prazo para o eixo ferroviário transpirenaico de grande capacidade, cuja conclusão tinha sido inicialmente prevista para 2020. Consequentemente, o Espaço Atlântico não disporá tão cedo de um eixo ferroviário capaz de fazer concorrência ao transporte rodoviário entre a Península Ibérica e o norte da Europa.

II.B.3.b. Os transportes aéreos

- (78) Os transportes aéreos oferecem poucas ligações no seio do Espaço Atlântico. As relações com os grandes “hubs” europeus ou americanos são privilegiadas. A fachada atlântica está, no entanto, dotada de inúmeros aeroportos, alguns dos quais, sem pretender o título de “hub”, ocupam uma boa posição na classificação europeia. Mas certas regiões estão muito desfavorecidas pelas vias aéreas: as Highlands, o sul de Portugal, o litoral norte de Espanha.
- (79) Não obstante, a oferta de mais ligações aéreas inter-regionais dentro da área de cooperação pode ser antecipada nos anos vindouros, graças ao desenvolvimento de linhas aéreas de baixo custo, que poderão ajudar a dinamizar novos locais. Motivo de maior preocupação é a fraca acessibilidade da maioria dos aeroportos regionais, no que respeita à articulação com outras redes de transporte e transportes públicos para a cidade servida pelo aeroporto.

II.B.3.c. Os transportes marítimos

- (80) Os portos da fachada atlântica são numerosos, equitativamente repartidos ao longo do litoral, mas de dimensão modesta. Mais de sessenta portos totalizam um tráfego de mais de 664 milhões de toneladas. Durante a década passada, vários deles viram o seu tráfego diminuir (ver Mapa 8, Anexo 7). As toneladas movimentadas pelos portos mais importantes continuam a ser claramente inferiores às dos grandes portos do Mediterrâneo e sobretudo do Mar do Norte (mais de 300 e 130 milhões de toneladas respectivamente para os portos de Roterdão e Antuérpia), que arrebatou à fachada atlântica o seu antigo título de principal porta de acesso do continente europeu.
- (81) No entanto, os portos atlânticos conservam um potencial bem real, embora insuficientemente explorado. Este é um facto bem real, na medida em que o notável crescimento do tráfego marítimo verificado nos últimos anos irá provavelmente continuar. A recente subida do preço dos combustíveis deveria reforçar a atracção do sector perante outros modos de transporte cuja eficiência energética à unidade transportada é menor. Além disso, a saturação começa a atingir as outras bacias marítimas europeias.
- (82) Deste ponto de vista, o desenvolvimento “das auto-estradas do mar” e do transporte marítimo de curta distância (TMCD) apresenta-se como uma

¹⁶ Decisões 1346/2001/CE e 884/2004/CE.

importante oportunidade. O potencial já foi parcialmente explorado, sobretudo no Canal da Mancha e no Mar da Irlanda, bem como entre Lisboa e Porto, conforme ilustrado no Mapa 9 (cf. Anexo 7). Mas o tráfego permanece fraco entre o norte e o sul da fachada atlântica.

- (83) Levantam-se problemas muito diversos, de acordo com a natureza do tráfego (contentores, carga *roll-on/roll-off*, granel) e as especificidades regionais, que seria demasiado longo detalhar aqui. Limitamo-nos a referir: os custos portuários elevados, a distância do mercado e o seu carácter difuso (distâncias entre portos relativamente grandes e populações mais pequenas servidas).¹⁷
- (84) Estes factores devem ser tidos em conta no desenvolvimento da “auto-estrada do mar do oeste da Europa”, um dos quatro corredores designados pela UE (que liga Portugal e Espanha, através do Arco Atlântico, ao Mar do Norte e ao Mar da Irlanda) sem menção de portos específicos. Compete aos profissionais do sector, em concertação com as autoridades responsáveis, conceber projectos viáveis. O conceito de auto-estrada do mar não engloba apenas as vias marítimas, mas também as cadeias logísticas intermodais que permitem ligá-las a redes terrestres eficientes. As plataformas logísticas assumem assim uma importância estratégica. Os financiamentos do programa Marco Polo estão disponíveis para projectos que se associam a esta abordagem intermodal e que satisfazem certos critérios de qualidade. Há que recriar uma concorrência entre os portos atlânticos, muito embora a cooperação esteja mais do que nunca na ordem do dia. A dimensão modesta dos portos deve incitar o favorecimento de sinergias para atingir uma massa crítica de meios.

II.B.3.d. O acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC)

- (85) No século XXI, é tão importante ter acesso às informações como às redes de transporte. Deste ponto de vista, a disponibilidade das infra-estruturas e serviços de telecomunicações, bem como das tecnologias digitais tornou-se um imperativo. Os resultados do projecto OROTE 1.2.2¹⁸ dedicado às redes e serviços de telecomunicações destacam uma “fractura digital” no Espaço Atlântico. Para o ilustrar, foram extraídos dois mapas, de entre muitos outros, do relatório final deste projecto e que são aqui reproduzidos no Anexo 7.
- (86) O Mapa 10 traduz a divulgação de tecnologias de banda larga junto de famílias. Em 2002, a percentagem de famílias com acesso à Internet de banda larga era superior a 6,5% em apenas três regiões do Espaço Atlântico: Irlanda do Norte, Astúrias e Navarra. Esta percentagem era inferior a 3% na maioria das outras regiões da área de cooperação, um resultado substancialmente inferior ao obtido nos países escandinavos e do Benelux. Em média, no entanto, muitas outras regiões da antiga Europa dos 15 não conseguiram resultados melhores do que o Espaço Atlântico.
- (87) O contraste ilustrado no Mapa 11 é mais surpreendente. Em termos da proporção de empresas que em 2003 dispunham do seu próprio sítio web, França, Espanha e Portugal estão claramente a ficar para trás a nível de comércio electrónico, sendo que o desempenho das Ilhas Britânicas se afigura bastante melhor.
- (88) De lamentar a aparente inexistência de dados mais recentes, o que dificulta a análise das últimas tendências que se verificam neste sector de rápida mudança. Em contrapartida, parece confirmar-se a existência de uma “fractura

¹⁷ Principais questões colocadas no estudo da RTA sobre frete marítimo; ver Anexo 2 - Referências documentais, REDE TRANSNACIONAL ATLÂNTICA (Maio de 2005)

¹⁸ «*Redes e serviços de telecomunicação: Tendências territoriais e abastecimento básico de infra-estrutura para a coesão territorial*» Ver Anexo 2 - Referências documentais, CENTRE FOR URBAN AND REGIONAL DEVELOPMENT STUDIES.

digital” no Espaço Atlântico, com o Canal da Mancha a representar uma nítida linha de ruptura no sector do comércio electrónico

II.B.4. Estrutura territorial

- (89) O debate público sobre a coesão territorial da UE iniciado pelo EDEC relançou o ideal de um "desenvolvimento territorial policêntrico equilibrado". Tal desenvolvimento pode ser encarado em várias escalas geográficas. Foi e ainda é o centro das políticas de planeamento territorial nacional e regional, mas uma característica interessante do actual debate é precisamente ambicionar a uma abordagem da questão a nível supranacional. A promoção de um sistema de cidades relativamente descentralizado e equilibrado está claramente na agenda europeia, tanto ao nível transnacional como continental. O EDEC e um número considerável de publicações subsequentes, entre as quais os estudos OROTE, realçaram a esmagadora influência de uma Zona de Integração Económica Mundial (ZIEM), o chamado "pentágono central" da UE, composta pelas metrópoles de Londres, Paris, Milão, Munique e Hamburgo. Sugere-se que um desenvolvimento territorial mais equilibrado do continente poderia ser beneficiado pelo desenvolvimento contrabalançado da ZIEM em mais subáreas periféricas do território da UE.

II.B.4.a. Análise da estrutura territorial

- (90) Na análise da estrutura territorial do Espaço Atlântico, o EDEA levanta o problema da melhor forma de abordar a questão do desenvolvimento policêntrico. A heterogeneidade e as disparidades de desenvolvimento que caracterizam o Espaço Atlântico não incitam a pensar que possa um dia figurar entre a ZIEM promovidas pelo EDEC. Nesta conformidade, o EDEA aborda a questão do desenvolvimento policêntrico atlântico a níveis geográficos inferiores.
- (91) A estrutura territorial do Espaço Atlântico conduz à realização de trabalhos em vários subespaços que figuram no Mapa 12 (cf. Anexo 7). O EDEA distingue duas grandes categorias:
- Os subespaços motores¹⁹, os mais dinâmicos, dispõem de recursos sólidos: incluem metrópoles ou grupos de cidades com grande influência, atraem investidores, têm uma economia diversificada, são dotadas de serviços superiores, de um potencial de conhecimentos elevado e gozam de uma boa acessibilidade interna e externa
 - Os subespaços de integração, polarizados por metrópoles com fraca influência (quando existem) ou cidades médias de economia menos dinâmica e menos diversificada; têm fracas acessibilidades, permanecem afastados dos principais fluxos de intercâmbio e dependem dos centros de comando externos ou de uma oferta exógena de serviços superiores; esta categoria divide-se em dois tipos distintos:
 - os subespaços de integração com forte potencial, susceptíveis de iniciar um processo de recuperação e integração nos espaços motores, desde que sejam tomadas as medidas necessárias: diversificação da economia, melhoria do acesso às redes de transporte, investimento em grandes equipamentos;
 - os subespaços de integração fraca, mais isolados, em vias de marginalização após o declínio demográfico e económico: estes

¹⁹ Denominados «sub-espacos motores» no EDEA

espaços são essencialmente rurais e pouco estruturados, de muito baixa densidade, subequipados e pouco acessíveis, são vítimas de um processo de desertificação quase irremediável, às vezes moderado pela implantação de actividades recreativas e residenciais.

II.B.4.b. O potencial das redes de cooperação

- (92) A estratégia do EDEA prevê o agrupamento dos subespaços supra referidos em "espaços de projecto" compostos por um ou mais espaços motores e outros subespaços, cuja vocação seja a de a eles se juntarem. Foram identificados cinco espaços de projecto desse tipo: O Espaço Atlântico Britânico (UK/IE), o Espaço Noroeste Francês (FR), o Espaço Franco-Espanhol (FR/ES), o Espaço Oeste Ibérico (ES/PT) e o Espaço Sul Ibérico (ES/PT). Estes grupos visam a associação de cidades e regiões a um nível territorial intermédio entre a escala local e o conjunto do Espaço Atlântico. Esta abordagem não pode e, efectivamente, não visa proporcionar um quadro completo que direcione a cooperação transnacional. O EDEA insiste que o papel desses subespaços de desenvolvimento não é o de substituir o Espaço Atlântico no seu contexto global, que obviamente permanece um espaço de relevo para a cooperação à escala europeia.
- (93) Reconhecendo o elevado potencial para uma cooperação mais profícua e para a exploração de sinergias nas já existentes e nas novas parcerias em termos de projectos transnacionais, o EDEA recomenda, em particular, que sejam tomadas todas as medidas adequadas para incentivar um intenso processo de constituição de redes entre as metrópoles e as cidades médias em todo o Espaço Atlântico. Neste enquadramento, a cooperação poderia abordar uma maior variedade de questões, incluindo, obviamente, diferentes aspectos das políticas de desenvolvimento urbano sustentável.
- (94) Além disso, este tipo de iniciativa pode contribuir para melhorar substancialmente a visibilidade internacional e a imagem de marca das cidades e regiões que integram a cooperação atlântica - um aspecto importante no actual contexto de globalização. Inúmeras cidades lutam para melhorar o seu perfil, retratando-se como locais atractivos para o investimento. A este respeito, as cidades atlânticas parecem até à data ter obtido resultados diversificados. Em termos de marketing urbano, a competição entre cidades pode revelar-se um *jogo de soma nula*, enquanto a cooperação transnacional um *jogo de soma positiva*.

II.C. COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL NO ESPAÇO ATLÂNTICO

- (95) Como mencionado no capítulo introdutório, a cooperação atlântica não é nada de novo. Ao longo dos anos, teve oportunidade de experimentar os seus métodos e desenvolver conhecimentos efectivos, no âmbito dos sucessivos programas ATLANTIS, INTERREG IIC e INTERREG IIIB.
- (96) Os desenvolvimentos mais recentes foram objecto de um exame atento no âmbito da avaliação intercalar do programa INTERREG IIIB, incluindo a sua actualização de Novembro de 2005. O EDEA completou este exercício através de um balanço crítico da cooperação, que compreendeu uma análise qualitativa dos projectos com base em catorze estudos de caso.

II.C.1. Meios financeiros e humanos em aumento crescente

- (97) O quadro abaixo destaca a progressão constante dos meios afectos à cooperação atlântica nos últimos dois períodos de programação dos Fundos Estruturais da UE. Pode igualmente observar-se um aumento substancial em termos do número e dimensão dos projectos e em termos de orçamento e

parceria. O interesse crescente suscitado pela cooperação transnacional não levanta qualquer dúvida.

	INTERREG IIC	INTERREG IIIB
Período de programação	1994-1999	2000-2006
Número de projectos aprovados	48	84
Número de parceiros, dos quais:	128	643
<i>Irlanda</i>	<i>13</i>	<i>52</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>19</i>	<i>82</i>
<i>França</i>	<i>30</i>	<i>184</i>
<i>Espanha</i>	<i>34</i>	<i>193</i>
<i>Portugal</i>	<i>32</i>	<i>132</i>
Dimensão média de uma parceria de projecto	2,7	7,65
Orçamento total do programa	24 milhões de euros	220 milhões de euros
Orçamento total do projecto	15 milhões de euros	194 milhões de euros
Orçamento médio do projecto	0,31 milhões de euros	2,3 milhões de euros

- (98) A distribuição temática dos projectos INTERREG IIIB é caracterizada pela popularidade da prioridade *“A. Estruturação policêntrica do espaço e desenvolvimento de pólos de competência”*: 24 projectos, contra 16 a 18 projectos para as outras três prioridades (*“B. Desenvolvimento de sistemas de transporte que garantam uma mobilidade sustentável e uma melhoria do acesso à sociedade da informação”*, *“C. Promoção do ambiente, gestão sustentável das actividades económicas e dos recursos naturais”*, *“D. Reforço e promoção da identidade atlântica face à globalização”*). O orçamento médio de um projecto é de 1,7 milhões de euros, 3,6 milhões de euros, 2,5 milhões de euros e 2 milhões de euros respectivamente para as prioridades A, B, C e D. O orçamento mais elevado da prioridade B reflecte um certo nível de investimento, enquanto as outras prioridades, sobretudo A, tiveram tendência a limitar-se a estudos, investigações e intercâmbios de experiência, com um fraco conteúdo operacional.

II.C.2. Conquistas e pertinência da cooperação “Espaço Atlântico” para o novo período de programação

- (99) O relatório final de actualização da avaliação intercalar do programa INTERREG IIIB nota que:
- O Programa INTERREG IIIB “Espaço Atlântico” facilitou e incentivou a cooperação; os resultados demonstram a sua eficácia e testemunham uma evolução positiva em relação ao INTERREG IIC;
 - Esta cooperação beneficia de uma dinâmica política forte ao nível regional;
 - Representa um instrumento essencial para a aplicação do EDEC;

- Os principais desafios com os quais é confrontada manifestam-se nos temas prioritários previstos para a vertente transnacional do novo objectivo de "cooperação territorial europeia",²⁰
- Os projectos em curso sobre estes temas podem inspirar a definição de novas orientações estratégicas e de projectos estruturantes e constituir a base de uma cooperação consolidada e duradoura;

(100) Podemos ler no mesmo relatório:

Estas vantagens demonstram a pertinência do "Espaço Atlântico" como espaço de cooperação territorial para o período 2007-2013. É precisamente a evolução do seu balanço, das suas capacidades de gestão, da pertinência das temáticas prioritárias da sua estratégia, do seu potencial para o desenvolvimento de projectos estruturais, do peso político do seu potencial de desenvolvimento policêntrico ou da sua identidade geográfica, que conferem ao Espaço Atlântico a capacidade de permanecer um espaço importante de estruturação e reequilíbrio do território europeu, cuja política de coesão é um instrumento privilegiado.

(101) O EDEA completa esta análise identificando outros aspectos positivos da experiência adquirida:

- Uma cooperação dinâmica e variada: vários temas; as questões tratadas são frequentemente complexas (como a gestão integrada das zonas costeiras) ou sensíveis (como a definição de linhas viáveis de TMCD)
- A forte incidência desta cooperação a longo prazo, tendo em conta o carácter frequentemente vital dos temas abordados; invoca portanto uma perpetuação das redes ou mesmo a criação de estruturas de cooperação fixas
- Uma mobilização importante dos agentes económicos e políticos sobre as "questões marítimas"
- A influência e a credibilidade crescente dos parceiros da cooperação na respectiva região ou Estado, bem como a possibilidade de conferir uma "ambição europeia" aos projectos.

II.C.3. Progressos esperados da cooperação

(102) A cooperação transnacional atlântica deve persistir na sua busca pelo progresso. Os seus recentes avanços requerem outros, em aspectos que devem ainda ser melhorados.

II.C.3.a. Projectos mais ambiciosos e operacionais

(103) Até à data, os projectos continuam a ser maioritariamente dedicados aos estudos e às investigações. Alguns deles foram acompanhados por projectos-piloto, mas muitos outros não integram nenhuma vertente operacional. O relatório da actualização da avaliação intercalar assim como o EDEA concluem que:

Será necessário não ficar na fase dos estudos e passar a outra etapa, construtiva, bem como a uma perpetuação "oficial" de certas redes.

²⁰ Confirmados com a aprovação do Regulamento FEDER 1080/2006; ver o Artigo 6. 2º.

- (104) Parece, por conseguinte, vital fazer chegar os futuros projectos a resultados tangíveis, procurando alcançar as prioridades atribuídas no presente programa. O valor acrescentado específico da cooperação transnacional deverá ser aproveitado, colocando em comum uma massa crítica de meios e dando prioridade a questões de verdadeira relevância transnacional. Os projectos devem alcançar resultados que não seriam tangíveis se os parceiros operassem isoladamente. Deve igualmente procurar obter-se um impacto positivo a longo prazo do espaço de cooperação.
- (105) Certas redes constituídas pelos projectos permanecem incompletas, por exemplo sobre o tema importante da gestão integrada das zonas costeiras. Isto pode explicar-se pelo receio dos promotores de projecto em assumir o peso próprios da gestão de parcerias muito amplas. Talvez não seja indispensável, nem mesmo desejável, querer estender as parcerias de projecto a todo o custo. Em contrapartida, é necessário incentivar uma mobilização abrangente e geograficamente equilibrada de agentes preocupados com uma mesma temática. Uma resposta adequada deve talvez encontrar-se numa outra proposta do EDEA: melhorar a coordenação dos projectos e ter até projectos a trabalhar em simbiose sobre temas comuns. Muito está ainda por fazer relativamente a esta questão, sabendo que geralmente os projectos não se conhecem entre si.

II.C.3.b. Acompanhamento coerente e a longo prazo dos progressos realizados

- (106) Até ao momento, os progressos realizados de um programa para o outro falham em legibilidade. Isso deve-se muito à ausência de técnicas de acompanhamento adequadas. No caso de um programa de cooperação transnacional, a definição e a aplicação de um sistema de acompanhamento relevante levantam tremendos problemas. O Espaço Atlântico não é o único a se deparar com esta questão. Uma simples aplicação dos métodos utilizados nos programas do Objectivo 1 ou 2 seria um erro. O relatório de avaliação intercalar do programa INTERREG IIIB “Espaço Atlântico” recomendou a elaboração de um conjunto de indicadores adequados. Esta recomendação é a única que o relatório de actualização assinalou como não concretizada. Tal não sucede por acaso. Apesar da dificuldade do exercício, o presente programa apresenta no Capítulo IV (cf. Secção IV.H), um novo conjunto de indicadores especificamente desenhados para medir o progresso da cooperação.
- (107) É importante também garantir uma compreensão e uma utilização correctas do conjunto de indicadores. Para além destas considerações técnicas, é ainda mais importante ter em mente que estes indicadores são apenas um meio ao serviço de um fim fundamental: assegurar a longo prazo a legibilidade dos progressos realizados pela cooperação. Sem tal legibilidade, o indispensável debate público sobre estas questões não poderá realizar-se legitimamente.
- (108) É nesta perspectiva que deve considerar-se a importância de uma abordagem estratégica tanto qualitativa como quantitativa. Esta abordagem implica a mobilização de todos os agentes em causa, incluindo as autoridades competentes do Programa e os parceiros de projecto, bem como as regiões cujos projectos contribuem para o seu desenvolvimento..
- (109) Isto traz-nos de novo aos imperativos de perpetuação das parcerias e coordenação dos projectos, evocados na Secção II.C.3.a, sem os quais tal abordagem estratégica parece ilusória. No entanto, a perpetuação das parcerias também não deve favorecer uma cooperação apenas entre os mais experientes. Para progredir, o programa Espaço Atlântico deve continuar a envolver um número crescente de novos intervenientes, mostrando-se aberto ao contributo de sangue novo.

II.C.3.c. Diversificação dos intervenientes e clarificação dos respectivos papéis

(110) O relatório de actualização da avaliação intercalar é a favor do envolvimento de um leque de intervenientes mais amplo, trabalhando a vários níveis:

- Ao nível dos projectos, a participação de intervenientes menos institucionais (do sector privado ou da sociedade civil organizada, por exemplo) deve ser procurada. O envolvimento de tais intervenientes pode ser encarado sem a sua participação como parceiros formais dum projecto. O relatório sublinha também a importância da participação, desta vez formal, de intervenientes dotados de um real poder de decisão nas matérias tratadas pelos projectos. Trata-se de um factor-chave na eficácia do projecto, um quadro transnacional fatalmente marcado pela grande heterogeneidade dos sistemas jurídicos e das tradições administrativas;
- Ao nível do Programa, o reforço da capacidade e da formação dos intervenientes nacionais revela-se necessário.

II.D. FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES, AMEAÇAS

N.B. Vários pontos assinalados aqui são aplicáveis apenas a uma parte do Espaço Atlântico

	FORÇAS	FRAQUEZAS
ECONOMIA	<p>Numerosas regiões atractivas e dinâmicas Investimento Directo Estrangeiro (IDE), economia diversificada, oferta de serviços superiores)</p> <p>Potencial de conhecimento (pólos universitários, investigação), sobretudo na economia marítima</p> <p>Cultura de empresa na maior parte das regiões, rico tecido de PME</p>	<p>Desenvolvimento desigual, segmentação, fortes disparidades entre as regiões</p> <p>Várias regiões com sobre-especialização em actividades de fraco valor acrescentado</p> <p>Fraca integração dessas regiões na economia de conhecimento, com uma fraca parte de emprego I&D e uma abertura internacional insuficiente</p> <p>Relutância do sector empresarial em participar na transferência de tecnologia e de outras formas de cooperação com centros académicos e de investigação</p>
AMBIENTE, PATRIMÓNIO MARÍTIMO	<p>Excelência das instituições de investigação marinha</p> <p>Qualidade e diversidade ambientais, recursos próprios do espaço oceânico</p> <p>Qualidade do ar e da água do mar entre as melhores da Europa</p> <p>Identidade comum, fundada no património marítimo</p> <p>Vastas zonas húmidas, com ecossistemas notáveis e grande biodiversidade</p> <p>Diversidade e riqueza do património cultural, locais de interesse cultural</p>	<p>Declínio na construção naval</p> <p>Baldios urbanos industriais</p> <p>Desenvolvimento urbano e pressão turística nas zonas costeiras</p> <p>Nível insuficiente de protecção / conservação / gestão sustentável dos recursos naturais e do património cultural</p> <p>Tratamento deficiente do tráfego rodoviário, dos desperdícios, das águas residuais</p> <p>Ambiente degradado dos estuários e das regiões industriais</p> <p>Pesca excessiva e poluição marinha</p>
ACESSIBILIDADE	<p>Boas ligações às capitais nacionais</p> <p>Numerosos portos e aeroportos, bem repartidos</p>	<p>Acessibilidade medíocre de numerosas regiões (incluindo as ilhas), sobretudo a nível internacional</p> <p>Articulação insuficiente de redes</p> <p>Fraco acesso aos aeroportos regionais</p> <p>Problemas de continuidade e interoperabilidade das redes, nomeadamente a ruptura franco-espanhola</p> <p>Fraco desempenho do serviço ferroviário de mercadorias</p> <p>Custos portuários elevados, mercado dos serviços portuários afastado e difuso</p> <p>Fractura digital</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS
ESTRUTURA TERRITORIAL	Cinco “espaços motores” dinâmicos e atractivos Redes de cidades experimentadas	Fraca influência internacional de numerosas metrópoles regionais e cidades intermédias Zonas frágeis em declínio, com fraco potencial de integração
COOPERAÇÃO	Experiência acumulada: ATLANTIS, INTERREG IIC e IIIB Progresso constante, quantitativo e qualitativo, de um programa para outro Vontade política de cooperação das regiões Forte mobilização dos agentes económicos e políticos sobre as “questões marítimas”	Demasiados projectos dedicados aos estudos e às investigações, sem resultados operacionais tangíveis Frac desenvolvimento das estruturas de desenvolvimento permanente Falta de coordenação entre os projectos Falta de acompanhamento coerente e a longo prazo de legibilidade dos progressos

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
ECONOMIA	Intensificação de intercâmbios simulados pela globalização, particularmente nos ex-impérios coloniais Potencial endógeno e competitivo em alguns sectores Desejo de “rejeitar o declínio anunciado” Dinâmica inspirada pelo relançamento da Estratégia de Lisboa	Disparidades geradas pela globalização, com empresas de elevado desempenho a desenvolver as suas relações com centros mais dinâmicos
AMBIENTE, PATRIMÓNIO MARÍTIMO	Sensibilização crescente para a necessidade de desenvolvimento sustentável Aumento do custo do petróleo e protocolo de Quioto: energias renováveis mais atractivas em sectores de interesse para o Espaço Atlântico Potencial turístico de elementos culturais transnacionais Nichos de excelência nas indústrias de elevado valor acrescentado da economia marítima	Degradação dos recursos de água doce e de água do mar, devido à urbanização das costas Stress hídrico, esgotamento e poluição dos lençóis freáticos, normalização da paisagem, secagem de zonas húmidas, poluição pela agricultura intensiva Erosão e outras formas de alteração das costas Degradação do meio marinho, esgotamento dos recursos haliêuticos Acidentes em instalações petrolíferas, naufrágios, marés negras Perda de biodiversidade

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
ACESSIBILIDADE	<p>Crescimento mundial da navegação marítima</p> <p>Grande potencial do TMCD, reforçado pelo aumento do custo da energia</p> <p>Projecto “Auto-estrada do mar do oeste da Europa”</p> <p>Saturação dos grandes portos europeus</p>	<p>Congestionamento do transporte rodoviário de mercadorias e marginalização dos portos por falta de desenvolvimento do transporte ferroviário de mercadorias e intermodalidade insuficiente</p>
ESTRUTURA TERRITORIAL	<p>Sinergia potencial entre “subespaços motores” e outras subespaços</p> <p>Potencial de cooperação reforçada e aproveitamento de sinergias nas já existentes ou novas parcerias de projectos transnacionais.</p>	<p>Algumas regiões que ganham (principalmente metropolitanas), outras cada vez mais marginalizadas</p> <p>Desertificação das “áreas frágeis de integração”</p> <p>Competição inútil entre cidades para promover a sua imagem internacional</p>
COOPERAÇÃO	<p>Interesse crescente suscitado pela cooperação transnacional atlântica</p> <p>Pertinência desta cooperação para os objectivos do período de programação 2007-2013 e a capacidade de contribuir para o reequilíbrio do território europeu</p> <p>Potencial dos resultados já obtidos para a cooperação a longo prazo, perspectiva de continuidade das redes</p>	<p>Cooperação transformada numa questão de iniciados no caso de má interpretação do objectivo de continuidade das parcerias</p> <p>Falta de eficácia dos projectos se a parceria não comportar intervenientes dotados de um verdadeiro poder de decisão nas matérias tratadas pelos projectos</p>

II.E. DESAFIOS

- (111) De acordo com os quadros FFOA anteriores, são numerosos os desafios a enfrentar no Espaço Atlântico. No entanto, o Programa não poderia abordá-los todos. Para evitar a dispersão dos meios, convém, com efeito, concentrar a cooperação transnacional nos desafios que não podem ser tratados legitimamente sem ela. Como apropriadamente sublinha o EDEA, várias opções estratégicas que define são da competência da cooperação de proximidade entre regiões, transfronteiriça ou até num mesmo país, ou ainda de políticas nacionais e regionais. Além disso, a área de cooperação 2007-2013 já não corresponde ao espaço de referência do EDEA. Várias opções serão actualmente tratadas de forma mais vantajosa por outros programas. Será o caso, por exemplo, dos problemas específicos das regiões internas da Península Ibérica e França, como a desertificação e os incêndios florestais: embora bem reais, estes problemas podem ser mais bem tratados no âmbito da cooperação "Sudoeste europeu".
- (112) Para identificar os desafios a enfrentar especificamente pelo Programa, as conclusões da análise FFOA foram examinadas, tendo sido seleccionadas as questões:
- Que não podem receber respostas adequadas num contexto meramente regional, nacional ou transfronteiriço;
 - Que dizem respeito especificamente às regiões elegíveis do Programa, sem poderem ser correctamente tratadas pelas duas outras grandes áreas de cooperação que se sobrepõem ao Espaço Atlântico (Nordeste Europeu e Sudoeste Europeu);
 - Relativas à intensificação da cooperação já iniciada sobre o Espaço Atlântico e à melhoria dos seus resultados.
- (113) Isto não quer dizer que as outras questões abordadas na análise FFOA sejam desprovidas de interesse para os projectos do presente programa. Pelo contrário, será necessário ter em conta que tudo está englobado na estratégia proposta pelo EDEA. Os intervenientes de níveis de acção diferentes devem ser sensibilizados para o facto de estarem a "participar no mesmo jogo". Simplesmente, as questões tratadas nesta secção correspondem ao papel específico da cooperação transnacional na estratégia global.
- (114) Foram assinalados quatro desafios principais, comentados a seguir.

II.E.1. O desenvolvimento coeso da economia do conhecimento

- (115) O desenvolvimento económico desigual do Espaço Atlântico, em especial o forte gradiente norte-sul, perceptível nos Mapas 2 (IDR), 3B (especialização sectorial) e 4 (grau de concretização da Estratégia de Lisboa)²¹, é inaceitável.
- (116) A tendência da preeminência do pentágono central europeu não tem, no entanto, nada de invencível. Muitas cidades e regiões atlânticas, recusando o "declínio anunciado", apostam no seu real potencial endógeno. Mas este não pode ser valorizado de forma isolada. Na era da globalização e da economia do conhecimento, o futuro das regiões menos prósperas é condicionado pela sua abertura internacional e pela diversificação da sua economia, não podendo ser integradas de outra forma na Estratégia de Lisboa.

²¹ Ver Anexo 7 - Mapas.

- (117) Isto implica tecer relações de cooperação económica estreitas e duradouras com as regiões mais dinâmicas, de economia inovadora e diversificada. Estas últimas têm tudo a ganhar com esta cooperação vantajosa para ambas as partes, sobretudo no Espaço Atlântico, onde a história legou às nações sólidos laços culturais e comerciais com o resto do globo.

II.E.2. Valorização do património marítimo atlântico

- (118) A cultura oceânica modelou a identidade comum das regiões atlânticas. Hoje como ontem, as suas populações podem tirar um grande benefício da sua cumplicidade com o mar, mas também não podem ignorar os seus perigos.
- (119) Se as marés negras marcaram a consciência pública, muito há a fazer pela indispensável acção transnacional, para as prevenir mais eficazmente. Existem outras ameaças, menos mediatizadas, mas não menos reais: degradação dos meios marinhos, esgotamento dos recursos haliêuticos, perda de biodiversidade em vastas zonas húmidas, stress hídrico e degradação da qualidade da água doce e da água do mar, erosão e degradação das costas. Todas estas questões requerem respostas concertadas e um reforço de conhecimentos a nível transnacional.
- (120) As investigações e técnicas modernas podem dar numerosas respostas a estes problemas, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento do Espaço Atlântico, que dispõe de numerosos nichos de excelência na economia marítima. É nomeadamente neste domínio que a cooperação económica abordada na Secção II.E.1 tem de ser alcançada.
- (121) A riqueza dos recursos naturais e o património cultural confere às paisagens atlânticas um carácter único, que deve ser conservada numa perspectiva de bem-estar e de abertura cultural às gerações actuais e futuras. Para este objectivo principal, o objectivo subordinado de valorização do potencial turístico pode contribuir largamente. O desenvolvimento do turismo sustentável em detrimento do turismo destrutivo, oferece um grande potencial de cooperação transnacional, considerando as numerosas componentes - transnacionais - do património marítimo atlântico e a possibilidade de generalizar uma série de boas práticas.

II.E.3. Desenvolvimento policêntrico e equilibrado

- (122) Tradições muito fortes de centralismo nacional polarizaram as regiões atlânticas para as respectivas capitais. Conforme evidencia a análise FFOA, tal suscita uma série de fraquezas e ameaças que o Espaço Atlântico terá de enfrentar: acessibilidade medíocre e fraca influência internacional de numerosas regiões, que correm o risco de serem marginalizadas e de entrarem numa competição infrutífera. Em contrapartida, destaca-se igualmente um verdadeiro potencial para uma cooperação reforçada e um aproveitamento de sinergias entre cidades e regiões. Para a reposição do equilíbrio no desenvolvimento territorial do espaço de cooperação do Programa, a cooperação transnacional espera poder dar respostas adequadas, dando prioridade a dois eixos de acção: a melhoria da acessibilidade e a intensificação dos intercâmbios inter-regionais.
- (123) Sobre o primeiro eixo, o da acessibilidade, a melhoria das articulações entre as redes de transporte, sobretudo o desenvolvimento da multimodalidade, representa um desafio essencial. Diz respeito às vias aéreas, terrestres e marítimas, ao transporte de mercadorias e de passageiros. As redes sofrem também de uma falta de continuidade e de interoperabilidade. O transporte ferroviário de mercadorias, apesar da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, não chega a afirmar-se. Por último, o desenvolvimento da navegação marítima, particularmente do TMCD, impõe-se

mais do que nunca. O desenvolvimento desigual das infra-estruturas e dos equipamentos de telecomunicações é um problema certamente importante, mas as respostas a dar assinalam mais investimentos nas regiões que cooperação. Em contrapartida, a reabsorção da fractura digital passa por uma mudança profunda dos hábitos e das mentalidades, para a qual a educação pode contribuir para criar uma abertura ao mundo exterior. O reforço da prática de cooperação internacional pode desempenhar um papel muito positivo a esse respeito.

- (124) Isto conduz-nos ao segundo eixo de acção, o da intensificação dos intercâmbios inter-regionais no Espaço Atlântico. Este eixo é um complemento indispensável ao primeiro. Com efeito, a melhoria da acessibilidade, por si só, não é suficiente para promover o policentrismo equilibrado: é necessário que as regiões, nomeadamente os centros urbanos, multipliquem e intensifiquem as suas relações mútuas. Nesta matéria, deverá ocorrer um intenso processo de construção de redes entre as metrópoles e as cidades médias em todo o Espaço Atlântico, com a abordagem de uma grande variedade de questões, nomeadamente as políticas de desenvolvimento urbano sustentável e a valorização da influência internacional e do atractivo das regiões.

II.E.4. Cooperação mais ambiciosa

- (125) A cooperação transnacional dispõe de uma base sólida em termos de visão estratégica, de resultados já obtidos pelos projectos e de capacidade de gestão.
- (126) O interesse crescente que suscita significa que não pode decepcionar na aplicação do Programa. Nesta óptica, dois desafios essenciais devem ser assinalados:
- A perpetuação aberta: consolidar as estruturas de cooperação existentes de maneira a reduzir a sua dependência das subvenções, acolhendo ao mesmo tempo parceiros novos. A cooperação transnacional no Espaço Atlântico deve continuar a aumentar a sua audiência, mobilizando cada vez mais intervenientes principais. A perpetuação aberta envolve também a coordenação de projectos que tratam de questões similares e o seu desenvolvimento cruzado em grupos *ad hoc*, frequentemente preferível à extensão desmedida das parcerias de projecto;
 - Os resultados operacionais tangíveis. Até à data, demasiados projectos limitaram-se a estudos ou trocas de informações. São indispensáveis resultados concretos para garantir a visibilidade da cooperação. Esta visibilidade implica também melhorar as técnicas de acompanhamento dos progressos realizados durante um mesmo período de programação e entre dois períodos sucessivos.

III. Estratégia e prioridades

- (127) Para assumir os desafios apresentados na Secção II.E, a acção dos parceiros da cooperação transnacional no Espaço Atlântico deve concentrar-se na aplicação de uma estratégia territorial comum coerente. O presente capítulo expõe e explica os eixos essenciais desta estratégia.

III.A. PORQUÊ COOPERAR?

- (128) As regiões da Europa e do Espaço Atlântico em particular, têm numerosas razões para cooperar. A cooperação territorial é uma necessidade vital porque a globalização e a integração europeia tornam as regiões, mesmo não vizinhas, cada vez mais interdependentes.
- (129) As regiões não podem orientar o seu destino sem ter em conta e tentar influenciar o que se faz e o que se decide em lugares às vezes muito distantes do seu próprio território. Por exemplo, o descongestionamento de grandes eixos rodoviários europeus passa pela promoção do TMCD em linhas situadas a centenas de quilómetros destes eixos. O futuro dos portos depende de decisões tomadas pelos transportadores e pelas autoridades competentes em países diferentes do deles. Numerosas ameaças ecológicas são de origem mundial e afectam espaços transnacionais, nomeadamente marinhos. Muitos outros desafios deste tipo poderiam ser aqui evocados. Designaremos de "desafio transnacional" qualquer questão que não possa ser devidamente tratada em exclusivo nos âmbitos nacional, regional ou local, nem pela cooperação entre entidades vizinhas de um lado e do outro de uma fronteira nacional comum.²²
- (130) Além disso, as regiões não estão em pé de igualdade no que se refere à globalização da economia e à abertura dos mercados europeus. Algumas dispõem de forças ligadas à sua posição geográfica central, que as torna mais competitivas e mais atractivas para os investidores. É a razão pela qual o objectivo de desenvolvimento policêntrico equilibrado do território europeu foi colocado no centro da estratégia do EDEC e reiterado pelas OEC. A cooperação transnacional pode contribuir para este objectivo incitando as parcerias de regiões a melhorar a sua posição concorrencial, através da partilha de recursos. Ao atingir uma massa crítica de meios, as regiões membros da parceria podem alcançar resultados que nenhuma conseguiria obter pela sua acção isolada ou mesmo cooperando no âmbito nacional. Por exemplo, um agrupamento transnacional de centros de recursos promovendo as sinergias entre centros de investigações e PME inovadoras de países diferentes, beneficia de um efeito impulsionador evidente.
- (131) As Iniciativas Comunitárias INTERREG resultaram em acções decisivas no espaço da cooperação territorial. A sua nova inclusão nos três grandes objectivos da política de coesão da União traduz bem a elevada importância política que lhe é reconhecida. No entanto, a acção levada a cabo pela UE através das suas outras competências específicas promove, organiza e financia a cooperação transnacional em temas muito diversos. Importa então que a cooperação territorial europeia complete, sem duplicar, os outros tipos

²² A cooperação «transfronteiriça» contemplada na alínea 1 do Artigo 6 do Regulamento FEDER 1080/2006.

de cooperação. O seu contributo específico é o da abordagem integrada. Luta para assegurar no terreno uma actuação coerente de um conjunto de intervenientes e políticas, tendo em conta os problemas específicos resultantes da posição geográfica das regiões. Esta abordagem, firmemente defendida pelo EDEC e pelo Livro Verde sobre a Política Marítima,²³ compreende duas componentes: a integração vertical (entre os vários níveis de intervenção: local, regional, nacional e comunitário) e a integração horizontal (entre as políticas sectoriais de impacto territorial: ambiente, transporte, desenvolvimento económico, etc.). Foi para exprimir o contributo específico desta abordagem exigente e complexa nas intervenções clássicas da política de coesão económica e social, que o conceito de “coesão territorial” emergiu recentemente. As OEC sublinham a sua grande importância.

III.B. OBJECTIVO PRINCIPAL DO PROGRAMA

(132) Embora definidos de maneira selectiva, os desafios apresentados na Secção II.E abordam inúmeras e variadas questões. Para assumir estes desafios, os organismos envolvidos no Programa, nomeadamente as parcerias de projecto, deverão intensificar mais a cooperação iniciada nos anteriores períodos de programação, concentrando-se em prioridades temáticas. Foram assim identificadas medidas para reforçar a cooperação, bem como prioridades temáticas, que são apresentadas detalhadamente nas secções subsequentes.

(133) A estratégia global do Programa pode, contudo, ser sintetizada da seguinte forma:

Alcançar progressos significativos e tangíveis na cooperação transnacional direccionados para o desenvolvimento territorial coeso, sustentável e equilibrado do Espaço Atlântico e do seu património marítimo.

III.C. COMO TORNAR A COOPERAÇÃO MAIS FORTE?

(134) Um dos principais desafios em destaque na Secção II.E, o quarto, que se refere a uma cooperação mais ambiciosa, é de carácter global. Os parceiros da cooperação devem fazer dele uma preocupação comum constante. Conforme já foi referido na mesma secção, o reforço da cooperação passa pela consecução de um objectivo duplo: a “perpetuação aberta” de estruturas de cooperação existentes associada a resultados de projectos operacionais e tangíveis.

III.C.1. A “perpetuação aberta” de estruturas de cooperação

(135) Foram criadas numerosas estruturas de cooperação no Espaço Atlântico nos períodos de programação anteriores. Assegurar a sua “perpetuação aberta” significa consolidar essas estruturas e, ao mesmo tempo, integrar novos parceiros.

(136) As medidas adequadas serão tomadas pelas autoridades responsáveis pela implementação do programa, no sentido de promover uma abordagem estratégica de longo prazo, conferindo uma maior visibilidade aos progressos alcançados pela cooperação nos sucessivos períodos de programação. Isto implica a adopção de um sistema de controlo adequado, mas também um acompanhamento das parcerias do projecto, que passa pelo alargamento do horizonte temporal da sua acção e pela clarificação do seu contributo

²³ Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (7 de Julho de 2006)

específico na estratégia global do programa. Para tal, é essencial promover a estreita coordenação, sinergia e desenvolvimento cruzado entre os projectos que tratam questões similares. Isto será alcançado através da criação de grupos de projecto adequados.

- (137) Impõe-se ainda um alargamento da audiência do programa. Também o envolvimento de intervenientes diversos, incluindo o sector privado e a sociedade civil organizada. Desde logo, deve proceder-se à mobilização pró-activa de intervenientes principais. Por “interveniente principal” entende-se os organismos que, devido ao seu sector de actividade e responsabilidades, são susceptíveis de contribuir para a realização de um ou mais objectivos do programa, independentemente do seu nível de conhecimento ou do seu envolvimento com programas de cooperação anteriores.
- (138) Em alguns casos, esta mobilização pró-activa de intervenientes principais poderá igualmente concentrar-se em operações de extrema importância para o sucesso da implementação da estratégia do programa e a prossecução dos objectivos a longo prazo. Para tal, as autoridades responsáveis pelo Programa podem decidir utilizar técnicas inovadoras de “engenharia territorial”. Por exemplo, poder-se-ia elaborar “quadros estratégicos” (ver Secção IV.G) integrados para gerar e implementar um pequeno número de projectos coordenados e cuidadosamente definidos, direccionados para um objectivo central único. Deste modo, poderia conseguir-se uma utilização mais eficaz dos recursos orçamentais e, ao mesmo tempo, melhorar o impacto estratégico e a visibilidade das actividades do Programa.

III.C.2. Resultados tangíveis do projecto: cooperação mais intensa

- (139) Dependendo do tipo de resultados do projecto, a intensidade da cooperação numa parceria de projecto pode variar em larga escala. Numa escala de 1 a 4, os resultados dos projectos foram ordenados nas categorias seguintes, por ordem crescente de intensidade de cooperação. Um único plano de acção de um projecto pode, obviamente, combinar mais do que uma destas quatro categorias, ou até mesmo todas elas.

1. Intercâmbio de experiências

Os parceiros de projectos comparam as suas experiências. Um exemplo clássico de exercício de benchmarking. As actividades revestem-se de um carácter bastante académico: estudos conjuntos e publicações, guias de boas práticas, seminários, etc. Isto implica a partilha de dados e informações, a valorização de um entendimento mútuo entre os parceiros e a consciência da diversidade das suas abordagens e culturas. Em termos práticos, contudo, estes resultados positivos não alteram o estado de coisas nas suas respectivas regiões, pelo menos durante a vida útil do projecto.

2. Transferência de conhecimento

Ao aprenderem uns com os outros, os parceiros do projecto tomam medidas concretas de reformulação das suas respectivas práticas, importando conhecimentos de uma região para outra. Inclui-se explicitamente no plano de acção do projecto acções específicas (tais como testes, medidas de candidatura, novas acções políticas, etc.) para assegurar uma transferência tangível de conhecimento entre os parceiros e a consequente mudança nas regiões respectivas.

3. Partilha de uma massa crítica de meios

Os parceiros do projecto colocam em comum recursos humanos, técnicos e financeiros para aumentar a sua eficácia e atingir resultados comuns tangíveis que, através de uma actuação individual, estariam fora do seu alcance. Por exemplo, um órgão comum transnacional presta pareceres especializados e assistência profissional numa questão específica de interesse comum. O benefício daí resultante para o conjunto da parceria excede largamente o que se poderia esperar de agências individuais, no caso dos parceiros actuarem isoladamente, graças ao efeito impulsionador do intercâmbio e cruzamento de culturas e do elevado nível de partilha de recursos.

4. Abordagem de questões transnacionais

Os parceiros do projecto cooperam no sentido de identificar e responder conjuntamente a questões transnacionais, ou seja, questões que, pela sua natureza, não podem ser correctamente abordadas sem uma cooperação transnacional, como é o caso do TMCD, da segurança marítima, da interoperabilidade das redes de transporte, da protecção de recursos haliêuticos ou de espécies migratórias.

- (140) Tal como se evidencia na Secção II.C.3 relativa à análise FFOA, os períodos de programação anteriores pautaram-se por demasiados projectos dedicados a actividades relativamente académicas como estudos, pesquisas, etc. A maioria das operações consistiu, em larga medida, num "intercâmbio de experiências", como foi possível constatar nas quatro categorias acima enunciadas. O resultado positivo de tais actividades não deve todavia ser ignorado, justificando-se plenamente a sua inclusão em planos de acção de projectos. No entanto, deve evitar-se futuras operações limitadas a um intercâmbio de experiências. Dito de outra forma, os projectos devem produzir ou preparar tendo em vista resultados tangíveis com benefícios para toda a parceria. As parcerias de projecto do Programa terão assim de incorporar pelo menos um dos outros três tipos de resultados no seu plano de trabalho, nomeadamente a transferência de conhecimentos, a colocação em comum de uma massa crítica de meios ou a abordagem de uma questão transnacional.
- (141) Consequentemente, os projectos que consistam apenas num estudo, deverão em princípio ser evitados. Em contrapartida, projectos que consistam numa viabilização ou num estudo de mercado anterior aos investimentos de interesse transnacional poderão ser aceites, bem como projectos que conduzam a resultados tangíveis de relevância transnacional.
- (142) Um último objectivo importante que deve ser perseguido pelos projectos do programa é o contributo para a coesão territorial europeia. Conforme já foi explicado anteriormente [ver parágrafo (131)], um dos aspectos mais positivos da cooperação INTERREG tem sido a valorização da abordagem integrada associada ao ideal de coesão territorial. Um aspecto a potenciar em projectos futuros. Tal implica lutar para garantir a coerência entre a acção no terreno de um conjunto de intervenientes e políticas e, nos casos aplicáveis, complementar, sem duplicar os outros tipos de cooperação transnacional financiados pela U.E.

III.D. PRIORIDADES

- (143) O número 2 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006 atribui quatro grandes campos temáticos de intervenção à vertente transnacional do

objectivo de cooperação territorial europeia: inovação, ambiente, acessibilidade e desenvolvimento urbano sustentável.

- (144) Em cada caso, o regulamento insiste na necessidade de financiar apenas operações de impacto transnacional. Mesmo as redes e acções que abordam o tema do desenvolvimento urbano sustentável devem visar *“o reforço do desenvolvimento policêntrico a nível transnacional, nacional e regional, com claro impacto transnacional”*.
- (145) Os três primeiros desafios (desenvolvimento coesivo da economia do conhecimento, valorização do património marítimo e desenvolvimento policêntrico e equilibrado) podem ser encarados à luz dos campos temáticos previstos no Regulamento FEDER, aos quais correspondem as quatro prioridades estratégicas do Programa:
- Prioridade 1: Promover redes transnacionais de empreendedorismo e inovação
 - Prioridade 2: Proteger, assegurar e valorizar de forma sustentável o ambiente marinho e costeiro
 - Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e as ligações internas
 - Prioridade 4: Valorizar as sinergias transnacionais em matéria de desenvolvimento urbano e regional sustentável

III.E. PORQUÊ ESTAS PRIORIDADES?

- (146) Estas prioridades foram escolhidas como reflexo da vontade em assumir os desafios supracitados. Estes desafios resultam da análise FFOA, que por sua vez foi em grande parte inspirada pelo EDEA. Por conseguinte, pode afirmar-se que a estratégia do Programa é o fruto de uma reflexão intensa e concertada, efectuada a nível transnacional e que beneficia da preciosa herança de longos anos de cooperação.
- (147) Além disso, nos termos do número 3 do Artigo 12.º do Regulamento FEDER 1080/2006, estas prioridades estão de acordo com as OEC e os Quadros de Referência Estratégica Nacional (QREN) relevantes e foi prestada a devida atenção às conclusões na elaboração da versão final da estratégia do programa.
- (148) Foi igualmente observada a conformidade das prioridades do programa com as disposições de natureza mais geral previstas no Regulamento Geral 1083/2006.
- (149) As questões acima mencionadas são abordadas nas secções que se seguem.

III.E.1. Assumir os desafios

- (150) As prioridades 1 e 2 irão contribuir principalmente para o “desenvolvimento coesivo da economia do conhecimento” e para a “valorização do património marítimo”.
- (151) As prioridades 3 e 4 remetem para o primeiro e segundo eixo de acção (melhoria da acessibilidade e intensificação dos intercâmbios interregionais, respectivamente) do desafio de “desenvolvimento policêntrico e equilibrado”.

MATRIZ PRIORIDADE/DESAFIO

Tema no Regulamento 1080/2006:	<i>Desafio:</i> Prioridade:	1. Desenvolvimento coesivo da economia do conhecimento	2. Valorização do património marítimo atlântico	3. Desenvolvimento policêntrico e equilibrado
Inovação	Prioridade 1: Promover redes transnacionais de empreendedorismo e inovação	<i>principal desafio visado</i>	<i>dimensão económica do desafio</i>	
Ambiente	Prioridade 2: Proteger, assegurar e valorizar de forma sustentável o ambiente marinho e costeiro		<i>dimensão ambiental do desafio</i>	
Acessibilidade	Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e as ligações internas			<i>eixo de acção "acessibilidade" do desafio</i>
Desenvolvimento Urbano Sustentável	Prioridade 4: Valorizar as sinergias transnacionais em matéria de desenvolvimento urbano e regional sustentável		<i>dimensão "património cultural" do desafio</i>	<i>eixo de acção "intensificação dos intercâmbios inter-regionais" do desafio</i>

(152) A matriz anterior ilustra de uma forma mais precisa os desafios assumidos pelas várias prioridades. Será apresentada mais detalhadamente cada uma das prioridades no Capítulo IV. Existem, contudo, dois pontos que merecem um apontamento imediato: património cultural e TIC.

(153) Os aspectos relacionados com o património cultural foram integrados na prioridade 4, dado que o Regulamento 1080/2006 os associa ao tema do desenvolvimento urbano sustentável. As dimensões económica, ambiental e cultural do património marítimo situam-se no âmbito das prioridades 1, 2 e 4 respectivamente.

(154) Para assumir o desafio do desenvolvimento policêntrico equilibrado, é necessário reduzir a fractura digital no Espaço Atlântico. Em numerosos programas operacionais, esta questão, equacionada à necessidade de melhorar a "acessibilidade virtual", surge associada a questões de transporte e mobilidade na prioridade consagrada à acessibilidade. É o caso, por exemplo, da prioridade B, "Acessibilidade e sociedade da informação", do Programa INTERREG IIIB Espaço Atlântico.²⁴ Conforme já referido [cf. parágrafo (123)], as infra-estruturas e o equipamento de telecomunicações são mais uma questão de investimento nas regiões, enquanto a redução da fractura digital requer uma mudança profunda de hábitos e mentalidades. Por este motivo, considerou-se mais apropriado tratar a melhoria da acessibilidade virtual como um tema transversal do Programa. Pela sua natureza, a cooperação transnacional constitui um campo de teste ideal das novas oportunidades oferecidas pelas TIC, que cada projecto deve explorar intensivamente no Programa. Esta abordagem pode contribuir largamente para aumentar a sensibilização para estas oportunidades nas regiões do Espaço Atlântico, que registam um atraso no desenvolvimento da Sociedade da Informação.

²⁴ Na realidade, vários projectos aprovados em conformidade com a prioridade B abordaram outras questões mediante um uso intenso das TIC.

III.E.2. Compatibilidade com as Orientações Estratégicas Comunitárias

(155) A primeira parte das OEC recomenda inscrever as operações financiadas pela política de coesão para 2007-2013 nas *“linhas directrizes integradas para o crescimento e o emprego da Agenda de Lisboa renovada”*. Para esse efeito, o documento distingue três orientações básicas:

1. *“fazer da Europa e das suas regiões lugares mais atractivos para se investir e trabalhar”;*
2. *melhorar o conhecimento e a inovação, com vista ao crescimento;*
3. *mais e melhores empregos”.*

(156) A última destas orientações parece sobretudo dizer respeito, embora não exclusivamente, às intervenções do Fundo Social Europeu (FSE). Uma análise detalhada das duas outras orientações revela que as prioridades seleccionadas para o Programa contribuem para a estratégia proposta pelas OEC, como mostra o quadro seguinte:

	OEC	Prioridade do PO (cf. objectivos específicos no Capítulo IV)
1.	Fazer da Europa e das suas regiões lugares mais atractivos para se investir e trabalhar	
1.1.	Expandir e melhorar as infra-estruturas de transportes	3
1.2.	Reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento	1 e 2
1.3.	Abordar a questão da utilização intensiva pela Europa das fontes de energia tradicionais	2
2.	Melhorar o conhecimento e a inovação com vista ao crescimento	
2.1.	Aumentar e orientar melhor o investimento em Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (IDT)	1
2.2.	Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial	1
2.3.	Promover a sociedade da informação para todos	1
2.4.	Melhorar o acesso aos financiamentos	1

(157) Para cada uma destas orientações, o texto das OEC recomenda e realça diversas acções. Na apresentação detalhada das prioridades no Capítulo IV deste Programa, é feita referência às acções que se revestem de um interesse particular para a cooperação Espaço Atlântico.

(158) A segunda parte das OEC é consagrada à dimensão territorial da política de coesão. Naturalmente, o conteúdo desta parte converge ainda mais com o das prioridades do Programa, dado o tema comum da coesão territorial. Numerosas questões abordadas pelas OEC (desenvolvimento urbano sustentável, policêntrico e equilibrado, reabilitação do ambiente físico, diversificação económica, agrupamentos empresariais, etc.) aparecem também em foco no presente Programa, na medida em que são de interesse transnacional.

(159) A Secção 2.5 das OEC, consagrada à cooperação transnacional, afirma a necessidade *“de aumentar a cooperação entre Estados-Membros em matérias de importância estratégica”*. Como a maioria dos temas e acções propostos

nesta secção foi retomada no número 2 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006, o seu conteúdo transparece *ipso facto* nas prioridades do presente Programa. De notar também que a área de cooperação Espaço Atlântico foi redefinida em conformidade com os princípios enunciados na última alínea da Secção 2.5.

III.E.3. Compatibilidade com os Quadros de Referência Estratégica Nacional

- (160) O QREN compreende as prioridades estratégicas nacionais para a coesão no período de programação 2007-2013 e foi preparado pelas autoridades nacionais dos Estados-Membros que participam do Programa com base nas OEC para a Política de Coesão 2007-2013.
- (161) Nos termos do número 3 do Artigo 12.º do Regulamento FEDER 1080/2006, as prioridades do Programa têm de ser justificadas em função do QREN que o Estado-Membro escolheu para integrar acções financiadas, ao abrigo do objectivo de cooperação territorial europeia. Nem o QREN da Irlanda nem o do Reino Unido incluem tais acções. Os governos da Irlanda e do Reino Unido permanecem firmemente empenhados na cooperação territorial mas consideram necessário desenvolver prioridades relevantes em estreita colaboração com outros Estados-Membros que participam em programas de cooperação territorial com o envolvimento da Irlanda e do Reino Unido.
- (162) A secção do “*Marco Estratégico Nacional de Referência (MENR) de Espanha 2007-2013*” dedicada à cooperação territorial afirma a necessidade de reforçar a cooperação através do investimento nas boas práticas iniciadas no quadro dos programas INTERREG. No que diz respeito à cooperação transnacional, o documento defende uma atenção temática mais precisa e o evitar de sobreposições entre áreas de cooperação. No entanto, não são explicitamente mencionados mais tópicos específicos para além dos analisados no número 2 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006. A cooperação do Programa do Espaço Atlântico deverá centrar-se nas questões marítimas, decorrendo numa área de cooperação mais restrita, limitada a regiões costeiras. Este facto está totalmente de acordo com a abordagem do MENR.
- (163) O documento francês “*Cadre de Référence Stratégique National - CRSN*” recomenda também o investimento na experiência adquirida em programas de cooperação anteriores favorecendo, em simultâneo, uma melhor atenção à temática e à questão geográfica. No que diz respeito a métodos e modalidades de cooperação, o CRSN apela a que seja dado um salto quântico na área da “engenharia territorial”, envolvendo a estruturação do processo de geração de projectos através de uma mobilização precoce e pró-activa de agentes importantes para um número limitado de projectos estratégicos caracterizados por um forte impacto territorial e um significativo “valor acrescentado europeu”. É também destacada a necessidade de uma melhor cooperação entre os diversos actores. O CRSN confirma o compromisso da França em contribuir para as quatro prioridades temáticas da cooperação transnacional definida no número 2 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006. Solicita-se aos agrupamentos de regiões marítimas, tal como o Espaço Atlântico, que coloquem especial ênfase na segurança marítima e na protecção das linhas costeiras. O Programa faz claramente eco das recomendações do CRSN, inclusivamente do apelo a uma melhor “engenharia territorial” (cf. em particular as Secções IV.G, Quadros Estratégicos e VI.B.1 Geração de projectos)
- (164) O português “Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013” destaca alguns princípios-chave aplicados a todas as operações e que beneficiam dos financiamentos estruturais da UE, em especial os princípios de sustentabilidade de concentração, selectividade e financiamento. Na aplicação

a projectos de cooperação territorial, o termo “concentração” significa a redução do número de prioridades temáticas de cada Programa Operacional no sentido de aumentar a importância dos projectos. “Selectividade” significa o favorecimento de dois tipos de operações: em primeiro lugar, projectos de natureza concreta constituídos por pequenas infra-estruturas e instalações; em segundo lugar, projectos de natureza não concreta, nomeadamente a criação e gestão de redes, trocas de experiência e preparação (estudos, etc.) de investimentos financiados por outros programas. “Sustentabilidade financeira” diz respeito à promoção de projectos duradouros, cujo período de duração deveria exceder a duração do apoio do FEDER. O QREN recomenda ainda a maximização do impacto das operações através do alcance de uma massa crítica de meios, da melhoria da visibilidade e do reconhecimento de cooperação, bem como da promoção da complementaridade entre diferentes tipos de programas. Por último, o QREN advoga um certo grau de concentração temática para a participação de Portugal em quatro programas²⁵ da vertente de cooperação transnacional. No que se refere ao Espaço Atlântico, são identificadas como prioridades temáticas as questões marítimas, o desenvolvimento de zonas costeiras e as cidades atlânticas. Estes princípios e recomendações correspondem claramente aos delineados no Programa.

- (165) Em conclusão, três dos cinco Estados-Membros participantes dirigiram o seu objectivo de cooperação territorial europeia no seu QREN, nomeadamente Espanha, França e Portugal. Não existe incompatibilidade entre o conteúdo do Programa e as recomendações incluídas no QREN destes Estados-Membros, enquanto que diversas opções políticas e princípios-chave evidenciados pelas autoridades espanholas, francesas e portuguesas são particularmente tidos em consideração nas prioridades da estratégia de Programa.

III.E.4. Resultados da avaliação *ex-ante*

- (166) A elaboração da estratégia do programa foi um processo iterativo onde as recomendações do avaliador *ex-ante* foram tidas em conta pelo GT 2007-2013 nos sucessivos projectos do Programa Operacional. O objectivo da avaliação *ex-ante* era otimizar a afectação de recursos e melhorar a qualidade de programação. O avaliador *ex-ante* conduziu igualmente o procedimento de AAE, cujo relatório final é resumido na Secção III.E.5. Este processo foi uma preciosa ajuda para a melhoria da qualidade de programação.
- (167) O relatório da avaliação *ex-ante* encontra-se em anexo (Volume separado A).

III.E.4.a. Questões-chave de avaliação

- (168) As questões-chave da avaliação *ex-ante* são as seguintes:
- O Programa apresenta uma estratégia adequada para responder aos desafios que o Espaço Atlântico enfrenta? (RELEVÂNCIA - ver Secção III.E.4.b);
 - Estará a estratégia bem definida, com objectivos e prioridades claros, e podem esses objectivos ser alcançados de forma realista com os recursos financeiros alocados às diferentes prioridades? (COERÊNCIA INTERNA - ver Secção III.E.4.c);
 - Será a estratégia coerente com as políticas a nível regional, nacional e comunitário? De que modo irá a estratégia contribuir para o alcance da Estratégia de Lisboa para o Emprego e Crescimento? (COERÊNCIA EXTERNA - ver Secção III.E.4.d);

²⁵ Sudoeste da Europa, Espaço Macaronésio, Espaço Mediterrâneo e Espaço Atlântico

- Estarão identificados os indicadores adequados para os objectivos e poderão esses indicadores e os seus alvos constituir as bases para um futuro acompanhamento e eficácia da avaliação? (SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E INDICADORES - ver Secção III.E.4.e);
- Serão os sistemas de implementação adequados para realizar os objectivos do programa? (SISTEMAS DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO - ver Secção III.E.4.f).

III.E.4.b. Relevância

- (169) O Programa Operacional para o Espaço Atlântico 2007-2013 apresenta uma estratégia adequada para responder aos desafios que enfrenta este espaço geográfico na UE.
- (170) A análise socio-económica incluída no Programa Operacional e as resultantes análises necessárias para o Programa define o Espaço Atlântico de uma forma satisfatória e ilustra as principais necessidades que podem ser abordadas no âmbito das competências do Programa.
- (171) O avaliador considerou um esforço para concentrar a análise apenas nos temas que se encontram dentro da competência do Programa, ou seja, relevantes para a cooperação transnacional. O avaliador considerou igualmente o facto de a selecção destes temas ter sido baseada numa revisão aprofundada do Regulamento FEDER 1080/2006, a experiência adquirida no Programa INTERREG IIIB precedente, incluindo estudos de averiguação e as avaliações intercalares levadas a cabo em 2003 e 2005.
- (172) As secções II.B.1, II.B.2, II.B.3 e II.B.4 contêm uma selecção de análises aprofundadas e sofisticadas sobre temas específicos relacionados com o desenvolvimento económico, ambiente e património marítimo, acessibilidade e transportes e estrutura territorial. De forma geral, existe uma forte correlação entre a análise FFOA (necessidades e desafios para o Espaço Atlântico) e os objectivos do Programa e foram assinaladas somente algumas melhorias possíveis, tais como a necessidade de prestar mais atenção às TIC.

III.E.4.c. Coerência Interna

- (173) As várias componentes do Programa encontram-se estruturadas em quatro prioridades e doze objectivos específicos, que provaram ser mutuamente consistentes. Estes objectivos específicos foram seleccionados com uma forte componente de concentração temática, particularmente na dimensão marítima do Espaço Atlântico.
- (174) Utilizando as inter-relações evidenciadas na árvore de objectivos como base do relatório da avaliação *ex-ante*, o avaliador considerou a forte relação entre o principal objectivo do Programa, (*"Atingir progressos significativos e tangíveis na cooperação transnacional direccionados para o desenvolvimento territorial coesivo, sustentável e equilibrado do Espaço Atlântico e do seu património marítimo"*) e os seus objectivos específicos.
- (175) Uma característica-chave da programação do processo tem sido a ênfase colocada na importância de assegurar a obtenção de **resultados tangíveis** de relevância transnacional pelos actores do Espaço Atlântico. Assim, questões que poderão ser melhor abordadas através da cooperação transnacional terão prioridade, nos objectivos concretos, especificamente em iniciativas locais ou regionais.
- (176) Todos os objectivos específicos deverão também contribuir para um **desenvolvimento territorial mais coesivo, sustentável e equilibrado**. O processo de reunir recursos e parceiros do Espaço Atlântico trará por si só

externalidades benéficas a longo prazo e efeitos colaterais positivos para um desenvolvimento territorial sustentável e equilibrado. De qualquer forma, os resultados esperados dos projectos que abordem objectivos específicos da prioridade 1 em matéria de iniciativa empresarial e redes de inovação, bem como os da prioridade 3 em acessibilidade e ligações internas, irão contribuir significativamente para esta dimensão do principal objectivo do Programa.

- (177) No que respeita à dimensão do **património marítimo** deste objectivo, dedica-se a este tema praticamente uma prioridade completa, enquanto que serão concentrados esforços específicos na promoção do património cultural atlântico de interesse transnacional.

III.E.4.d. Coerência Externa

- (178) Uma das conclusões do relatório da avaliação *ex-ante* é que a estratégia sublinhada pelo Programa para o Espaço Atlântico para o período de programação 2007-2013 irá contribuir para o alcance da Estratégia de Lisboa, para o Crescimento e Emprego.
- (179) Através da implementação dos projectos de cooperação transnacional, o Programa pode ajudar a melhorar as infra-estruturas de transporte, reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento, abordar questões energéticas e promover, de uma perspectiva transnacional, a inovação e as iniciativas empresariais.
- (180) Se um lado menos positivo tiver de ser apontado a esta forte e pertinente contribuição do Programa antecipado pelos avaliadores, será a falta de ligação clara e explícita entre a estratégia do Programa e o objectivo de Lisboa de promover a sociedade de informação para todos: nenhum objectivo específico suporta projectos neste âmbito. No entanto, a importância das tecnologias de informação e comunicação é sublinhada em muitas secções do Programa Operacional e existem projectos que promovem a utilização das TIC no âmbito de vários objectivos específicos.

III.E.4.e. Sistema de indicadores

- (181) O Programa Operacional inclui um sistema inicial de indicadores que constituirá a base necessária para desenvolver um conjunto compacto, sensato e de fácil utilização. Tal irá permitir aos participantes dos projectos e órgãos responsáveis pela gestão da programação levarem a cabo um acompanhamento quantificado e preciso da eficácia do programa.
- (182) O processo de avaliação confirmou a dificuldade de elaborar um sistema de acompanhamento adequado às necessidades específicas dos programas de cooperação transnacional. No entanto, foram efectuados esforços significativos para encontrar uma solução aceitável.
- (183) O conjunto total dos indicadores, alvos relacionados e informação de base será incluído e comentado no Manual de Implementação e Gestão do Programa (MIGP), para serem realizados numa fase inicial da implementação do Programa. A interpretação exacta de cada indicador deverá ser assim clarificada e melhorada regularmente através de reflexões extraídas da experiência prática da recolha de dados.

III.E.4.f. Sistemas de implementação e gestão

- (184) As provisões do Programa relacionadas com a afectação de deveres entre os diferentes órgãos de gestão são suficientes e segundo a percepção dos avaliadores, bastante abrangentes.
- (185) Seguem e estão em conformidade com o Regulamento Geral 1083/2006 no que respeita à gestão, acompanhamento e regulamentação financeira

(Artigo 58º e seguintes) e com o Regulamento 1080/2006, com particular atenção a provisões especificamente aplicadas à cooperação territorial europeia (Artigos 12º a 21º)

- (186) A estrutura de gestão proposta parece estar suficientemente descrita no Programa Operacional, estando confirmada a sua total conformidade com os regulamentos relevantes da UE.
- (187) A Autoridade de Gestão do anterior Programa Espaço Atlântico INTERREG IIIB foi o Conselho Regional de Poitou-Charentes, em França, agindo em nome dos Estados-Membros e assistido pelo STC sediado em Poitiers. Foram igualmente estabelecidos comités de acompanhamento e gestão conjuntos, bem como uma autoridade de pagamento única, que asseguravam o bom funcionamento transnacional do programa.
- (188) O avaliador tomou conhecimento da boa relação de colaboração estabelecida entre a Autoridade de Gestão/STC do INTERREG IIIB e a nova Autoridade de Gestão de 2007-2013, apesar desta última estar localizada na Região Norte (Portugal). Esta relação foi fundamental na transferência da experiência prévia e na garantia do bom funcionamento do Programa desde o seu início.

III.E.4.g. Conclusões da avaliação ex-ante

- (189) O objectivo da avaliação *ex-ante* foi o de fornecer elementos para melhorar a coerência e a qualidade do Programa Operacional nas várias fases do seu processo de elaboração. No final deste processo interactivo, o relatório final da avaliação *ex-ante* define o trabalho realizado e é encaminhado para a Comissão juntamente com o projecto final do Programa Operacional. Fornece assim elementos importantes para a compreensão da estratégia e afectação dos recursos financeiros, que serão objecto de negociações com a Comissão.
- (190) Como este Programa Operacional foi finalizado tendo em vista a submissão à consideração da Comissão, os resultados do processo da avaliação *ex-ante* foram agrupados num relatório de avaliação final. O conteúdo padrão dos programas operacionais de cooperação territorial europeia foi definido no Artigo 12º do Regulamento FEDER 1080/2006. O conhecimento de avaliação que toda a informação exige, está incluído no Programa Operacional.
- (191) No total, foram elaboradas cinquenta recomendações e sugestões durante todo o processo de avaliação. Todas elas foram incluídas numa das tabelas de síntese (registos de recomendação) nas secções relevantes do relatório.
- (192) Cada registo de recomendação revê as recomendações, a sua base, especifica que decisão (adopção ou rejeição) foi adoptada pelo GT 2007-13 e as razões apropriadas para esta decisão.
- (193) O conjunto das recomendações e sugestões abrange várias partes do relatório, ou seja, secções dedicadas à relevância, à coerência interna e externa do Programa, o sistema de indicadores proposto e o sistema de implementação.
- (194) Destas recomendações, 31 foram adoptadas e consideradas no Programa Operacional durante o período de elaboração e preparação, 8 foram parcialmente adoptadas e 11 não foram consideradas para adopção no projecto final do Programa.
- (195) A maioria das recomendações respeitantes à relevância e coerência interna e externa foi adoptada. Uma menor proporção de sugestões sobre os sistemas de indicadores e implementação do programa foram tidas em conta: várias foram rejeitadas ou parcialmente adoptadas. Vale a pena sublinhar que

algumas delas são susceptíveis de serem consideradas na elaboração do MIGP durante a fase inicial do programa.

III.E.5. Sumário do relatório da Avaliação Estratégica Ambiental

- (196) Nos termos da Directiva UE 2001/42/EC ("Directiva AAE"), foi realizada uma avaliação ambiental do Programa. A ECOTEC *Research & Consulting Ltd* preparou o relatório ambiental com base no segundo projecto do Programa Operacional. Foram consultadas autoridades públicas e ambientais dos cinco Estados-Membros participantes.
- (197) O relatório da AAE encontra-se em anexo (Volume Separado B.)

III.E.5.a. Introdução

- (198) A avaliação ambiental foi realizada de acordo com a Directiva Europeia 2001/42/EC sobre a avaliação do efeito de determinados planos e programas no ambiente: a Directiva AAE.
- (199) O objectivo da Directiva AAE é "fornecer um alto grau de protecção ao ambiente e contribuir para a integração de considerações ambientais na preparação e adopção de planos e programas que visam a promoção do desenvolvimento sustentável".
- (200) O Programa Espaço Atlântico estabelece um quadro para projectos de cooperação transnacional de natureza "ligeira" (não de infra-estruturas) e com um pequeno orçamento dentro do Espaço Atlântico. Em primeiro lugar, deve ser dito que as considerações ambientais que visam a promoção do desenvolvimento sustentável estão muito presentes no Programa Espaço Atlântico. Além disso, o Programa Espaço Atlântico é considerado coerente com as políticas e objectivos ambientais da UE.
- (201) Uma vez que o Programa Espaço Atlântico é uma política e um quadro financiado para potenciais projectos, mas que por si só não inclui projectos físicos, a descrição de efeitos e medidas foi efectuada a um nível estratégico e generalizado.

III.E.5.b. Situação actual do ambiente no Espaço Atlântico

- (202) Graças à diversidade e qualidade, o ambiente das regiões atlânticas confere-lhes o seu atractivo. Possuem muitos recursos naturais que foram menos danificados do que noutras regiões do continente, mas este ambiente representa mais do que isso. Em particular, o meio-físico marinho do Espaço Atlântico, mas também todas as actividades que gera, representam um valioso património e um factor crucial de identidade comum, a ser protegido e promovido.
- (203) A descrição da situação actual do ambiente no Espaço Atlântico contida no relatório baseia-se no Programa Operacional 2000-2006, no Terceiro Relatório Europeu de Avaliação Ambiental (o chamado Relatório Kiev, 2003) e na informação resultante de projectos co-financiados pelo Programa Operacional do Espaço Atlântico 2000-2006.
- (204) A descrição foi dividida entre:
- O desenvolvimento económico e pressões associadas no ambiente: energia, transporte, turismo, agricultura, pescas, património marítimo, investigação e alteração costeira da urbanização; e

- Desenvolvimentos ambientais: Alteração climática, destruição da camada de ozono, poluição do ar, resíduos água, riscos tecnológicos e naturais e biodiversidade.

III.E.5.c. Quadro da política ambiental

(205) O quadro da política ambiental que foi utilizado como referência para avaliar a consistência do Programa Espaço Atlântico consiste em:

- **Sexto Programa de Acção Ambiental Comunitário 2002-2012 (PAA6)**²⁶ Este programa identifica os objectivos e prioridades-chave ambientais baseado numa avaliação do estado do ambiente e das tendências prevaletentes, incluindo questões emergentes que exigem um avanço da Comunidade. O Programa deve promover a integração de preocupações em todas as políticas comunitárias e contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável através da comunidade;
- **Estratégias Temáticas** foram preparadas pela Comissão Europeia de acordo com os requisitos do PAA6.

III.E.5.d. Avaliação Ambiental do Programa do Espaço Atlântico

(206) A AAE contida no Relatório de Avaliação Ambiental é composta por duas partes:

- Uma análise da consistência do Programa Espaço Atlântico em relação à política geral ambiental europeia, materializada pelo Sexto Programa de Acção Ambiental Comunitário (as 4 Prioridades e as 7 Estratégias Temáticas);
- A descrição dos efeitos ambientais esperados/potenciais dos objectivos e acções do Programa, dividida por temas.

(207) Neste resumo, é apenas apresentada a avaliação geral por prioridade e objectivo na seguinte tabela:

²⁶ Decisão 600/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho do dia 22 de Julho de 2002, DO L 242 10.09.02.

Prioridades e objectivos	Avaliação Geral
<i>Prioridade 1: Promover redes de empreendedorismo e de inovação transnacionais</i>	
Obj. 1.1: Desenvolver transferências de conhecimentos entre empresas e centros de investigação	Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 1.2: Aumentar a competitividade e a capacidade de inovação em nichos económicos de excelência	Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 1.3: Estimular a conversão e a diversificação ao promover o potencial regional endógeno	Nenhum impacto ambiental significativo
<i>Prioridade 2: Proteger, assegurar e valorizar de forma sustentável o ambiente marinho e costeiro</i>	
Obj. 2.1: Melhorar a segurança marítima	Contribuição marginal positiva indirecta
Obj. 2.2: Gestão sustentável e protecção dos recursos dos espaços marinhos	Contribuição marginal positiva indirecta
Obj. 2.3: Explorar o potencial da energia renovável do meio marinho e costeiro	Contribuição marginal positiva indirecta
Obj. 2.4: Proteger e promover espaços naturais, recursos aquáticos e zonas costeiras	Contribuição marginal positiva indirecta
<i>Prioridade 3: Melhorar os acessos e as ligações internas</i>	
Obj. 3.1: Promover a interoperabilidade e a continuidade das redes de transporte existentes e a intermodalidade mar/estrada/caminho de ferro/ar	Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 3.2: Promover o transporte marítimo de curta distância e a cooperação entre os portos	Os projectos financiados nesta prioridade não terão propriamente efeitos ambientais significativos devido à sua natureza “ligeira”. Contudo, projectos que têm o intuito de promover o transporte de curta distância deveriam ser solicitados se considerarmos os possíveis efeitos ambientais que esta actividade de TMCD teria se fosse implementada. Os estudos financiados pelos anteriores programas Espaço Atlântico incluíram certamente considerações ambientais nas suas avaliações sobre a viabilidade das rotas de TMCD. Por este motivo, o avaliador está seguro de que as considerações ambientais continuarão a ser o factor central nos projectos desta prioridade.
<i>Prioridade 4: Promover sinergias transnacionais em desenvolvimento sustentável urbano e regional</i>	
Obj. 4.1: Partilhar recursos e competências no campo do desenvolvimento sustentável urbano e rural	Contribuição marginal positiva indirecta
Obj. 4.2: Tornar as cidades e as regiões mais influentes e atractivas através de redes	Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 4.3: Conservar e promover a herança cultural atlântica de interesse transnacional	Nenhum impacto ambiental significativo

III.E.5.e. Conclusões da avaliação ambiental

- (208) Basicamente, o Programa Espaço Atlântico não terá repercussões ambientais significativas devido ao seu amplo alcance geográfico e ao tipo de actividades que serão co-financiadas: projectos “sociais” com pequenos orçamentos (é provável que as acções impliquem a troca de uma grande quantidade de informação, intercâmbio de experiências, etc.).
- (209) O propósito e os objectivos do Programa realçam o desenvolvimento sustentável como parte intrínseca dos objectivos do Programa. Isto indica que o Programa, em princípio, foi elaborado tendo devidamente em conta as possíveis repercussões ambientais derivadas das iniciativas propostas. Para além disso, a prioridade 2 tem objectivos explicitamente ambientais, o que significa que existem grandes probabilidades para que se produzam efeitos ambientais positivos.
- (210) No que diz respeito ao possível impacto ambiental de cada uma das quatro prioridades do Programa Operacional Espaço Atlântico, é possível concluir:
- **Prioridade 1** - Nenhum impacto ambiental significativo.
 - **Prioridade 2** - Contribuição marginal positiva indirecta para o ambiente.
 - **Prioridade 3** - Nenhum impacto ambiental significativo.
 - **Prioridade 4** - Nenhum impacto ambiental significativo.
- (211) O potencial impacto ambiental do Programa Espaço Atlântico como um todo, depende bastante não somente do seu **orçamento** total (104.051.233 euros de fundos FEDER) mas também da distribuição dos meios financeiros entre as quatro prioridades e os objectivos concretos.
- (212) Deve realçar-se que, a uma escala europeia, os projectos com orçamentos com estas proporções somente podem ter um impacto económico, social e ambiental, muito limitado. A transferência interna dos meios financeiros não mudará o facto de forma significativa. Para além disso, uma grande parte do orçamento, até mesmo para projectos com objectivos ambientais claros, será utilizado na consolidação de estruturas transnacionais, na elaboração de planos de acção, etc., e somente parcialmente na execução de medidas ambientais concretas. Como é óbvio, isto não reduz o valor intrínseco dos objectivos do Programa Espaço Atlântico ou dos projectos individuais.

III.E.5.f. Sugestões sobre o projecto de selecção e o procedimento de acompanhamento

Seleccção de projectos

- (213) A estrutura de implementação descrita no Programa Operacional deverá garantir uma selecção suficientemente minuciosa de candidaturas, para que estas cumpram as prioridades e objectivos do Programa Espaço Atlântico, bem como os seus objectivos ambientais e os seus efeitos (indirectos) ambientais positivos. O processo permite que candidaturas com suficiente potencial contribuam de forma mais eficaz para o cumprimento dos objectivos.
- (214) No entanto, e para assegurar o ênfase adequado sobre as questões ambientais e de sustentabilidade, as entidades implicadas no processo de selecção de projectos devem contar com um número apropriado de especialistas em meio ambiente (a saber, representantes de agências ambientais dos Estados-Membros). A pertença a um grupo de trabalho consultivo transnacional ou, melhor ainda, a um grupo de trabalho consultivo especificamente dedicado a questões ambientais deverá ser um requisito

mínimo. Mas dado que estes grupos de trabalho desempenham um papel estritamente consultivo e não estão implicados na própria selecção de projectos, seria mais apropriado que o Comité de Acompanhamento incluísse pelo menos um especialista em meio ambiente.

(215) Para além disso, para facilitar o processo de avaliação, cada candidatura deve incluir uma **breve nota** acerca dos aspectos ambientais do projecto.²⁷ O conteúdo desta nota dependerá do tipo de projecto:

- Para projectos definidos geograficamente - que se refiram a zonas específicas (transfronteiriças) - por exemplo, a bacia de um rio ou uma zona costeira - ou a múltiplas zonas não adjacentes com questões semelhantes - por exemplo, cidades de distintos Estados-Membros - esta nota deve incluir uma breve descrição da situação ambiental da(s) zona(s) do projecto, realçando os aspectos ambientais que abordará especificamente no projecto (por exemplo, a qualidade da água, os riscos de inundações, etc.);
- Para projectos não definidos geograficamente - por exemplo, projectos que se refiram à implantação de determinadas técnicas inovadoras em instalações industriais - esta nota deve incluir uma descrição das melhorias ambientais previstas pelo projecto e seus possíveis efeitos indirectos (negativos).

(216) Dada a grande possibilidade de projectos propostos, é impossível e não desejável definir critérios de avaliação estritos para cada questão ambiental. O principal factor de avaliação será a opinião dos especialistas. Contudo, devem existir alguns requisitos de qualidade mínimos e uma certa normalização nas notas ambientais preparadas pelos proponentes. Logicamente, estas normas serão estabelecidas pelo grupo de trabalho consultivo proposto para as questões ambientais, que também emitirá o seu parecer em torno das propostas dos projectos. É óbvio que, toda esta informação será também transmitida ao Comité de Acompanhamento e ao STC.

(217) Se estas sugestões forem seguidas, o processo de selecção descrito no Programa Operacional deverá garantir que todos os projectos seleccionados respondam não apenas às prioridades e objectivos do Programa Espaço Atlântico, mas que de certa forma, contribuam também para os objectivos ambientais que não estão especificamente abordados no Programa.

Acompanhamento

(218) Devido à sua amplitude e natureza, é possível que durante a fase de execução alguns dos projectos seleccionados tenham de se submeter a uma avaliação ambiental: uma AAE, por exemplo, no caso de um plano de desenvolvimento regional; uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), por exemplo, no caso de um projecto concreto de infra-estrutura. Tanto a AAE como a AIA irão fornecer os instrumentos de acompanhamento necessários. Mas será também necessário realizar um acompanhamento dos projectos que não forem submetidos a uma avaliação ambiental formal, para comprovar os seus efeitos ambientais (indirectos). Em todos os casos, a nota ambiental a ser incluída na candidatura, poderá actuar como documento de referência.

(219) Os aspectos ambientais a ser acompanhados e o desempenho desse acompanhamento dependerão bastante do tipo de projecto. Neste momento, não é possível determinar nenhum critério de acompanhamento mas estes deverão ser determinados pelo Comité de Acompanhamento, com o apoio do grupo de trabalho consultivo para questões ambientais.

²⁷ O formato desta nota deve ser acordado e deve fazer parte do formulário de candidatura.

III.E.5.g. Procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica

- (220) De acordo com as condições da directiva AAE, organizou-se um processo de Avaliação Ambiental Estratégica seguindo uma série de fases distintas.
- (221) Os processos de AAE foram acordados pelo Grupo de Trabalho e foram levados a cabo por Portugal, na qualidade de Estado-Membro anfitrião e na qualidade de Autoridade de Gestão do Programa, estando a sua estrutura legal em Portugal, conforme a Directiva 2001/42/CE.

Fase de investigação prévia

(Decisão de Cardiff - GT 4)

- (222) Na fase inicial do processo algumas administrações ambientais dos Estados-Membros foram contactadas de forma activa para determinar o alcance e os procedimentos da AAE, inquirindo junto de cada um a necessidade de uma AAE «completa». No dia 16 de Outubro de 2006, foi enviada uma nota de investigação prévia a todos os Estados membros participantes no Programa Espaço Atlântico.
- (223) A Espanha reagiu afirmando que de acordo com os procedimentos da AAE espanhola, era necessário uma AAE completa.
- (224) No dia 22 de Novembro de 2006, Portugal comunicou formalmente a todos os Estados-Membros sobre a necessidade de realizar uma «AAE completa».

Decisão para lançar a AAE

(Decisão de Sevilha - GT 5)

- (225) Optou-se por lançar a AAE de acordo com a legislação portuguesa (Directiva 2001/42/CE) e tendo por base o seu Artigo 7 sobre consultas transfronteiriças.
- (226) Tendo essa base e de modo a manter a calendário de elaboração do Programa Espaço Atlântico, ficou acordado um prazo comum. Foi ainda decidido que o alcance do Relatório Ambiental seria fixado pelas autoridades portuguesas, dado que Portugal é o primeiro Estado-Membro responsável por todo o processo de implementação da AAE. Os restantes Estados-Membros concordaram.

Fase de determinação do alcance

- (227) Portugal iniciou um processo de consulta sobre o alcance do Relatório Ambiental às agências portuguesas mais relevantes, de acordo com os procedimentos acordados em Sevilha, seguindo o Artigo 7 da Directiva 2001/42/CE, cujos resultados foram entregues aos avaliadores *ex ante*.

Consulta sobre o relatório AAE e o esboço do Programa Operacional

- (228) No dia 29 de Janeiro de 2007 iniciou-se uma consulta pública comum sobre o relatório AAE e sobre o esboço do Programa Operacional. Estes documentos foram colocados à disposição no sítio web do Programa Espaço Atlântico no dia 29 de Janeiro de 2007, bem como nos sítios web dos Estados-Membros e no de algumas regiões participantes, tal como se pode ver no seguinte quadro.

ESTADO-MEMBRO	Data de Lançamento	Data de Conclusão	Número de comentários recebidos	Sítio Internet do anúncio da AAE
França	01-Fev-07	28-Fev-07	5	www.pays-de-la-loire.pref.gouv.fr/coopatlantique
Irlanda	1-Fev-07	28-Fev-07		www.bmwassembly.ie
Portugal	29-Jan-07	28-Fev-07	3	www.qca.pt
Espanha	31-Jan-07	01-Mar-07	1	www.dgfc.sggp.meh.es
Reino Unido	29-Jan-07	01-Mar-07	10	www.wefo.wales.gov.uk

(229) Foi feita uma análise dos resultados das 19 respostas recebidas e todas foram cuidadosamente avaliadas. Foram considerados uma série de comentários e observações que foram integrados de acordo com a versão final do Programa Operacional.

(230) No Anexo 2 do relatório da AAE (Volume Separado A) figura uma análise e uma descrição detalhada de cada uma das 19 respostas, bem como o seu impacto no Programa Operacional Espaço Atlântico 2007-2013.

(231) De qualquer forma, as respostas encontram-se no seguinte quadro:

EM	Nº	Comentando por
FR	1	DRAC (Direction Régionale des Affaires Culturelles) Bretagne
FR	2	EMC2 (Ensembles Métalliques et Composites Complexes)
FR	3	CEPRI (European Center for Flood Prevention)
FR	4	CR Pêches maritimes & élevages marins
FR	5	Espace métropolitain Loire Bretagne
PT	6	CCDR Norte (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional)
PT	7	Instituto do Ambiente
PT	8	Cidadão português (Paulo Alexandre)
UK	9	Argyll and Bute Council
UK	10	West of Scotland European Consortium
UK	11	Countryside Council for Wales
UK	12	Natural England
UK	13	Countryside Council for Wales
UK	14	Environment Agency Wales
UK	15	Environment Agency
UK	16	COMET Interreg Partnership
UK	17	Council for Nature Conserv. & Countryside
ES	18	Instituto de Salud Carlos III
UK	19	North West Regional European Partnership (NWREP - England)

(232) Tal como mencionado na Secção III.E.5 - Conclusões da Avaliação Ambiental, o Programa não terá impactos ambientais significativos devido ao seu amplo âmbito geográfico e ao tipo de actividades que serão co-financiadas. De qualquer forma, todas as respostas fornecidas na consulta foram cuidadosamente analisadas e muitas delas foram integradas na versão final do Programa Operacional. No Anexo 2 citado no parágrafo (230) é possível encontrar uma descrição detalhada de todas as respostas recebidas, a análise que foi efectuada e uma justificação sobre a forma como foram consideradas.

III.E.6. Conformidade com os Artigos 16.º e 17.º do Regulamento Geral 1083/2006

- (233) O Artigo 16.º do Regulamento Geral 1083/2006 estabelece que a equidade entre homens e mulheres e a integração da perspectiva do género deve ser promovida e que nenhuma discriminação tendo por base o sexo, a raça ou a origem étnica, a religião ou a crença, a invalidez, a idade ou a orientação sexual deve ser aplicada durante os vários níveis da implementação dos Fundos Estruturais. No conteúdo da estratégia do programa, nada deve exprimir preocupação a este respeito. As regras que se aplicam à gestão do Programa devem seguir o princípio da não-discriminação. Em particular, o pessoal do STC do Programa deve ser contratado unicamente pelo seu mérito [cf. parágrafo (369)]. Para além disso, de acordo com o Artigo 16.º esta é explicitamente uma das condições de admissibilidade para o projecto [cf. parágrafo (398)].
- (234) O Artigo 17.º do Regulamento Geral 1083/2006 estabelece que os objectivos dos Programas de Fundos Estruturais devem ser alcançados no âmbito do desenvolvimento sustentável e da promoção da Comunidade através do objectivo de proteger e melhorar o ambiente, conforme estabelecido no Artigo 6.º do Tratado. Em muitos aspectos, a implementação da estratégia do programa irá favorecer uma melhor protecção do ambiente e promover a sustentabilidade. É o caso das prioridades 2 e 4, mas a prioridade 3 deverá também contribuir para uma mudança de modalidades que favoreça meios de transporte sustentáveis. O impacto ambiental do Programa foi avaliado no quadro do procedimento da AAE. Para além disso, a conformidade com o Artigo 17.º é explicitamente uma das condições de admissibilidade para o projecto [cf. parágrafo (398)].

IV. Objectivos e resultados

- (235) O presente capítulo comenta em detalhe as quatro prioridades seleccionadas. Nas primeiras quatro secções são analisados os objectivos específicos e o âmbito de actuação de cada prioridade. A quinta secção é relativa às recomendações específicas para se alcançar a melhor complementaridade possível entre, por um lado, as operações do Programa e, por outro, as políticas comunitárias ou outros programas ou acções financiados pela UE. Para clarificar as perspectivas de cooperação a longo prazo e perpetuar as parcerias (cf. A “perpetuação aberta” comentada na Secção III.C.1), os agrupamentos de projectos e “enquadramentos estratégicos” são apresentados nas Secções IV.F e IV.G respectivamente. Por último, é abordada na Secção IV.H a quantificação dos objectivos do programa.
- (236) Na prática, poderá dar-se o caso das actividades programadas num plano de acção de um projecto sejam relevantes para mais do que uma prioridade. Isto será ainda mais provável se a integração horizontal entre políticas baseadas em sectores fosse favorecida enquanto um componente da abordagem integrada apresentada na secção III.A. Por exemplo, a rede de inovação transnacional que pretende implementar um programa de investigação sobre tecnologias de transporte que aborde questões relacionadas com a interoperabilidade, poderia ser aplicada ao abrigo de ambas as prioridades 1 e 3. De igual forma, actores-chave consultados para a preparação do Programa referiram o potencial de projectos que desenvolvam ligações entre os sectores do turismo, das TIC e do património. Nessas circunstâncias, seria da responsabilidade dos candidatos considerar qual a prioridade relevante que melhor corresponde ao objectivo principal do seu projecto e apresentar a respectiva candidatura apenas com base nessa prioridade. Considerando a necessidade de uma abordagem integrada em actividades de projectos, as quatro prioridades principais do programa não devem de forma alguma ser encaradas como compartimentos estanques.
- (237) Nas secções seguintes, são revistos temas e tipos de acções com particular relevância para os objectivos específicos de cada prioridade de Programa. As listas resultantes de possíveis projectos não são exclusivas. O seu único propósito é fornecer aos candidatos de projectos melhores elementos de compreensão sobre o tipo de iniciativas que podem considerar incluir nas suas candidaturas. Deve ser claro que abordar uma ou mais questões destas listas não representa por si só critério suficiente para garantir a aprovação da candidatura de um projecto. A selecção de projectos irá basear-se num conjunto de condições de acesso e nos critérios de selecção referidos no parágrafo (397).

IV.A. PRIORIDADE 1: PROMOVER REDES TRANSNACIONAIS DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

- (238) A análise FFOA do capítulo II destacou o carácter claramente desigual do desenvolvimento económico no Espaço Atlântico, bem como uma tendência à especialização excessiva das regiões menos favorecidas, em actividades de fraco valor acrescentado. Assinalou também a existência real de um potencial endógeno em certos sectores e de um rico tecido de PME.
- (239) Sublinhou ainda que o desenvolvimento das regiões menos prósperas dependia da sua abertura internacional, da diversificação da sua economia e

da sua capacidade de se inscrever na economia do conhecimento promovida pela Agenda de Lisboa.

- (240) Por outro lado, a importante contribuição que as investigações e técnicas modernas poderiam trazer à valorização do património marítimo assinalou a necessidade de intensificar a cooperação económica igualmente neste domínio.
- (241) Finalmente, existe uma clara necessidade de ultrapassar a relutância do sector empresarial em proceder a transferências de tecnologia e outras formas de cooperação com centros académicos e de investigação.

IV.A.1. Prioridade 1 e os seus objectivos específicos

- (242) Tendo em conta estas conclusões, a prioridade 1 “Promover redes transnacionais de Empreendedorismo e Inovação”, foi seleccionada em resposta:

- Ao desafio de “desenvolvimento solidário da economia do conhecimento”;
- À vertente económica do desafio de “valorização do património marítimo”.

- (243) O seu objectivo é o de promover uma cooperação económica estreita e duradoura entre as partes interessadas das diversas regiões do Espaço Atlântico. Esta cooperação deveria tornar-se vantajosa para todas as partes. Muitas regiões e economias atlânticas são pequenas individualmente, mas no seu conjunto possuem uma massa que torna o Espaço Atlântico um interveniente global. Para alcançar este estatuto, é essencial que exista uma rede transnacional entre os principais intervenientes. O envolvimento das PME, que necessitam de apoio nas suas actividades internacionais, é especialmente importante. A prioridade 1 aposta também na possibilidade de explorar complementaridades entre as diferentes categorias de regiões, nomeadamente a sua diversidade cultural e as vantagens que daí podem ser retiradas no contexto da globalização.

- (244) A prioridade 1 procura atingir particularmente três objectivos específicos:

- Objectivo 1.1. - Desenvolver a transferência do conhecimento entre empresas e centros de investigação;
- Objectivo 1.2. - Reforçar a competitividade e a capacidade de inovação nos nichos de excelência da economia marítima;
- Objectivo 1.3. - Estimular a reconversão económica e a diversificação, valorizando o potencial endógeno das regiões.

IV.A.2. Campo de acção da Prioridade 1

- (245) Como sugere o título, esta prioridade centra-se na promoção da inovação. Não é referida apenas inovação científica e técnica (incluindo eco-inovação), mas também outras características da economia do conhecimento contemporânea, tais como novos tipos de serviços empresariais ou técnicas de marketing inovadoras, com especial referência à dimensão transnacional destas práticas.

- (246) Deverá ser tido especial cuidado na abordagem do mundo empresarial, em especial as PME. O envolvimento directo das PME em actividades de

projectos, particularmente a participação de empresas de distribuição de lucros como parceiros formais do projecto, terá de estar em conformidade com as condições definidas pela legislação comunitária e nacional e os regulamentos sobre ajuda estatal e contratos públicos. Organizações que desempenhem um papel de interface essencial, por exemplo, centros de recursos, instituições de formação profissional e incubadoras de PME, podem igualmente ser associadas num esforço para envolver o sector privado.

- (247) Ao mesmo tempo, os projectos deverão ligar as suas actividades ao desenvolvimento regional, em vez de se centrarem apenas na formação de redes dentro do respectivo sector científico/empresarial. Em especial, as parcerias de cooperação de natureza puramente académica, apenas entre instituições de investigação, deverão apresentar uma candidatura no quadro de outros programas que pareçam mais indicados para atingir esse objectivo.²⁸

IV.A.2.a. Objectivo 1.1. – Desenvolver a transferência do conhecimento entre empresas e centros de investigação

- (248) Apesar de algumas tendências positivas recentemente observadas, o aumento da consciencialização sobre a importância da inovação económica e tecnológica nos círculos empresariais, em especial entre as PME, continua a ser um desafio crucial da Agenda de Lisboa. Neste âmbito, pode ainda ser feito um progresso considerável no Espaço Atlântico através de uma vasta gama de actividades possíveis. Essas actividades podem ser já realizadas no contexto regional, mas a sua implementação nas redes transnacionais - a finalidade do Objectivo 1.1 - deverá produzir um fomento significativo.
- (249) Num ambiente de negócios caracterizado por uma competitividade de crescimento uniforme, as empresas poderão ter boas razões para evitarem o seu envolvimento, mesmo indirectamente, em esquemas de cooperação, em especial quando esse envolvimento pode originar a revelação inadequada de informação sensível. Os promotores do projecto devem ter especial cuidado para fornecerem um quadro adequado para que este tipo de dificuldade possa ser ultrapassado.
- (250) Ao abrigo do Objectivo 1.1., deverá ser levada a cabo a promoção de transferências de conhecimento sobre todos os tipos de inovação económica e tecnológica. A prioridade deve ser dada a projectos com impacto positivo no desenvolvimento económico regional.
- (251) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 1.1
- Criar ou reforçar redes de cooperação entre empresas e centros de investigação de países diferentes;
 - Promover centros transnacionais de recursos que recolham e divulguem a informação relativa à inovação (novas patentes, etc.) e à transferência de tecnologias e que estabeleçam a relação entre as PME e os centros de investigação que trabalham sobre questões de interesse comum;
 - Constituir equipas especializadas nas redes de assistência técnica transnacionais, para auxiliar as PME a diagnosticar e resolver questões jurídicas, organizacionais e humanas associadas aos processos de inovação;

²⁸ Por exemplo, o 7PQIDT (FP7) ou o capítulo interregional do objectivo de cooperação territorial europeia.

- Reunir resultados de sistemas de vigilância de tecnologia e formação em técnicas de inteligência económica, no âmbito de parcerias transnacionais;
- Melhorar o acesso ao financiamento da inovação, por exemplo tornando as PME mais familiarizadas com diferentes técnicas de engenharia financeira ou estabelecendo fundos de inovação transnacionais;
- Desenvolver parcerias transnacionais em torno de centros europeus de excelência especializados em sectores com elevado conteúdo de alta tecnologia.

IV.A.2.b. Objectivo 1.2. Reforçar a competitividade e a capacidade de inovação nos nichos de excelência da economia marítima

(252) O desenvolvimento económico deveria ser catalisado em alguns sectores da economia marítima que oferecem um grande potencial para o futuro do Espaço Atlântico. Entre estes, o Objectivo 1.2 concentra-se nos nichos de excelência, onde o nível de qualidade dos investimentos em IDT é tal, que se pode esperar o reforço de uma posição competitiva a nível global. Sem querer ser exaustiva, a lista dos sectores importantes inclui a construção de embarcações de recreio, segmentos de valor acrescentado elevado da indústria da construção naval e um amplo domínio da investigação marinha: oceanografia, biologia e biotecnologias marinhas, nutracêutica²⁹ investigação marinha: oceanografia, biologia e biotecnologias marinhas, nutracêutica baseada em produtos marinhos, desenvolvimento de técnicas de pesca e culturas marinhas, protecção e promoção do ambiente marinho. Conforme destacado na Secção II.B.2.d, estes sectores enfrentam actualmente o desafio crucial da necessidade absoluta de concentração de meios e a cooperação transnacional fornece oportunidades significativas para o fazer. Relativamente a esta questão, os projectos ao abrigo do Objectivo 1.2 podem ser uma contribuição significativa para a agenda de política económica do Livro Verde sobre a Política Marítima da Comissão, com especial destaque para a promoção de "agrupamentos marítimos" defendidos neste documento³⁰

(253) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 1.2

- Facilitar a formação ou consolidação de redes transnacionais de agrupamentos industriais da economia marítima;
- Transferência transnacional de tecnologia e divulgação de conhecimentos entre os centros de investigação e as empresas, em especial PME, da economia marítima;
- Elaborar instrumentos de engenharia financeira conjuntos para apoiar a inovação na economia marítima;
- Reunir recursos a nível transnacional para melhorar o ambiente de inovação da economia marítima, por exemplo, fornecer serviços empresariais conjuntos, auxílio à mobilidade da força de trabalho, formação científica e profissional conjunta.

²⁹ Neologismo: alimentos ou componentes de alimentos que parecem ter um efeito de tipo farmacológico, normalmente preparados e/ou concentrados numa pílula, cápsula ou em pó

³⁰ Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (7 de Julho de 2006).

IV.A.2.c. Objectivo 1.3. Estimular a reconversão económica e a diversificação valorizando o potencial endógeno das regiões

(254) Muitas regiões atlânticas enfrentam o declínio económico e/ou a sobre-especialização em sectores de baixo valor acrescentado. Para redireccionarem a respectiva economia, lutam para poderem explorar o seu potencial endógeno. No entanto, conforme foi referido na Secção II.E.1, este potencial não pode ser utilizado isoladamente. É necessário que haja uma abertura a nível internacional e a diversificação da economia. O Objectivo 1.3 visa apoiar esta medida aproveitando as oportunidades oferecidas através da cooperação transnacional. Entre essas oportunidades, merece ser tida em conta a complementaridade cultural entre as quatro áreas linguísticas do Espaço Atlântico, no contexto actual da globalização, devido ao estatuto internacional das quatro línguas em questão.

(255) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 1.3

- Explorar o potencial das NTIC para favorecer o desenvolvimento de ramos comerciais internacionais para produtos regionais;
- Equipas transnacionais especializadas nas acções de reforço da capacidade de inovação, para acumular a experiência adquirida em âmbitos nacionais diferentes e experimentar a sua transferência para regiões em reconversão;
- Estimular a criação de agrupamentos regionais;
- Marketing conjunto de diferentes tipos de turismo sustentável inovador, por exemplo, ecoturismo, gastronomia regional, turismo submarino;
- Transferência transnacional de conhecimento adquirido no campo da agricultura ecológica inovadora.

IV.B. PRIORIDADE 2: PROTEGER, ASSEGURAR E VALORIZAR DE FORMA SUSTENTÁVEL O AMBIENTE MARINHO E COSTEIRO

(256) Segundo a análise FFOA do Capítulo II, o ambiente do Espaço Atlântico enfrenta um grande número de ameaças: marés negras, degradação dos habitats marinhos, esgotamento dos recursos haliêuticos, perda de biodiversidade, diversos tipos de poluição, degradação dos espaços naturais e das paisagens, erosão, degradação das costas e deterioração da qualidade da água. Estão particularmente em causa uma falta de concertação nas medidas de prevenção de naufrágios, a pesca excessiva, a insuficiente cobertura do território por sítios Natura 2000, as pressões do desenvolvimento urbano e do turismo, um tratamento inadequado do tráfego rodoviário, dos desperdícios e das águas residuais, bem como a agricultura intensiva.

(257) No entanto, este ambiente está relativamente em melhores condições de conservação do que o de outras regiões europeias e continua rico em recursos e zonas naturais de grande qualidade, nomeadamente certas zonas costeiras e vastas zonas húmidas. Contém também um potencial importante de energias renováveis.

IV.B.1. Prioridade 2 e os seus objectivos

- (258) A prioridade 2 “Proteger, assegurar e valorizar de forma sustentável o ambiente marinho e costeiro”, concentra-se na dimensão ambiental do desafio de “Valorização do património marítimo Atlântico”. Numerosas questões de interesse transnacional podem ser abordadas neste domínio. Mais uma vez, o Livro Verde sobre a Política Marítima da Comissão³¹ deverá ser a principal fonte de inspiração para o desenvolvimento de projectos.
- (259) O primeiro objectivo será o de prevenir as catástrofes como os naufrágios e as marés negras, através de uma acção transnacional concertada. Seguidamente, será necessário gerir e valorizar de forma sustentável os recursos dos espaços marinhos, nomeadamente os recursos haliêuticos. Um terceiro objectivo importante será a exploração do vasto potencial de energias renováveis. Por último, os recursos hídricos, a biodiversidade e a integridade dos grandes espaços naturais e zonas costeiras devem ser adequadamente protegidos e valorizados, por exemplo encorajando modelos de turismo sustentáveis. As experiências de Gestão Integrada de Zonas Costeiras (GIZC) devem ser prosseguidas e aprofundadas.
- (260) Em resumo, a prioridade 2 contribuirá para os quatro objectivos específicos seguintes:
- Objectivo 2.1. - Reforçar a segurança marítima;
 - Objectivo 2.2. - Gerir de forma sustentável e proteger os recursos dos espaços marinhos;
 - Objectivo 2.3. - Explorar o potencial de energia renovável do ambiente marinho e costeiro;
 - Objectivo 2.4. - Proteger e valorizar espaços naturais, os recursos hídricos e as zonas costeiras.

IV.B.2. Campo de acção da Prioridade 2

- (261) Muitos desafios transnacionais essenciais (segurança marítima, protecção dos fundos marinhos, etc.) podem ser tratados nesta prioridade. Deveria ser-lhes atribuída preferência pelos promotores de projecto.
- (262) No entanto, certos aspectos do ambiente marinho e costeiro, mesmo quando se referem a extensões transnacionais como as costas, podem ser abordados pela acção local. As parcerias de projecto cujos membros estão empenhados em tais experiências locais (por exemplo a limpeza das costas ou GIZC) velarão por uma transferência transnacional efectiva de conhecimentos e pela disponibilização em comum de uma massa crítica de recursos e de avaliação que garanta o aumento dos meios postos à disposição de cada um, o desenvolvimento cruzado de experiências e uma reforma concreta das práticas de terreno actuais.

IV.B.2.a. Objectivo 2.1. – Reforçar a segurança marítima

- (263) A enorme reacção pública despoletada pelas catástrofes do Erika e do Prestige contribuíram para aumentar a consciencialização sobre a necessidade de intervenção pró-activa, de grande legitimidade, aos níveis da UE e transnacional na área da segurança marítima. A este respeito, foram já tomadas medidas no quadro do Programa Espaço Atlântico do INTERREG IIIB. Foi levada a cabo em especial uma "Missão pericial sobre segurança

³¹ Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (7 de Julho de 2006)

marítima³², para analisar a situação existente e identificar projectos prioritários para futura cooperação transnacional. Uma conclusão importante do relatório resultante é que a prioridade deve ser atribuída a projectos do tipo operacional em detrimento de projectos de estudo e observação. A melhoria da capacidade de resposta deverá ser considerada um elemento-chave do Objectivo 2.1.

(264) Os exemplos de actividades relevantes para o Objectivo 2.1 que se seguem são uma selecção de projectos prioritários propostos pela missão sobre segurança marítima:

- Identificar, avaliar e planear zonas de refúgio seguras para navios em situação de perigo;
- Identificar necessidades e aumentar a capacidade de rebocadores disponíveis;³³
- Melhorar as capacidades de resposta, as ferramentas, os planos de acção e a consciencialização a todos os níveis, por exemplo, melhores sistemas de comunicação entre as redes de parceiros costeiros (institutos de socorros a náufragos, guarda costeira, etc.);
- Formar pessoal das autoridades locais, pescadores e tripulação de navios mercantes;
- Reforço de recurso à partilha entre serviços oceanográficos operacionais para controlar os níveis de poluição marítima e avaliar a respectiva gravidade.

IV.B.2.b. Objectivo 2.2. – Gerir de forma sustentável e proteger os recursos dos espaços marinhos

(265) Embora diferentes recursos do ambiente marinho atlântico tenham sido provavelmente mais bem preservados do que em outras bacias marítimas europeias, é necessário agir de forma pró-activa para contrariar as tendências negativas que representam ameaças consideráveis à futura integridade deste ambiente. Para além dos riscos crescentes de naufrágios e marés negras referidos no Objectivo 2.1, é necessário abordar outras ameaças, em especial a sobre-exploração dos recursos haliêuticos e a perda da biodiversidade marinha. Devem igualmente ser definidas respostas adequadas para lidar com as degradações ambientais causadas pela indústria petrolífera e do gás, extracção autorizada, desenvolvimento costeiro, tecnologias da energia renováveis (ver parágrafo [cf. parágrafo (268)] e outras actividades. O Objectivo 2.2 visa apoiar as abordagens transnacionais direccionadas para uma gestão mais sustentável e protecção eficaz dos recursos marinhos atlânticos.

(266) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 2.2

- Experimentar ferramentas conjuntas e métodos para controlar a evolução e promover uma gestão sustentável de recursos haliêuticos e leitões marinhos, com o envolvimento de profissionais, por exemplo, no campo da aquicultura (criação de habitats para desova de peixes e populações de peixes migradores);

³² Ver Anexo 2 - Referências documentais, INTERREG IIIB MISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA (2004).

³³ A reparação habitual dos rebocadores deve ser evitada.

- Definir e testar estratégias transnacionais de protecção e restauração dos ecossistemas marinhos (para uma única bacia marinha ou para toda a área de cooperação), incluindo demonstrações/exploração da Abordagem por Ecossistema;
- Elaborar um sistema de ordenamento espacial para actividades marítimas nas águas sob jurisdição ou controladas pelos Estados-Membros do Espaço Atlântico, de acordo com a recomendação do Livro Verde sobre a Política Marítima;³⁴
- Coordenar e trocar conhecimentos entre as autoridades responsáveis pelos planos de gestão nacional previstos na Directiva sobre a Estratégia para o Meio Marinho da UE,³⁵ com implementação conjunta de partes relevantes do ponto de vista transnacional destes planos;

IV.B.2.c. Objectivo 2.3. – Explorar o potencial de energia renovável do ambiente marinho e costeiro

(267) A necessidade de reduzir a tradicional dependência da energia através de melhorias na eficiência energética e energias renováveis faz parte dos objectivos principais estabelecidos pelas OEC.³⁶ Este facto deverá contribuir positivamente para a política de coesão, mas também para o protocolo de Quioto e para a Agenda de Lisboa. Relativamente a esta questão, o potencial de energia renovável oferecido pelo Espaço Atlântico é imenso e, em larga medida, inesgotável. Podem ser exploradas tecnologias bem conhecidas, tais como a biometanização, os biocarburantes, a biomassa e as turbinas eólicas, mas outras tecnologias de natureza mais experimental e específicas do ambiente marinho deveriam também ser exploradas, em especial a energia das marés, das correntes marinhas e das ondas. Este é o caso também do progresso recente na área da energia eólica *off-shore*. O Objectivo 2.3 visa elevar o perfil das regiões atlânticas e da UE neste mesmo campo, iniciando e apoiando vários tipos de experiências transnacionais e projectos-piloto.

(268) Os projectos que contribuam para este objectivo devem prestar a devida atenção ao possível impacto ambiental das tecnologias das energias renováveis, e demonstrar uma abordagem holística incorporando os aspectos técnicos, ambientais (biodiversidade, paisagem marítima) e sociais de qualquer iniciativa. Nesta ligação, existe uma necessidade para maximizar a aprendizagem durante as fases de desenvolvimento das novas tecnologias, por exemplo em fases de demonstração.

(269) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 2.3:

- Exploração conjunta, ao nível transnacional, do potencial de fontes inovadoras de energia renovável, por exemplo, a energia das correntes marítimas, das marés ou das ondas;
- Viabilidade conjunta ou estudos de engenharia financeira para grandes investimentos em energia eólica *off-shore*;

³⁴ Ver Secção 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (7 de Julho de 2006) Título «4.2. *Planificação espacial para uma economia marítima em expansão*».

³⁵ Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (24 de Outubro de 2005); no momento da redacção, estava apenas disponível a proposta da Comissão, mas a versão definitiva da Directiva Comunitária sobre a Estratégia Marítima será sem dúvida uma referência vital para os promotores de projectos durante a execução do programa.

³⁶ Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (13 de Julho de 2006).

- Partilha de experiência, recolha de dados³⁷ e acompanhamento de evolução do sector das energias marítimas renováveis;
- Projectos-piloto de demonstração conjunta para testar os tipos experimentais de energia renovável.

IV.B.2.d. Objectivo 2.4. – Proteger e valorizar espaços naturais, os recursos hídricos e as zonas costeiras

(270) Tal como destacado na Secção II.B.2 da análise FFOA, o Espaço Atlântico possui amplos espaços e paisagens de grande qualidade ambiental, em especial vastas zonas húmidas de biodiversidade excepcional. Este valioso ambiente costeiro é ameaçado por diferentes tipos de pressão, incluindo as alterações urbanísticas da costa, a invasão urbana, as segundas casas, o turismo, instalações para desportos aquáticos, agricultura intensiva, tratamento deficiente do tráfego rodoviário, desperdícios e águas residuais, etc. Outras causas preocupantes são o aumento do nível do mar resultante da alteração climática, o ambiente danificado de estuários e regiões industriais, a deterioração da qualidade da água doce e da água do mar³⁸ e ainda a erosão e a degradação natural das áreas costeiras. O reforço da protecção de áreas naturais é uma questão muito importante e que exige uma melhor cobertura de várias regiões pelos sítios da rede Natura 2000. No entanto, outras regiões onde a cobertura da rede Natura 2000 parece ser suficiente, podem concentrar-se no reforço de protecção. É também essencial continuar a intensificar as políticas integradas iniciadas, no sentido de aliar a protecção ambiental ao desenvolvimento urbanístico/económico, tal como os esquemas de GIZC promovidos pela Recomendação Europeia 2002/413/EC³⁹. O Objectivo 2.3 visa apoiar todos os tipos de medidas transnacionais que contribuem para a protecção da natureza e a GIZC no Espaço Atlântico.

(271) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 2.4:

- Extensão apropriada da cobertura da área de cooperação por zonas protegidas interligadas da rede Natura 2000;
- Transferência de conhecimentos sobre gestão de zonas protegidas (por exemplo, estruturas de gestão);
- Implementação de uma estratégia de conservação conjunta de reservas naturais, concentrando-se em aspectos transnacionais, por exemplo, a protecção de espécies migratórias;
- Desenvolvimento de uma peritagem GIZC transnacional, para efectuar transferência de conhecimento entre os diversos países, em matérias como gestão sustentável dos recursos de água doce e de água do mar, estuários ou zonas industriais abandonadas, estratégias ambientais integradas, etc;
- Conceber soluções modelo e testar novos métodos dentro de parcerias transnacionais, para solucionar problemas de alterações na costa;

³⁷ Por exemplo, estudos sobre a energia potencial disponível (talvez a partir de registos das ondas obtidos por satélite).

³⁸ Águas subterrâneas e de rio.

³⁹ Ver Anexo 2 - Referências documentais, PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (30 de Maio de 2002).

- Desenvolvimento de conjuntos de novas técnicas de planeamento para prevenir o impacto das alterações climáticas sobre as zonas costeiras.

IV.C. PRIORIDADE 3: MELHORAR A ACESSIBILIDADE E AS LIGAÇÕES INTERNAS

- (272) A análise FFOA do Capítulo II assinalou uma série de fraquezas nas redes de transporte aéreo, terrestre e marítimo do Espaço Atlântico. Trata-se nomeadamente da escassez das ligações transnacionais internas bem como uma falta de interoperabilidade, de continuidade e de articulação das redes.
- (273) Embora sofrendo com a concorrência dos portos do Mar do Norte, os portos da fachada atlântica guardam um potencial importante, consideravelmente reforçado neste período em que o TMCD é visto como uma resposta essencial ao congestionamento do tráfego rodoviário. Contudo, questões cruciais continuam por resolver a este respeito, nomeadamente a da inserção dos portos em cadeias logísticas eficazes e a necessária dinamização dos serviços ferroviários de mercadorias.

IV.C.1. Prioridade 3 e objectivos específicos

- (274) A prioridade 3 “Melhorar a acessibilidade e as ligações internas”, centra-se no eixo “acessibilidade” do desafio de “desenvolvimento policêntrico e equilibrado”. A dimensão transnacional desta prioridade é evidente.
- (275) A acessibilidade externa e interna do Espaço Atlântico pode ser melhorada através de uma vasta gama de acções possíveis. Por exemplo, devem ser desenvolvidas ligações inter-regionais, quer nos transportes aéreos quer nos terrestres. No entanto, devido a limitações orçamentais do programa, considerou-se mais adequado concentrar os esforços de cooperação em duas questões estratégicas no quadro da prioridade 3. Em primeiro lugar, uma operação mais eficaz das redes de transporte existente será favorecida pela promoção da intermodalidade, interoperabilidade e continuidade. Em segundo lugar, o desenvolvimento do transporte marítimo será estimulado. Este factor é condicionado por esta abordagem intermodal, mas também pelas boas relações de cooperação entre os portos e a capacidade de todos actores envolvidos em explorar o novo potencial oferecido pelo TMCD e pelos projectos de auto-estradas do mar.
- (276) A prioridade 3 procurará, assim, alcançar os dois objectivos específicos seguintes:
- Objectivo 3.1. - Promover a interoperabilidade e a continuidade das redes de transporte existentes e a intermodalidade entre transportes marítimos/ rodoviários/ ferroviários/ aéreos;
 - Objectivo 3.2. - Promover a cabotagem marítima e a cooperação entre os portos.

IV.C.2. Campo de acção da Prioridade 3

- (277) Mesmo com este quadro relativamente concentrado nestes dois objectivos específicos, o Programa não poderá financiar razoavelmente grandes investimentos em infra-estruturas. No entanto, poderá ser esperada uma contribuição significativa dos projectos no que se refere à mobilização de partes envolvidas relevantes, à condução de estudos de viabilidade e às

operações de programação e coordenação financiadas por outros orçamentos. Outros projectos poderiam alcançar resultados imediatos com investimentos de pequena escala, conforme apropriado: racionalização do tráfego de mercadorias (balcões únicos, etc.), trabalho sobre as questões tarifárias (tarifas portuárias e rodoviárias justas e eficazes, etc.), localização da carga, etc.

- (278) De qualquer forma, será dada prioridade aos projectos que conduzam a progressos concretos de interesse transnacional, incluindo estudos preliminares de viabilidade relacionados com operações precisas.

IV.C.2.a. Objectivo 3.1. – Promover a interoperabilidade e continuidade das redes de transporte existentes e a intermodalidade entre transportes marítimos/rodoviários/ferroviários/aéreos

- (279) Para assegurar um funcionamento eficaz e sem problemas das infra-estruturas de transporte existentes, é necessário resolver problemas complicados. Um dos mais importantes, mas não o único, são as diferenças técnicas existentes entre as redes ferroviárias. Outra questão crucial é a articulação eficaz entre as redes. Especialmente no sector dos transportes de mercadorias, existe a necessidade de ligações intermodais entre o transporte marítimo, rodoviário e ferroviário⁴⁰ que podem ser fornecidas através de melhorias nas cadeias de fornecimento e a implementação de estratégias coerentes para o desenvolvimento de plataformas multimodais. No que se refere ao transporte de passageiros, existe ainda muito a fazer para favorecer uma melhor coordenação e complementaridade entre os serviços fornecidos pelos diferentes operadores. Por exemplo, as acessibilidades locais de muitos aeroportos continuam a ser deficientes, podendo ser bastante melhoradas através de várias medidas adequadas. Para o transporte de mercadorias e passageiros, a acessibilidade inter-ilhas e ilhas-continente permanece uma preocupação. O Objectivo 3.2 visa apoiar projectos que fornecem respostas transnacionais adequadas a estas questões.

- (280) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 3.1:

- Medidas que favoreçam uma melhor utilização das ligações ferroviárias transnacionais: melhor ligação com as plataformas multimodais, optimização das capacidades ferroviárias, das tarifas rodoviárias, dos balcões únicos, formação de maquinistas, lançamento experimental das auto-estradas ferroviárias, etc.;
- Parcerias transnacionais para explorar e testar meios apropriados de melhoria da eficácia de cadeias logísticas multimodais (introdução de tecnologias inteligentes, simplificação da burocracia, etc.);
- Estudos de viabilidade e análise de custos/benefícios relativos à criação de plataformas logísticas;
- Teste de possíveis respostas a problemas de interoperabilidade, por exemplo, a adaptação de material circulante (comprimento do comboio, etc.) para melhorar a eficácia do serviço de transporte ferroviário de mercadorias;
- Criação de uma rede de investigação e inovação centrada na intermodalidade (novo equipamento, desenvolvimentos

⁴⁰ Possivelmente até de transporte aéreo, apesar do volume relativamente limitado do tráfego de mercadorias na maioria dos aeroportos do Espaço Atlântico

tecnológicos, gestão de cadeias logísticas) envolvendo operadores, portos e instituições académicas e de investigação;

- Concepção e teste de estratégias transnacionais para melhorar a informação sobre os serviços de transporte públicos e otimizar as viagens internacionais de passageiros (por exemplo, tarifário integrado);
- Transferência de conhecimento e acções-piloto, no sentido de melhorar as acessibilidades locais e o potencial de desenvolvimento económico dos aeroportos regionais.

IV.C.2.b. Objectivo 3.2. – Promover a cabotagem marítima e a cooperação entre os portos

(281) Conforme assinalado na análise FFOA (cf. Secção II.B.3.c) os portos de mar atlânticos, apesar do seu tamanho e competitividade limitados, detêm um verdadeiro potencial de desenvolvimento, aumentado por novas tendências que se desenham actualmente no tráfego marítimo europeu e mundial. Devem, pois, ser aproveitadas as novas oportunidades de exploração deste potencial, em especial o desenvolvimento pró-activo do TMCD apresentado pela UE. Neste campo, existe uma perspectiva bastante promissora para a cooperação transnacional. O Objectivo 3.3 visa apoiar essa cooperação entre diferentes intervenientes importantes, incluindo as autoridades portuárias.

(282) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 3.2:

- Contribuições para a criação da primeira auto-estrada do mar experimental na Europa Ocidental;
- Desenvolvimento conjunto de tecnologias inteligentes para melhorar a eficácia do TMCD, por exemplo, acompanhamento em tempo real das cargas;
- Experiência conjunta de novas soluções no campo da eco-inovação no sentido de reduzir a poluição dos navios;
- Elaboração de uma estratégia coordenada para investimentos em infra-estruturas nos portos de mar atlânticos, promoção da complementaridade entre diferentes tipos de investimentos (tendo em conta a especialização dos portos em diferentes segmentos de mercado) e mobilização de vários instrumentos financeiros;
- Estudos de viabilidade sobre novas ligações inter-ilhas ou entre as ilhas e o continente com regiões de diferentes países;
- Campanhas promocionais conjuntas para o transporte marítimo, aumentando a consciencialização sobre as respectivas vantagens ambientais e económicas;
- Partilha da “inteligência económica” entre os portos, por exemplo, estudos de mercado conjuntos.

IV.D. PRIORIDADE 4: VALORIZAR AS SINERGIAS TRANSNACIONAIS EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL SUSTENTÁVEL

- (283) A análise FFOA (cf. Secção II.E.3) assinalou a necessidade de perpetuar uma série de cooperações lançadas entre as regiões do Espaço Atlântico sobre temas muito diversos. A intensificação dos intercâmbios inter-regionais pode contribuir para um desenvolvimento territorial coeso e equilibrado do Espaço Atlântico. Este será efectivamente o caso, se as parcerias constituídas associarem entidades de carácter complementar e lhes permitirem reforçar a sua abertura internacional.
- (284) Assim, o objectivo da prioridade 4 é intensificar os intercâmbios e a cooperação interregional dentro da área de cooperação do Programa numa série de questões de interesse comum. Pretende-se a transferência de conhecimentos, a constituição de equipas especializadas, a partilha de outros recursos e a promoção da complementaridade em inúmeros tópicos importantes para o desenvolvimento urbano e regional sustentável que não são (ou pelo menos não completamente) cobertos pelas primeiras três prioridades do Programa⁴¹, incluindo o desenvolvimento urbano integrado e o ordenamento espacial, a mobilidade urbana, as ecocidades e os esquemas locais da Agenda 21, a abordagem da divisão social e digital, a rede cidadina, o fornecimento de serviço universal em áreas pouco povoadas, o turismo sustentável, a conservação integrada do património cultural, etc.

IV.D.1. Prioridade 4 e objectivos específicos

- (285) A prioridade 4 "Valorizar as sinergias transnacionais em matéria de desenvolvimento urbano e regional sustentável" concentra-se sobre:
- O eixo "intensificação dos intercâmbios inter-regionais" do desafio de "desenvolvimento equilibrado e policêntrico";
 - Os aspectos ligados ao património cultural do desafio de "valorização do património marítimo atlântico".
- (286) Entre os inúmeros temas sobre os quais as cidades e as regiões são susceptíveis de cooperar, não são retomados aqui os que podem ser tratados no âmbito das prioridades 1 a 3 (redes de inovação, GIZC, redes de transporte inter-regionais, etc.) É óbvio que não se trata de sugerir que as cidades e regiões devem evitar envolver-se em projectos das três primeiras prioridades, para os quais podem dar uma importante contribuição. De forma simples, a prioridade 4 aborda muitos tópicos que não se enquadram no âmbito das prioridades 1 a 3, e que exigem um forte compromisso por parte das autoridades regionais e locais, em especial as cidades. Estes tópicos incluem em particular políticas urbanas/regionais de planeamento e conservação do património, bem como outras questões de interesse para as entidades locais e regionais como as suas relações externas.
- (287) Em conformidade com as recomendações da alínea d) do número 2 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006, a prioridade 4 destaca a criação e a melhoria das redes urbanas e das ligações entre zonas urbanas e rurais, bem como sobre a preservação e promoção do património cultural.

⁴¹ É de facto claro que muitas actividades realizadas no âmbito destas prioridades, por exemplo, a protecção do ambiente marinho, a promoção de energias renováveis, a GIZC ou a melhoria da divisão modal em favor de meios mais sustentáveis de transporte, contribuirão também para o desenvolvimento sustentável.

(288) A prioridade 4 procurará, assim, alcançar os três objectivos específicos seguintes:

- Objectivo 4.1. - Pôr em comum os recursos e as competências no domínio do desenvolvimento urbano e rural sustentável;
- Objectivo 4.2. - Aumentar a radiação das cidades e das regiões promovendo a respectiva conexão em rede;
- Objectivo 4.3. - Conservar e valorizar o património cultural atlântico de interesse transnacional.

IV.D.2. Campo de acção da Prioridade 4

(289) Alguns projectos da prioridade 4 poderiam estender-se para além das simples transferência de conhecimentos em questões de interesse local. Será esse o caso, por exemplo, de uma rede de cidades que desenvolve uma estratégia conjunta de promoção ou uma operação conjunta para promover aspectos especificamente transnacionais do património cultural atlântico.

(290) Os projectos que se limitam a uma transferência internacional de conhecimentos em questões de interesse mais local devem esforçar-se para mobilizar uma massa crítica de recursos e de avaliação que garanta o aumento dos meios colocados à disposição de cada um, o desenvolvimento cruzado de experiências e uma reforma concreta das práticas de terreno actuais.

IV.D.2.a. Objectivo 4.1. – Pôr em comum recursos e competências no domínio do desenvolvimento urbano e rural sustentável

(291) A cooperação transnacional no Espaço Atlântico poderá trazer um enorme progresso no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável. A avaliação conjunta deverá ser desenvolvida em domínios tão diversos como o controlo do distanciamento urbano, requalificação dos baldios urbanos, políticas que abordam as divisões sociais e digitais, a desertificação de áreas rurais frágeis (nomeadamente o fornecimento de serviços de interesse económico geral) ou as consequências do envelhecimento da população, as políticas locais de transporte e de mobilidade (em oposição aos transportes interregionais, objecto da prioridade 3). O Objectivo 4.1. apoiará todos os tipos de projectos transnacionais que reúnam recursos e especialistas neste tipo de questões.

(292) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 4.1:

- Transferência de conhecimento adquirido no suprimento de um serviço universal (por exemplo, a distribuição de correio electrónico ou o acesso à Internet) em zonas rurais fragilizadas;
- Desenvolvimento da peritagem conjunta no âmbito do desenvolvimento sustentável no Espaço Atlântico;
- Fornecimento conjunto de serviços de interesse sócio-económico geral através da cooperação de cidades e regiões e utilização alargada de soluções de TIC (por exemplo, serviços de saúde, de educação e de emprego);
- Programas conjuntos de aprendizagem à distância destinados a funcionários das administrações regional e local, oferecendo

módulos de ensino especializado em várias questões de desenvolvimento urbano ou rural.

IV.D.2.b. Objectivo 4.2. – Aumentar a radiação das cidades e das regiões promovendo a respectiva conexão em rede

(293) No contexto da globalização, as cidades e as regiões competem no sentido de aumentarem o seu perfil e influência a nível internacional. Relativamente a este aspecto, não existe um plano de igualdade entre as entidades do Espaço Atlântico e áreas metropolitanas muito grandes do pentágono central da UE. Na Secção IV.A.1, foi salientado que *“muitas regiões e economias atlânticas são pequenas individualmente, mas no seu conjunto possuem uma massa que torna o Espaço Atlântico um interveniente global.”* Na prioridade 1, foi este o ponto de partida para destacar o valor acrescentado da cooperação em questões relacionadas com a inovação e a economia do conhecimento. Na apresentação do Objectivo 1.3 (ver Secção IV.A.2.c), foi dada especial ênfase à necessidade de melhorar a abertura de regiões a nível internacional, com vista a promover o respectivo potencial económico endógeno. Poderá ser aplicado um conceito semelhante na elaboração de estratégias sobre outros tópicos para melhorar a imagem internacional de regiões e cidades, ou para as tornar locais mais atraentes para investimento. Os projectos de cooperação transnacional direccionados para este tipo de promoção conjunta das respectivas entidades parceiras serão apoiados no âmbito do Objectivo 4.2.

(294) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 4.2:

- Comunicação pública conjunta com o objectivo de promover a imagem de marca de uma rede transnacional de regiões, que partilham uma característica comum (por exemplo, ecocidades piloto, regiões piloto da Agenda 21);
- Uma estratégia conjunta para atrair IDE numa rede transnacional de regiões (por exemplo, marketing urbano, Câmara de Comércio transnacional, adidos comerciais no estrangeiro);
- Rede transnacional de regiões atlânticas e respectivas Organizações Não-Governamentais (ONG) empenhadas na cooperação descentralizada com países em vias de desenvolvimento.

IV.D.2.c. Objectivo 4.3. – Conservar e valorizar o património cultural atlântico de interesse transnacional

(295) A análise FFOA (ver Secção II.B.2.d) salientou a singularidade do património cultural atlântico. O oceano teve um profundo contributo na formação de uma identidade comum. O legado histórico dos impérios coloniais é outra faceta comum, apesar do nível relativamente baixo da ligação e intercâmbio cultural mútuos. A Secção II.E.2 chama a atenção para o facto de este património dever ser conservado na perspectiva do bem-estar e da abertura cultural das gerações actuais e futuras, utilizando-se o recurso do turismo sustentável para auxiliar neste processo. O Objectivo 4.3 apoiará vários projectos que contribuam para uma conservação e promoção conjuntas do património cultural atlântico de interesse transnacional.

(296) Os projectos devem centrar-se em questões relacionadas com componentes concretos⁴² (paisagens, monumentos, locais de interesse) do património cultural ou locais dedicados à promoção do mesmo (museus,

⁴² Em oposição aos componentes não concretos ou móveis do património cultural (línguas, concertos, peças de arte móveis, etc.)

centros de descoberta), garantindo que a medida aplicada contribui para desenvolver o potencial endógeno.

(297) Exemplos de actividades no âmbito do Objectivo 4.3:

- Formação profissional comum em conservação do património cultural, especializado em questões de interesse comum para o património atlântico, como a restauração das paisagens silvestres (*Bocage*)⁴³ ou a preservação de locais de interesse celta;
- Valorização conjunta de locais históricos conectados por um tema transnacional, tal como os locais de embarque dos grandes exploradores na origem dos descobrimentos, em conformidade com os princípios do turismo sustentável;
- Estratégia comum de rotulagem e comunicação nas redes transnacionais de regiões com locais de destaque da cultura europeia e/ou incluídos na lista do Património Mundial da UNESCO;
- Reunião de investigação e conhecimentos arqueológicos em locais de escavações ou submarinos arqueológicos, ligados por uma característica comum do património atlântico.

IV.E. COMPLEMENTARIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E OUTROS PROGRAMAS/ACÇÕES FINANCIADOS PELA UE

(298) A 15/16 de Junho de 2006, o Conselho Europeu adoptou uma "Estratégia Europeia Renovada de Desenvolvimento Sustentável", que estabelece uma abordagem para uma melhor realização de políticas baseadas numa melhor regulamentação e no princípio de que o desenvolvimento sustentável deve ser integrado na realização de políticas a todos os níveis. Tal requiere, que todos os níveis de governo apoiem e cooperem uns com os outros, tendo em conta os diferentes parâmetros institucionais, culturas e circunstâncias específicas nos Estados-Membros. No Item 25 deste documento pode ler-se:

"A fim de assegurar que o financiamento da UE é utilizado e encaminhado de forma óptima para promover o desenvolvimento sustentável, os Estados-Membros e a Comissão deverão coordenar a sua acção para reforçar as complementaridades e as sinergias entre as várias vertentes dos mecanismos comunitários e de outros mecanismos de co-financiamento tais como a política de coesão, o desenvolvimento rural, o Life+, a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), o Programa de Competitividade e Inovação (PCI) e o Fundo Europeu das Pescas (FEP)."

(299) Na mesma linha desta abordagem da Estratégia Europeia Renovada de Desenvolvimento Sustentável, os projectos deverão igualmente explorar a potencial complementaridade com outros programas ou iniciativas da UE que abordam temas semelhantes aos seus. É particularmente o caso das operações do FEP e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), referidos no Artigo 9.º do Regulamento FEDER 1080/2006, mas de muitas outras políticas comunitárias, bem como programas/acções da UE, que poderão ser considerados para beneficiar desta complementaridade. Tendo este objectivo em vista, o Anexo 3 fornece uma lista de iniciativas da UE para

⁴³ Ver definição em Anexo 1 - Glossário

consideração pelos promotores dos projectos. Esta lista reflecte a situação no momento de conceber o Programa, mas a situação, provavelmente, evoluirá significativamente durante o período em que este decorrer.

- (300) A abordagem poderia envolver, por exemplo, a coordenação (sem duplicação) de actividades e iniciativas apoiadas por um ou vários destes programas, a promoção do desenvolvimento cruzado e transferência de conhecimento entre elas, ou qualquer outra acção adequada a uma abordagem integrada. Deve ser evitada qualquer forma de duplo financiamento de actividades [ver parágrafo (419) e nota de rodapé 85].
- (301) Foram definidos quatro eixos prioritários no Regulamento do Fundo Europeu para a Pesca 1198/2006⁴⁴ para enquadrar acções elegíveis para o apoio do FEP: (i) adaptação da frota de pesca da comunidade, (ii) aquicultura, pesca interior, produção e comercialização de produtos de pesca e aquicultura (iii) medidas de interesse comum, e (iv) desenvolvimento sustentável das áreas de pesca. Existe um âmbito considerável para a complementaridade entre operações do FEP e as do Programa. É claramente o caso dos projectos de prioridade 2 (particularmente no que respeita aos projectos do Objectivo 2.2 que contribuem para a gestão sustentável e protecção dos recursos dos espaços marinhos), mas igualmente outros projectos de outras prioridades.⁴⁵ Deveria ser promovida uma sinergia entre os dois tipos de operações tendo presente a dimensão transnacional específica do Programa e o conteúdo do parágrafo (300).
- (302) São igualmente revistos quatro eixos no Título IV, "Apoio ao Desenvolvimento Rural" do Regulamento FEADER 1698/2005⁴⁶, nomeadamente (i) melhorando a competitividade do sector agrícola e florestal, (ii) melhorando o ambiente e as áreas rurais, (iii) qualidade de vida nas áreas rurais e diversificação da economia rural (iv) "Leader". Muitos projectos contribuem pra vários objectivos específicos do Programa, em particular os Objectivos 1.3, 2.3, 2.4, 4.1 e 4.3, susceptíveis de se dirigirem a tópicos semelhantes. Estes projectos devem procurar explorar o potencial de complementaridade e sinergia com operações apoiadas pelo FEADER. De acordo com o disposto nos Artigos 63(b) e 65 do Regulamento FEADER 1698/2005, as operações de cooperação transnacional podem também ser apoiadas no âmbito dos eixos de prioridade "Leader" ». ⁴⁷. Deve ser prestada particular atenção para evitar a duplicação de actividades levadas a cabo pelas operações Leader e projectos do Programa.
- (303) Recomenda-se também que haja complementaridade e coordenação entre projectos do programa e os objectivos de "convergência" ou "competitividade e emprego" dos Fundos Estruturais. Aplica-se a mesma observação a projectos e programas da vertente transfronteiriça (referido no número 1 do Artigo 6.º do Regulamento 1080/2006) cuja área de cooperação esteja incluída na área de cooperação do programa ou a ultrapasse. Alguns projectos do Espaço Atlântico poderiam mesmo centrar-se nessa coordenação, promovendo, por exemplo, a transferência de conhecimento entre vários projectos ou programas transfronteiriços, desde que as questões abordadas se inserissem no âmbito da prioridade relevante do Programa.

44 Ver Anexo 2 - Referências documentais, CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (27 de Julho 2006)

45 Por exemplo, projectos que contribuam para o Objectivo 1.2 (inovação em nichos de excelência da economia marítima), 1.3 (diversificação e conversão económica) e 3.2 (cooperação entre portos)

46 Ver Anexo 2 - Referências documentais, CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (20 de Setembro de 2005).

47 O objectivo deste eixo prioritário é de apoiar os «grupos de acção local» que possam levar mais além a experiência adquirida no marco das iniciativas comunitárias LEADER dos períodos de programação anteriores.

- (304) Deve ser prestada atenção especial aos serviços fornecidos pelo INTERACT II. Este vasto programa europeu concentra-se na promoção de uma boa governança de cooperação territorial e fornece apoio baseado nas necessidades às partes interessadas envolvidas na implementação dos programas europeus de cooperação territorial. Os seus principais públicos-alvo são as Autoridades de Gestão, Certificação e de Auditoria referidas nos Regulamentos Gerais FEDER 1083/2006 e 1080/2006, bem como outros órgãos envolvidos na implementação do programa e dos projectos. Para tirar total partido do INTERACT II, os órgãos de implementação e parcerias de projecto do Programa Espaço Atlântico serão incentivados a uma utilização extensiva dos serviços e documentação do INTERACT e a participar em seminários do INTERACT.
- (305) A iniciativa "*Regions for Economic Change*" foi lançada pela Comissão Europeia para dar ênfase a dois instrumentos existentes da política europeia regional - Cooperação Interregional e o programa de Rede de Desenvolvimento Urbano - testando melhores práticas para a modernização económica e aumento de competitividade. Esta iniciativa irá reforçar mais ainda a contribuição da Política de Coesão Europeia para alcançar os objectivos da Agenda de Lisboa renovada. Várias redes interregionais ao nível comunitário irão ser apoiadas neste âmbito. Na comunicação⁴⁸ emitida pela Comissão Europeia para apresentar a iniciativa, foi feita apenas referência a redes que envolvam projectos implementados no âmbito dos Objectivos 1 e 2 dos Fundos Estruturais comunitários. No entanto, pode acontecer que o intercâmbio interregional entre projectos de cooperação territorial europeia possam ser elegíveis. Em alternativa, as regiões simultaneamente envolvidas na rede "*Regions for Economic Change*" e num projecto transnacional do Espaço Atlântico, podem beneficiar da experiência adquirida neste último, para apoiar operações inovadoras de relevância transnacional no anterior. Isto aplica-se particularmente a projectos aprovados no âmbito das prioridades 1 e 4 do Programa.
- (306) No âmbito da iniciativa "*Regions for Economic Change*" a Autoridade de Gestão do Programa deverá:
- (a) Fazer os ajustes necessários para acolher o processo de programação central das operações inovadoras relacionadas com os resultados das redes nas quais a região se encontra envolvida;
 - (b) Permitir no Comité de Acompanhamento [ou o Comité de Pilotagem referido no parágrafo (344)], a presença de um representante (como observador) da(s) rede(s) em que a região se encontra envolvida, para efectuar o relatório do progresso das actividades das redes;
 - (c) Incluir, pelo menos uma vez por ano, um ponto na agenda do Comité de Acompanhamento (ou Comité de Pilotagem) para que se tome nota das actividades das redes e se discutam as sugestões relevantes para o Programa;
 - (d) Informar no Relatório Anual sobre a implementação das acções regionais incluídas na iniciativa "*Regions for Economic Change*".
- (307) Os projectos da prioridade 2 que se limitem a uma mera transposição de directivas ambientais não poderão ser alvo do apoio do FEDER. No entanto, as tentativas para alcançar a complementaridade e a consistência entre as medidas a tomar nos vários quadros nacionais para implementar estas directivas, poderiam ser um tema interessante para um projecto.

⁴⁸ Ver Anexo 2 - Referências documentais, COMISSÃO EUROPEIA (8 de Novembro de 2006).

- (308) Os projectos do Objectivo 2.1 deveriam contribuir para o trabalho da “Operação Tutelar da Segurança Marítima” e procurar coordenar a respectiva acção com a da Agência Europeia de Segurança Marítima conforme adequado.
- (309) Os projectos da prioridade 3 deverão coordenar a sua acção com a da Agência Ferroviária Europeia conforme adequado.

IV.F. COORDENAÇÃO DO PROJECTO E AGRUPAMENTO TEMÁTICO

- (310) Para apoiar o processo de “perpetuação aberta” das experiências lançadas na cooperação atlântica (ver Secção II.E.4) é necessário atribuir um horizonte temporal que vá além do período de programação dos fundos estruturais europeus. Para tal, será incentivada a extensão e a consolidação das parcerias de projecto.
- (311) No entanto, nem sempre é aconselhável abordar uma temática específica num único projecto, o que poderia implicar a constituição de uma parceria de dimensão desmedida, particularmente difícil de gerir. Além disso, ainda que projectos com objecto idêntico devam ser evitados, os diferentes aspectos de uma mesma problemática complexa serão abordados de forma mais eficaz por um conjunto de projectos complementares, trabalhando numa base geográfica equilibrada. O desenvolvimento de intercâmbios sustentáveis de informação e conhecimento de alta qualidade entre projectos é ainda vital não apenas para o sucesso dos próprios projectos, mas também para o impacto a longo prazo do Programa.
- (312) Para garantir uma coordenação eficaz dos projectos que abordam questões semelhantes, serão estabelecidos agrupamentos de projectos temáticos. Os projectos que pertençam a um mesmo agrupamento deverão trabalhar em simbiose. Isto implica nomeadamente encontros regulares, centrados na comparação, no acompanhamento e na integração dos resultados obtidos. No entanto, tendo em conta a preenchida agenda da maioria dos Chefes de Fila, deverão ser considerados também dispositivos de rede alternativos, por exemplo, salas de conversação baseadas na web ou fóruns específicos e ainda estimular o intercâmbio mútuo numa base contínua. As despesas associadas podem ser constituídas como custos de projectos. Nalguns casos, pode ser aprovada a coordenação de novos projectos, ou a assistência na coordenação da acção realizada pelos projectos já existentes que lidem com questões semelhantes.
- (313) Estes agrupamentos de projectos serão concebidos dependendo da evolução das necessidades, conforme e quando os projectos que abordam questões semelhantes forem oficialmente aprovados no seguimento das sucessivas apresentações de propostas.
- (314) As parcerias dos projectos serão também incentivadas a participar em iniciativas que consistem no agrupamento e coordenação de projectos de diferentes programas.

IV.G. QUADROS ESTRATÉGICOS

- (315) Para alcançar um determinado objectivo estratégico, o Comité de Acompanhamento poderá aprovar um “quadro estratégico” (já comentado no parágrafo (138), Secção III.C.1), ou seja, um plano totalmente desenvolvido que define uma série de actividades coordenadas e estrategicamente ligadas,

incluindo a geração, preparação e implementação pró-activa de um ou mais projectos específicos.

- (316) Serão geralmente aplicadas disposições específicas a procedimentos e projectos de um quadro estratégico, com especial referência a actividades de geração de projectos (por exemplo, mobilização dos principais agentes), ao procedimento de aplicação do projecto (por exemplo, apresentação de propostas direccionadas, possivelmente um procedimento bifásico incluindo uma fase de pré-candidatura e pré-selecção), a padrões de qualidade do projecto (por exemplo, condições extra de admissibilidade e critérios de selecção) e a mecanismos de acompanhamento e financiamento. Será frequentemente apropriado efectuar a identificação de projectos principais na fase de geração do projecto, fazendo uso do método de enquadramento iniciado pela “Missão pericial sobre segurança marítima “.⁴⁹

IV.H. QUANTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PROGRAMA

- (317) Nos termos do número 4 do Artigo 12.º do Regulamento FEDER 1080/2006, os desempenhos serão acompanhados ao nível da prioridade e do objectivo específico, utilizando um conjunto de indicadores físicos. Para cada indicador será fixado um valor de base e um alvo⁵⁰ É fornecida em anexo uma apresentação do conjunto de indicadores (ver Anexo 4 - Quantificação dos objectivos e do desempenho do Programa).
- (318) Foi colocada ênfase no acompanhamento da qualidade e intensidade da própria cooperação, mais do que nos resultados especificamente relacionados com as prioridades e objectivos específicos do Programa ⁵¹. Por outras palavras, o acompanhamento do programa centrar-se-á no progresso alcançado no sentido do reforço da cooperação no Espaço Atlântico (conforme definido na Secção III.C: “perpetuação aberta” das estruturas de cooperação e maior tangibilidade dos resultados do projecto).
- (319) Consequentemente, os indicadores utilizados em cada prioridade e os objectivos específicos do Programa são iguais. Os resultados do Programa foram equacionados conforme os projectos e a soma dos resultados no que diz respeito ao objectivo específico e aos níveis prioritários.
- (320) O conjunto de indicadores em anexo necessita de ser mais trabalhado. A informação de base será incluída através da exploração dos registos do Programa do Espaço Atlântico INTERREG IIIB. Os alvos serão definidos para quantificar o progresso previsto em comparação com os valores base.
- (321) O Comité de Acompanhamento poderá também decidir incluir indicadores adicionais para, por exemplo, clarificar os desempenhos previstos dos projectos num determinado quadro estratégico (ver Secção IV.G).

⁴⁹ Ver Anexo 2 - Referências documentais, MISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA INTERREG III (2004).

⁵⁰ Os termos técnicos utilizados para descrever o sistema de acompanhamento estão definidos no Anexo 1 - Glossário.

⁵¹ Nos programas de cooperação, a heterogeneidade do material estatístico e de outros dados na área de cooperação, bem como a diversidade de questões abordadas, faz com que seja praticamente impossível definir um número limitado de indicadores claros, coerentes, relevantes e fiáveis para cada uma das questões tratadas. Na opinião da Comissão Europeia, (cf. COMISSÃO EUROPEIA (23 de Janeiro de 2006), p.16, em Anexo 2 - Referências documentais) *“a compilação de informação relativa ao processo, sobre o desenvolvimento de aptidões e competências pelas partes interessadas, pode ser um instrumento de apoio para os decisores nas suas tarefas de gestão e de elaboração de relatórios.”* no caso concreto dos programas de cooperação territorial. Este foi o rumo seguido na elaboração do conjunto de indicadores do Programa.

- (322) O conjunto completo de indicadores será incluído e comentado no MIGP. A interpretação exacta de cada indicador será clarificada e regularmente melhorada com perspectivas fornecidas pela experiência prática de recolha de dados.

V. Financiamento

(323) O financiamento FEDER disponível para o Programa ascenderá a 104.051.233 EUR.

V.A. ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS POR ANO

(324) O valor anual de atribuição financeira prevista para a contribuição FEDER ao longo do período 2007-2013 é a seguinte:

ANO	FINANCIAMENTO FEDER (€)
2007	13.794.106
2008	13.840.359
2009	14.227.276
2010	14.765.678
2011	15.320.802
2012	15.803.291
2013	16.299.721
TOTAL 2007-2013	104.051.233

(325) Em conformidade com a alínea 1 do Artigo 75 do Regulamento Geral 1083/2006, os compromissos pressupostos do FEDER relativos ao Programa serão contraídos pela Comunidade numa base anual.

(326) O período designado para a execução da implementação do projecto será prolongado até 31 de Dezembro de 2015.

V.B. ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS POR PRIORIDADE

(327) A tabela que se segue apresenta a atribuição financeira da contribuição FEDER, a contrapartida nacional e o índice de participação FEDER, para todo o período de programação e para cada prioridade.

EIXOS DE PRIORIDADE	FINANCIAMENTO DO FEDER	CONTRAPARTIDA NACIONAL	REPARTIÇÃO INDICATIVA DA CONTRAPARTIDA NACIONAL		FINANCIAMENTO TOTAL	TAXA DE CO- FINANCIAMENTO
			FINANCIAMENTO PÚBLICO NACIONAL	FINANCIAMENTO PRIVADO NACIONAL ⁵²		
	(a)	(b) = (c)+(d)	(c)	(d)	(e) = (a)+(b)	(f) = (a)/(e)
Prioridade 1: Promover redes transnacionais de empreendedorismo e inovação	27 352 061	14 728 033	13 275 624	1 452 409	42 080 094	65%
Prioridade 2: Proteger, assegurar e valorizar de forma sustentável o ambiente marinho e costeiro	37 704 800	20 302 585	19 674 652	627 933	58 007 385	65%
Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e as ligações internas	18 433 632	9 925 802	9 690 092	235 710	28 359 434	65%
Prioridade 4: Valorizar as sinergias transnacionais em matéria de desenvolvimento urbano e regional sustentável	14 317 666	7 709 512	7 241 421	468 091	22 027 178	65%
Assistência Técnica	6 243 074	2 081 025	2 081 025		8 324 099	75%
TOTAL	104 051 233	54 746 957	51 962 814	2 784 143	158 798 190	66%

⁵² A completar apenas quando os eixos de prioridade estejam expressos em custos totais

(328) A despesa pública, entende-se tal como disposto nos Artigos 2.º e 5.º do Regulamento Geral 1083/2006⁵⁴.

(329) A divisão indicativa por categoria da utilização programada do financiamento FEDER referida no número 5 do Artigo 12.º do Regulamento FEDER 1080/2006 é apresentada no Anexo 5.

V.C. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(330) Com base no Artigo 46.º do Regulamento Geral 1083/2006, o financiamento da Assistência Técnica deverá ser utilizado para financiar as actividades de preparação, gestão, acompanhamento, informação e controlo do Programa, juntamente com actividades para reforçar a capacidade administrativa dos vários organismos da estrutura de gestão.

(331) O Comité de Acompanhamento deverá aprovar:

- Um orçamento para Assistência Técnica para todo o período do Programa;
- Uma base comum para a gestão e/ou recolha de contribuições nacionais para o orçamento de Assistência Técnica e a gestão do financiamento de Assistência Técnica, com base nos acordos escritos mencionados no parágrafo (336);
- Orçamentos anuais de Assistência Técnica, preparados conjuntamente com os planos de acção anuais.

(332) A Assistência Técnica deverá ser disponibilizada para cobrir os gastos ocorridos pelos organismos que compõem a estrutura de gestão no desempenho das suas funções descritas na Secção VI.A. Esta disposição aplica-se, entre outros, aos Correspondentes Nacionais. No entanto, para o caso específico do Correspondente Nacional francês, deverá ser reservado financiamento extra para Assistência Técnica até 2009 e em função das necessidades, para o encerramento do Programa do Espaço Atlântico INTERREG IIIB confiado à respectiva Autoridade de Gestão, o Conselho Regional de Poitou-Charentes.

⁵⁴ 'Despesa pública': qualquer contributo público para o financiamento de operações cuja origem é o orçamento do Estado, de autoridades regionais ou locais, da Comunidade Europeia, referente aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão ou qualquer despesa semelhante. Qualquer contributo para o financiamento de operações cuja origem é o orçamento de entidades de direito público ou associações de uma ou mais autoridade regional ou local, ou entidades de direito público agindo de acordo com a Directiva 2004/18/EC do Parlamento Europeu e do Conselho do dia 31 de Março de 2004, em articulação com processos de adjudicação de contratos de trabalhos públicos, contratos de abastecimento e contratos de serviços públicos, será considerada como despesa similar.

VI. Implementação e gestão

(333) Nos termos do número 8 do Artigo 12.º do Regulamento FEDER 1080/2006, este capítulo estabelece as disposições de implementação do Programa. As seguintes questões serão abordadas de forma sucessiva:

- A estrutura de gestão, incluindo as competências das autoridades designadas pelos Estados-Membros do Espaço Atlântico;⁵⁵
- O processo de geração de projectos e os princípios aplicados à selecção de projectos;
- Os sistemas de acompanhamento e avaliação;⁵⁶
- A mobilização, circulação e controlo de fluxos financeiros;⁵⁷
- A estratégia de comunicação e publicidade;⁵⁸
- O intercâmbio de dados informatizados com a Comissão.⁵⁹

(334) Nas secções que se seguem foram apresentados apenas as características-chave e os principais princípios do sistema de implementação e gestão do programa. No MIGP, será fornecida mais informação sobre as responsabilidades e tarefas respectivas a desempenhar pelos diversos organismos que compõem a estrutura de gestão e as respectivas relações mútuas, bem como as modalidades detalhadas dos vários procedimentos determinados neste capítulo.

VI.A. ESTRUTURA DE GESTÃO

(335) A estrutura de gestão do Programa é composta pelos seguintes organismos: o Comité de Acompanhamento, a Autoridade de Gestão, a Autoridade de Certificação, a Autoridade de Auditoria, o STC e uma rede de Correspondentes Nacionais.

(336) Nos termos do número 3 do Artigo 59.º do Regulamento Geral 1083/2006, os Estados-Membros que participam no Programa estabelecerão as regras que governam as suas relações com as Autoridades de Gestão, de Certificação e de Auditoria e as suas relações com a Comissão, incluindo as condições que se aplicam às contribuições nacionais para o orçamento da Assistência Técnica. Com este objectivo, cada Estado-Membro que participa no Programa assinará um acordo escrito com estas autoridades de tipo e texto semelhante, antes da apresentação do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, conforme estipulado no Artigo 71.º do Regulamento Geral 1083/2006.

⁵⁵ Ver Regulamento FEDER 1080/2006 Art 12-8): alíneas (a) e (c).

⁵⁶ Idem, alínea (b).

⁵⁷ Idem, alínea (d).

⁵⁸ Idem, alínea (e).

⁵⁹ Idem, alínea (f).

VI.A.1. Comité de Acompanhamento

- (337) Em conformidade com o Artigo 63º do Regulamento Geral 1083/2006, os Estados-Membros que participem no Programa, com o acordo da Autoridade de Gestão, devem estabelecer um Comité de Acompanhamento num período máximo de três meses a contar da data de notificação aos Estados-Membros sobre a decisão da Comissão de aprovação do Programa Operacional.

VI.A.1.a. Composição e funcionamento do Comité de Acompanhamento

- (338) Nos termos do número 3 do Artigo 14.º do Regulamento FEDER 1080/2006, cada Estado-Membro que participa no Programa nomeará representantes para o Comité de Acompanhamento.
- (339) O Comité de Acompanhamento será composto por representantes dos Estados-Membros e das Regiões que participam no Programa, da Autoridade de Gestão e da Autoridade de Certificação. A Autoridade de Auditoria também poderá participar nestas reuniões, se necessário.
- (340) Nos termos do número 2 do Artigo 64.º do Regulamento Geral 1083/2006, um representante da Comissão, por iniciativa desta ou a pedido do Comité de Acompanhamento, participará nos trabalhos deste Comité, com uma função consultiva. Se o Banco Europeu de Investimento (BEI) ou o Fundo Europeu de Investimento (FEI) contribuírem para as operações do Programa, um representante destas instituições poderá também participar a título consultivo. O STC e os representantes dos parceiros económicos e sociais participarão nos trabalhos do Comité de Acompanhamento a título consultivo.
- (341) Cada delegação do Comité de Acompanhamento será composta por representantes nacionais e regionais (um número máximo de quatro) devidamente acreditados pelas autoridades competentes dos Estados-Membros. No entanto, a representação de uma delegação poderá variar dependendo das questões a abordar.
- (342) O Comité de Acompanhamento poderá decidir convidar, numa base permanente ou temporária, representantes de outras administrações e da sociedade civil organizada para participarem nas suas reuniões a título consultivo. Tal aplica-se particularmente ao grupo transnacional consultivo sobre questões ambientais, referido no relatório da AAE (ver Secção III.E.5) e redes transnacionais ou associações de autoridades locais ou regionais.
- (343) Os membros do Comité de Acompanhamento poderão ser assistidos por observadores especialistas, que poderão aconselhar os membros da respectiva delegação sem participarem nos debates.
- (344) Nos termos do número 3 do Artigo 19.º do Regulamento FEDER 1080/2006, o Comité de Acompanhamento poderá constituir um Comité de Pilotagem que trabalhe sob a sua orientação, responsável pela selecção das operações. Conforme adequado, o Comité de Acompanhamento poderá constituir grupos de trabalho ou subcomités e solicitar que estes comuniquem questões específicas encontradas na implementação do Programa.
- (345) No âmbito do quadro financeiro, institucional e legal dos Estados-Membros envolvidos, o Comité de Acompanhamento delineará as próprias regras de procedimento e adoptá-las-á com o acordo da Autoridade de Gestão.

VI.A.1.b. Competências do Comité de Acompanhamento

- (346) Nos termos do Artigo 65.º do Regulamento Geral 1083/2006, o Comité de Acompanhamento deve avaliar a eficácia e a qualidade de implementação do Programa, com base nas seguintes disposições:

- (a) Considerar e aprovar os critérios de selecção das operações financiadas no prazo de seis meses após a aprovação do Programa e aprovar qualquer revisão desses critérios, de acordo com as necessidades de programação;
 - (b) Analisar periodicamente o progresso realizado no sentido de se alcançarem os objectivos específicos do Programa, com base em documentos enviados pela Autoridade de Gestão;
 - (c) Examinar os resultados de implementação, especialmente se foram alcançados os objectivos estabelecidos por cada eixo de prioridade, e as avaliações mencionadas no número 3 do Artigo 48.º do Regulamento Geral 1083/2006;
 - (d) Considerar e aprovar os relatórios anual e final sobre a implementação referidos no Artigo 67.º do Regulamento Geral 1083/2006;
 - (e) Ser informado sobre o relatório de controlo anual e quaisquer comentários relevantes que a Comissão possa fazer após examinar o referido relatório;
 - (f) Propor à Autoridade de Gestão qualquer revisão ou exame do Programa que possa permitir alcançar os objectivos dos Fundos referidos no Artigo 3.º do Regulamento Geral 1083/2006, ou para melhorar a sua gestão, incluindo a sua gestão financeira;
 - (g) Considerar e aprovar qualquer proposta para corrigir o conteúdo da decisão da Comissão sobre a contribuição dos Fundos.
- (347) Além disso, o Comité de Acompanhamento deliberará sobre qualquer outra questão importante para a implementação efectiva e gestão saudável do Programa, em especial:
- (h) O conteúdo do MIGP;
 - (i) O plano de comunicação referido no Artigo 2.º do Regulamento de Execução 1828/2006;
 - (j) As avaliações do programa referidas no Artigo 47.º do Regulamento Geral 1083/2006;
 - (k) O plano de acção anual;
 - (l) O orçamento de Assistência Técnica;
 - (m) A supervisão da execução de projectos aprovados;
 - (n) A supervisão dos agrupamentos de projectos temáticos (ver Secção IV.F);
 - (o) O lançamento e supervisão da execução dos quadros estratégicos, incluindo as disposições específicas associadas referidas anteriormente (ver Secção IV.G);
 - (p) A legalidade e regularidade das despesas efectuadas fora da área do programa, em conformidade com o número 4 do Artigo 21.º do Regulamento FEDER 1080/2006.
- (348) Nos termos do número 3 do Artigo 19.º do Regulamento FEDER 1080/2006, o Comité de Acompanhamento será responsável pela selecção das candidaturas do projecto no seguimento das sucessivas apresentações de

propostas. Serão incluídas disposições adequadas nas regras de procedimento do Comité de Acompanhamento para garantir que as decisões relativas à selecção de projectos se baseiam numa comparação justa e imparcial dos respectivos méritos das candidaturas do projecto. Para isso, as candidaturas declaradas admissíveis serão classificadas com base no conjunto de critérios de selecção acordados e ordenadas numa base transnacional, ou seja, independentemente da nacionalidade dos parceiros do projecto. Os respectivos méritos das candidaturas do projecto serão apresentados ao Comité de Acompanhamento num relatório de avaliação.

VI.A.2. Autoridade de Gestão

- (349) Nos termos do Artigo 59.º do Regulamento Geral 1083/2006 e no número 1 do Artigo 14.º do Regulamento FEDER 1080/2006, a “Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte)”, foi designada Autoridade de Gestão do Programa. Deverá ser atribuída à Autoridade de Gestão os recursos humanos adequados para a auxiliar no desempenho das respectivas funções.

- (350) Contacto da Autoridade de Gestão:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N)
Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-034 Porto
Portugal
Tel.: +351 (0) 226086300
Fax : +351 (0) 226061489
E-mail: coop-atlantico@ccdr-n.pt

- (351) Nos termos do Artigo 60.º do Regulamento Geral 1083/2006, tal como especificado para os programas de cooperação territorial pelo Artigo 15.º do Regulamento FEDER 1080/2006 e Artigos 7.º, 13.º e 21.º do Regulamento de Execução 1828/2006, assumirá as seguintes funções e responsabilidades:

- (a) Assegurar que as operações sejam seleccionadas para financiamento em conformidade com os critérios aplicáveis ao Programa e que as mesmas cumpram as regras aplicáveis nacionais e da Comunidade para todo o período de implementação; para selecção e aprovação de operações a financiar ao abrigo da alínea a) do Artigo 60.º do Regulamento Geral 1083/2006, a Autoridade de Gestão assegurará que os beneficiários sejam informados sobre as condições específicas relativas aos produtos e serviços a fornecer ao abrigo da operação, o plano de financiamento, o prazo limite para execução e a informação financeira ou outra informação a ser mantida e comunicada; será suficiente que o beneficiário tenha capacidade para cumprir estas obrigações antes da decisão de aprovação ser tomada pelo Comité de Acompanhamento;⁶⁰
- (b) Assegurar que as despesas de cada beneficiário que participa numa operação tenham sido validadas pelo controlador referido no número 1 do Artigo 16.º do Regulamento FEDER 1080/2006;
- (c) Assegurar que existe um sistema de registo e armazenamento em formato electrónico de registos de formulários contabilísticos de cada operação ao abrigo do Programa e que esses dados sobre implementação necessários para a gestão, acompanhamento, verificações, auditorias e avaliação financeiros sejam recolhidos; os

⁶⁰ Regulamento de Execução, Art. 13-1).

registos das operações contabilísticas e os dados sobre implementação incluirão a informação constante do Anexo III ao Regulamento de Execução 1828/2006. A Autoridade de Certificação e a Autoridade de Auditoria terão acesso a esta informação;⁶¹

- (d) Assegurar que os beneficiários e outros organismos envolvidos na implementação de operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relativas à operação, sem prejuízo das regras de contabilidade nacionais;
- (e) Assegurar que as avaliações dos programas operacionais referidas no número 3 do Artigo 48.º do Regulamento Geral 1083/2006 são realizadas em conformidade com o Artigo 47.º;
- (f) Determinar procedimentos para assegurar que todos os documentos relativos a despesas e auditorias necessários para assegurar um processo de auditoria adequado são mantidos em conformidade com os requisitos do Artigo 90.º do Regulamento Geral 1083/2006;
- (g) Assegurar que a Autoridade de Certificação recebe toda a informação necessária sobre os procedimentos e verificações realizados relativamente aos gastos de certificação;
- (h) Orientar o trabalho do Comité de Acompanhamento e fornecer-lhe os documentos necessários para permitir que a qualidade de implementação do Programa Operacional seja monitorizada relativamente aos seus objectivos específicos;
- (i) Delinear e, após aprovação por parte do Comité de Acompanhamento, enviar à Comissão os relatórios anuais e final sobre a execução, em conformidade com o Artigo 68.º do Regulamento Geral 1083/2006;
- (j) Assegurar a conformidade com os requisitos de informação e publicidade estabelecidos no Artigo 69.º do Regulamento Geral 1083/2006 e nos Artigos 2.º a 10.º do Regulamento de Execução 1828/2006.

(352) Além disso, a Autoridade de Gestão deverá:

- (k) Formar o STC, após consultar os Estados-Membros que participam no Programa;⁶²
- (l) Assinar numa carta de outorga formal que especifique as disposições de implementação para cada projecto aprovado, de acordo com o Chefe de Fila do projecto;⁶³
- (m) Em colaboração com o Comité de Acompanhamento, realizar o acompanhamento relativamente a indicadores financeiros e físicos no Programa;⁶⁴
- (n) Em colaboração com a Comissão, examinar anualmente o progresso feito na implementação do Programa Operacional, os resultados

⁶¹ Idem, Artigo 14-1).

⁶² Ver Regulamento FEDER 1080/2006, Art. 14-1).

⁶³ Idem, Art. 15-2).

⁶⁴ Ver Regulamento Geral 1083/2006, Art. 66-2) e Regulamento FEDER 1080/2006, Art. 12-4).

principais alcançados ao longo do ano anterior, a implementação financeira e outros factores, com vista a melhorar a implementação;⁶⁵

- (o) Informar o Comité de Acompanhamento sobre os comentários tecidos pela Comissão após o exame anual do Programa;⁶⁶
 - (p) Confirmar a selecção de operações fora da área elegível conforme referido nos números 2 e 3 do Artigo 21.º do Regulamento FEDER 1080/2006;⁶⁷
 - (q) Em colaboração com as Autoridades de Certificação e de Auditoria, elaborar a descrição do programa de gestão e sistemas de controlo referidos no número 1 do Artigo 71.º do Regulamento Geral 1083/2006 e nos Artigos 21.º a 24.º do Regulamento de Implementação 1828/2006.
- (353) A Autoridade de Gestão cumprirá todas as leis e regulamentos nacionais e comunitários aplicáveis.
- (354) No exercício das suas funções, a Autoridade de Gestão beneficiará do apoio do STC do Programa.

VI.A.3. Autoridade de Certificação

- (355) Nos termos do Artigo 59.º do Regulamento Geral 1083/2006 e no número 1 do Artigo 14.º do Regulamento FEDER 1080/2006, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, cuja sede está situada em Lisboa, foi designado Autoridade de Certificação do Programa.

- (356) Contacto da Autoridade de Certificação:

Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.
Rua de São Julião, 63
1149-030 Lisboa
Portugal
Telefone: +351 (0) 218814091
Fax: +351 (0) 218881111
E-mail: jose.soeiro@dgdr.pt

- (357) Nos termos do Artigo 61.º do Regulamento Geral 1083/2006 e do número 2 do Artigo 17.º do Regulamento FEDER 1080/2006, a Autoridade de Certificação assumirá as seguintes funções e responsabilidades:

- (a) Delinear e apresentar à Comissão, declarações, certificadas de despesas e candidaturas para pagamento de acordo com os Artigos 78.º, o número 2 do Artigo 79.º, o número 1 do Artigo 81.º do Regulamento Geral 1083/2006 e o Artigo 20.º do Regulamento de Execução 1828/2006,
- (b) Certificando que:

⁶⁵ Ver Regulamento Geral 1083/2006, Art. 68-1).

⁶⁶ Idem, Art. 68-2).

⁶⁷ Ver Regulamento FEDER 1080/2006, Art. 21-4).

- A declaração de despesas é correcta, resultante de sistemas contabilísticos fiáveis, e baseia-se em documentos de suporte verificáveis;
 - As despesas declaradas estão em conformidade com os regulamentos nacionais e comunitários e incorreram em operações seleccionadas para financiamento de acordo com os critérios aplicáveis ao Programa, cumprindo as regras Comunitárias e nacionais;
- (c) Assegurar, para fins de certificação, que recebeu informação adequada da Autoridade de Gestão sobre os procedimentos e verificações efectuados em relação às despesas incluídas na declaração de despesas;
- (d) Para fins de certificação, ter em conta os resultados de todas as auditorias efectuadas por ou sob a responsabilidade da Autoridade de Auditoria;
- (e) Manter os registos contabilísticos em formato electrónico das despesas declaradas à Comissão,
- (f) Manter uma conta de montantes a pagar e de levantamentos, após o cancelamento do total ou parte da contribuição para uma operação. As quantias recuperadas serão pagas novamente ao orçamento geral da UE, antes do fecho do Programa Operacional, deduzindo-as da declaração de despesas seguinte.
- (358) A Autoridade de Certificação será ainda responsável por:
- (g) Elaborar, em colaboração com as Autoridades de Gestão e Auditoria, a descrição dos sistemas de gestão e controlo do programa referidos no número 1 do Artigo 71.º do Regulamento Geral 1083/2006 e Artigos 21.º a 24.º do Regulamento de Execução 1828/2006;
- (h) Receber os pagamentos efectuados pela Comissão (pré-financiamento, pagamentos provisórios e pagamento do balanço final⁶⁸ e realizar pagamentos aos beneficiários⁶⁹);
- (i) No máximo até 30 de Abril de cada ano, enviar à Comissão em nome dos Estados-Membros, uma previsão das prováveis candidaturas de pagamento para o ano financeiro corrente e seguinte;⁷⁰
- (j) Publicar qualquer interesse gerado pelo pré-financiamento⁷¹ do Programa, que seja considerado como recurso para que os Estados-Membros participem no Programa como contribuição pública nacional; será declarado à Comissão no momento do fecho final do Programa;⁷²
- (k) Enviar pedidos para pagamentos provisórios, tanto quanto possível, em três ocasiões separadas por ano. Para um pagamento a ser feito pela Comissão no ano corrente, a data limite em que a candidatura poderá ser apresentada é 31 de Outubro;⁷³

⁶⁸ Tal como se define no número 2 do Art. 76 do Regulamento Geral 1083/2006

⁶⁹ Ver Regulamento FEDER 1080/2006 Art. 14-1)

⁷⁰ Ver Regulamento Geral 1083/2006, Art. 76-3)

⁷¹ Idem, Art. 82-1)

⁷² Idem, Art. 83

⁷³ Idem, Art. 87-1)

- (l) Assegurar que os beneficiários recebem a quantia total da contribuição pública o mais depressa possível e na totalidade. Não será deduzida nem retida qualquer quantia, nem será cobrado qualquer valor adicional específico ou outro com efeito equivalente, que pudesse reduzir estas quantias para os beneficiários principais;⁷⁴
- (m) Sem prejuízo da responsabilidade dos Estados-Membros na detecção e correcção de irregularidades e para que se possa recuperar quantias pagas indevidamente, assegurar que qualquer quantia paga em resultado de uma situação irregular é recuperada junto do beneficiário principal.⁷⁵

VI.A.4. Autoridade de Auditoria

(359) Nos termos do Artigo 59.º do Regulamento Geral 1083/2006 e do número 1 do Artigo 14.º do Regulamento FEDER 1080/2006, a Inspeção-Geral de Finanças foi nomeada Autoridade de Auditoria do Programa.

(360) Contacto da Autoridade de Auditoria:

Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA
Portugal
Telefone: +351 (0) 218113500
Fax: +351 (0) 218162573
E-mail: carlostrigacheiro@igf.min-financas.pt

(361) Nos termos dos Artigos 62.º e 73.º do Regulamento Geral 1083/2006, do Artigo 16.º do Regulamento FEDER 1080/2006 e dos Artigos 15.º a 18.º do Regulamento de Execução 1828/2006, a Autoridade de Auditoria possuirá as seguintes funções e responsabilidades:

- (a) Assegurar que as auditorias são realizadas de forma a verificar o funcionamento eficaz do Sistema de Gestão e Controlo do Programa;
- (b) Assegurar que as auditorias são realizadas em operações com base numa amostra adequada para verificar os gastos declarados; as auditorias e a amostragem serão realizadas em conformidade com os Artigos 16.º e 17.º, respectivamente, do Regulamento de Execução 1828/2006;
- (c) Apresentar à Comissão, no prazo de nove meses após a aprovação do Programa, uma estratégia de auditoria que abranja os organismos que as irão realizar, referidos nos parágrafos (a) e (b), o método a utilizar, o método de amostragem para as auditorias sobre as operações e o planeamento indicativo das auditorias, por forma a assegurar que os organismos principais sejam auditados e que as auditorias sejam realizadas de forma uniforme durante todo o período de programação; a estratégia de auditoria será determinada em conformidade com o número 1 do Artigo 18.º do Regulamento de Execução 1828/2006;
- (d) A 31 de Dezembro de cada ano entre 2008 e 2015:

⁷⁴ Idem, Art. 80.

⁷⁵ Cf. Regulamento FEDER 1080/2006, Art. 17-2).

- i] Enviar para a Comissão um relatório anual de controlo contendo as conclusões das auditorias efectuadas durante os 12 meses anteriores, terminando em 30 de Junho do ano a que diz respeito, em conformidade com a estratégia de auditoria do Programa e comunicando quaisquer problemas dos sistemas de gestão e controlo do Programa. O primeiro relatório a ser apresentado em 31 de Dezembro de 2008, deverá abranger o período entre 1 de Janeiro de 2007 e 30 de Junho de 2008. A informação relativa às auditorias realizadas após 1 de Julho de 2015, será incluída no relatório final de controlo com a declaração de fecho referida no ponto e);
 - ii] Emitir uma opinião baseada nos controlos e auditorias realizados sob a responsabilidade da Autoridade de Auditoria, sobre se as funções do sistema de gestão e controlo foram eficazes, com vista a fornecer uma garantia razoável de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão estão correctas e, consequentemente, garantia razoável de que as transacções subjacentes são legais e regulares; o relatório de controlo anual e a opinião referida em i.] e ii.] serão redigidos em conformidade com os números 2 e 4 do Artigo 18.º do Regulamento de Execução 1828/2006;
 - iii] Apresentar, quando aplicável ao abrigo do Artigo 88.º do Regulamento Geral 1083/2006, uma declaração de fecho parcial que avalia a legalidade e regularidade das despesas em questão; esta declaração deverá ser redigida em conformidade com o número 5 do Artigo 18.º do Regulamento de Execução 1828/2006 e enviado com a opinião referida no ponto d) ii.].
 - (e) Enviar para a Comissão o mais tardar em 31 Março de 2017, uma declaração de fecho avaliando a validade da candidatura para pagamento do balanço final e a legalidade e regularidade das transacções subjacentes abrangidas pela declaração final de despesas, que será apoiada pelo relatório final de controlo; a declaração de fecho e o relatório final de controlo serão redigidos em conformidade com os números 3 e 4 do Artigo 18.º do Regulamento de Execução 1828/2006.
- (362) A Autoridade de Auditoria deverá assegurar que o trabalho de auditoria considere as normas de auditoria aceites internacionalmente.
- (363) Quando as auditorias e controlos referidos no parágrafo (a) e (b) forem realizados por um organismo que não a Autoridade de Auditoria, esta deverá assegurar que esse organismo possui a independência de funcionamento necessária.
- (364) Além disso, a Autoridade de Auditoria deverá:
- (f) Elaborar, em colaboração com as Autoridades de Gestão e Certificação, a descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa referidos no número 1 do Artigo 71.º do Regulamento Geral 1083/2006 e Artigos 21.º a 24.º do Regulamento de Execução 1828/2006; em nome dos Estados-Membros que participam no Programa, submeter esta descrição à consideração Comissão da aplicação do primeiro pagamento interino pela Autoridade de Certificação ou pelo menos dentro dos doze meses da aprovação do Programa;
 - (g) Estabelecer o relatório e a opinião referida no número 2 do Artigo 71.º do Regulamento Geral; para cumprir esta tarefa, a Autoridade de Auditoria poderá contratar um organismo público ou privado

independente, no seu funcionamento, da Autoridade de Gestão e da Autoridade de Certificação; este organismo desempenhará as suas funções tendo em conta as normas de auditoria aceites internacionalmente;⁷⁶ o relatório e a opinião referidos no número 2 do Artigo 71.º do Regulamento Geral 1083/2006 serão redigidos em conformidade com o Artigo 25.º do Regulamento de Execução 1828/2006;

- (h) Presidir ao grupo de auditores referido no número 2 do Artigo 14.º do Regulamento FEDER 1080/2006.

(365) A Autoridade de Auditoria será auxiliada por um grupo de auditores constituído por um representante de cada Estado-Membro que participa no Programa, desempenhando as funções indicadas no Artigo 62.º do Regulamento Geral. Em alternativa, a Autoridade de Auditoria poderá ser autorizada a desempenhar directamente estas funções em toda a área de cooperação do programa, se decidido por unanimidade pelos Estados-Membros. Caso contrário, o grupo de auditores será constituído no prazo máximo de três meses a partir da decisão de aprovação do Programa. Delineará as próprias regras de procedimento. Será presidido pela Autoridade de Auditoria.⁷⁷

(366) Os auditores serão independentes relativamente ao sistema de controlo referido no número 1 do Artigo 16.º do Regulamento FEDER 1080/2006.

VI.A.5. Secretariado Técnico Conjunto

(367) Nos termos do número 1 do Artigo 14.º do Regulamento FEDER 1080/2006, a Autoridade de Gestão, após consulta aos Estados-Membros que participam no Programa, constituirá um STC. A sede deste secretariado localizar-se-á na cidade do Porto, Portugal.

VI.A.5.a. Equipa e funcionamento do STC

(368) O secretariado desempenha um papel especialmente importante no programa de cooperação territorial europeia. O STC do Programa terá, pois, uma equipa altamente capacitada e qualificada, capaz de desempenhar as funções e responsabilidades analisadas na secção seguinte.

(369) Serão elaborados perfis de trabalho de acordo com a Autoridade de Gestão para anunciar postos de trabalho por preencher numa base de transparência e globalidade. Os membros da equipa serão recrutados unicamente com base no respectivo mérito, independentemente do seu país de origem. No entanto, as competências linguísticas dos membros da equipa do STC devem cobrir de forma suficiente e equilibrada as quatro línguas existentes na área de cooperação.

(370) O responsável pelo STC reportará à Autoridade de Gestão e terá total responsabilidade pela gestão de todo o trabalho e recursos do secretariado. A equipa deverá incluir outros membros, nomeadamente funcionários administrativos e financeiros, funcionários de desenvolvimento de projectos, funcionários da área da comunicação e respectivos assistentes. Nesta base, a Autoridade de Gestão deverá elaborar uma organização oficial da estrutura do STC.

(371) O STC será financiado pelo orçamento da Assistência Técnica.

⁷⁶ Regulamento Geral 1083/2006, Art. 71-3)

⁷⁷ Regulamento FEDER 1080/2006, Art 14-2)

VI.A.5.b. Tarefas e responsabilidades do STC

(372) O STC será responsável pelo trabalho diário de execução do Programa, sob a supervisão da Autoridade de Gestão. Auxiliará o Comité de Acompanhamento, a Autoridade de Gestão, a Autoridade de Certificação e, quando necessário, a Autoridade de Auditoria, no desempenho das respectivas funções. Isto envolve, em especial:

- (a) Fornecer à Autoridade de Gestão, à Autoridade de Certificação e à Autoridade de Auditoria a informação, experiência e apoio necessários para o desempenho das funções;
- (b) Actuar como secretariado do Comité de Acompanhamento: organizar reuniões, redigir minutas, preparar, implementar e acompanhar as decisões.

(373) O STC deverá ainda:

- (c) Tomar todas as medidas necessárias para promover o Programa com base na estratégia de publicidade aprovada pelo Comité de Acompanhamento; isto envolve a actuação como ponto de contacto centralizado para o público interessado no Programa, potenciais beneficiários e projectos seleccionados/em execução;
- (d) Iniciar, facilitar e coordenar de forma pró-activa a geração e desenvolvimento de projectos de qualidade transnacional, em estreita colaboração com os Correspondentes Nacionais, através de uma mobilização prévia dos intervenientes principais e do fornecimento de informação relevante aos promotores de projectos;
- (e) Emitir pedidos periódicos de apresentação de propostas, registar as candidaturas e receber e orientar o procedimento de avaliação do projecto tendo em vista as sessões do Comité de Acompanhamento⁷⁸ dedicadas à selecção do projecto;
- (f) Auxiliar os beneficiários principais na implementação do projecto; acompanhar o progresso, incluindo o financeiro, dos projectos aprovados verificando os relatórios de execução dos mesmos.

VI.A.6. Correspondentes Nacionais

(374) As autoridades competentes em Espanha, França, Irlanda, Portugal e Reino Unido nomearão um organismo que actuará como Correspondente Nacional do Programa nos respectivos países.

(375) Em estreita colaboração com a Autoridade de Gestão e o STC, as referidas autoridades assegurarão que as seguintes funções e responsabilidades são desempenhadas pelos Correspondentes Nacionais:

- (a) Contribuir para a promoção do programa e para a estratégia de comunicação;
- (b) Auxiliar na geração do projecto e mobilização prévia dos intervenientes principais, por exemplo através da criação e actualização de uma base de dados de potenciais parceiros de projecto;
- (c) Auxiliar os promotores dos projectos fornecendo toda a informação que possam necessitar para a preparação da sua candidatura;

⁷⁸ Em alternativa, o Comité de Pilotagem estabelecido pelo Comité de Acompanhamento.

- (d) Aconselhar e auxiliar as parcerias dos projectos na execução do projecto;
 - (e) Fornecer à autoridade de Gestão e ao STC toda a informação importante sobre restrições resultantes da aplicação de legislação, regulamentos e políticas nacionais que devem ser tidas em conta na implementação dos procedimentos do programa, por exemplo, a compatibilidade das candidaturas dos projectos com essas restrições.
- (376) Além disso, os Estados-Membros poderão decidir se os respectivos Correspondentes Nacionais deverão desempenhar as tarefas de "controlador", referidas no Artigo 16.º do Regulamento FEDER 1080/2006 (ver Secção VI.E.4.b).

VI.B. PROJECTOS: DA GERAÇÃO À SELECÇÃO

- (377) Conforme assinalado na Secção III.C, o reforço de cooperação transnacional no Espaço Atlântico envolve o alargamento do público-alvo do Programa enquanto se esforça para aumentar os padrões de qualidade do projecto. Assim, o processo que conduz à selecção de candidaturas de qualidade necessita de ser enquadrado com bastante cuidado. Este processo é apresentado nas secções que se seguem.

VI.B.1. Geração dos projectos

- (378) A Autoridade de Gestão, com o auxílio do STC e da rede de Correspondentes Nacionais, deverá adoptar todas as medidas adequadas para promover amplamente a estratégia do programa, no sentido de uma maior sensibilização para a necessidade de cooperação transnacional no Espaço Atlântico e os seus benefícios para as parcerias de projecto. Para este efeito, serão lançadas campanhas de geração de projectos no âmbito de uma estratégia de comunicação (ver Secção VI.F).
- (379) Estas campanhas procuram mobilizar os intervenientes principais numa fase inicial, incluindo os que estão relativamente pouco sensibilizados até ao momento para a cooperação territorial.
- (380) Deve ser implementado um processo interactivo entre os intervenientes principais, a Autoridade de Gestão, o STC e a rede de Correspondentes Nacionais a fim de identificar ideias inovadoras de projectos de elevada importância transnacional e reuni-las numa base de dados conjunta publicamente acessível e utilizada como uma ferramenta de procura para o parceiro. Os organismos que apresentaram uma ideia para um projecto receberão informação relevante do STC e dos Correspondentes Nacionais a pedido.
- (381) Em circunstâncias específicas, por exemplo, a implementação do quadro estratégico (ver Secção IV.G), o Comité de Acompanhamento pode tomar medidas adequadas, por exemplo, o estabelecimento de forças operacionais ou equipas de peritos de terreno para fornecer assistência às categorias-alvo de candidatos de projecto na elaboração das suas candidaturas.

VI.B.2. Apresentação de projectos

VI.B.2.a. As parcerias dos projectos

- (382) Os projectos do Programa devem envolver uma parceria transnacional, devendo os membros nomear entre si um “Chefe de Fila”. As expressões “Chefe de Fila” e “parceiro do projecto” utilizadas no presente Programa devem ser entendidas como “beneficiário do programa” e “outro beneficiário” respectivamente, na acepção dos números 1 e 2 do Artigo 20.º do Regulamento FEDER 1080/2006. Os parceiros do projecto assumirão as responsabilidades estipuladas nos referidos artigos.

VI.B.2.b. Tipos de parceiros de projecto possíveis

- (383) Um grande número de organismos de direito público ou privado podem ser beneficiários potenciais dos fundos FEDER e, deste modo, participar numa parceria de projecto, incluindo:

- Autoridades locais, regionais e nacionais, incluindo as administrações públicas e as agências públicas associadas ou outros organismos equivalentes;
- Parcerias e organismos transnacionais;
- Universidades, agências de investigação e desenvolvimento;
- Organizações do sector do voluntariado, nomeadamente ONGs e organizações da economia social.

- (384) As empresas com fins lucrativos, de carácter industrial ou comercial (PME, empresas em fase de arranque, etc.) são bem-vindas para participar como parceiros associados num projecto com o apoio do FEDER para co-financiar as suas despesas relacionadas com a rede e cooperação, sujeitas à conformidade com as condições estabelecidas pelas legislações europeia e nacional sobre ajuda estatal. Além disso, devem ser observadas as normas de contratação pública no caso de prestação de serviços por parte destas empresas, para a execução das actividades relacionadas com o projecto. Tendo em conta eventuais conflitos de interesse, uma empresa (de consultadoria, por exemplo) que participe num projecto como parceiro associado não pode ser contratada para prestação de serviços aos parceiros do projecto.

- (385) Qualquer organismo indicado no parágrafo (383) poderá intervir como Chefe de Fila, desde que apresente garantias suficientes da sua solvência e capacidades de gestão.

VI.B.2.c. Posição dos beneficiários principais e outros beneficiários elegíveis para financiamento FEDER

- (386) Nos termos do número 2 do Artigo 21.º do Regulamento FEDER 1080/2006, em casos devidamente justificados e desde que exista confirmação prévia pelo Comité de Acompanhamento e pela Autoridade de Gestão, o FEDER pode financiar despesas incorridas por parceiros localizados fora da área de cooperação do programa mas no interior da Comunidade Europeia, até 20% do montante da sua contribuição para o Programa, sempre que essas despesas impliquem benefícios para as regiões da área de cooperação. No entanto, o Chefe de Fila do projecto deve ter uma sede na área de cooperação do Programa.

- (387) Nos termos do número 3 do Artigo 21.º do Regulamento FEDER 1080/2006, em casos devidamente justificados e desde que exista confirmação prévia pelo Comité de Acompanhamento e pela Autoridade de Gestão, o

FEDER pode financiar despesas incorridas na execução de operações ou partes de operações no território de países não pertencentes à Comunidade Europeia, até 10% do montante da sua contribuição para o Programa, sempre que essas despesas impliquem benefícios para as regiões da área de cooperação.

- (388) No MIGP serão fornecidos mais detalhes sobre as modalidades de implementação dos números 2 e 3 do Artigo 21 do Regulamento FEDER 1080/2006.

VI.B.2.d. Procedimento das candidaturas de projectos

- (389) O STC deve lançar e divulgar amplamente concursos públicos para a apresentação de projectos, sob a supervisão da Autoridade de Gestão. Podem ser utilizados concursos específicos para fins específicos, por exemplo, que incidam sobre objectivos específicos insuficientemente abrangidos por projectos já aprovados ou que lancem um quadro estratégico (cf. Secção IV.G.). Pode ser igualmente organizado um procedimento de duas fases incluindo uma fase de pré-candidatura e uma fase de pré-selecção, se o Comité de Acompanhamento assim o decidir. O número de concursos anuais será flexível, dependendo dos progressos registados pelo Programa.
- (390) Para que uma candidatura seja submetida ao Comité de Acompanhamento, deve ser recebida pelo STC no prazo especificado na convocatória de apresentação de projectos.
- (391) O STC deve elaborar e publicar um dossier de candidatura e informação, que possa ser descarregado do sítio web do Programa e disponibilizar uma cópia impressa a pedido. O dossier deve incluir as orientações necessárias para ajudar as parcerias de projecto na preparação da sua candidatura, incluindo um exemplo do contrato entre parceiros de projecto.
- (392) O dossier deve igualmente incluir um formulário de candidatura normalizado, o qual deve ser obrigatório para todas as candidaturas. As candidaturas de projectos devem incluir igualmente um plano de acção e um orçamento que mencione a totalidade das despesas elegíveis e o montante de financiamento FEDER pretendido. A taxa de concessão do FEDER resultante não deve ser superior a 65%. Deverá ser anexa à candidatura uma breve nota sobre o impacto ambiental do projecto proposto.
- (393) A data de início para a elegibilidade das despesas é 1 de Janeiro de 2007. As despesas incorridas antes dessa data não serão elegíveis para financiamento FEDER.
- (394) Devem ser fornecidas informações detalhadas no MIGP sobre o concurso para apresentação do projecto, o conteúdo do dossier de candidatura e de informação, o procedimento de pedido de projecto e as modalidades da sua execução.

VI.B.3. Avaliação e selecção das candidaturas de projecto

- (395) Em nome da Autoridade de Gestão, o STC deve acusar a recepção das candidaturas e coordenar o procedimento que dá origem à apresentação dos relatórios de avaliação de projectos ao Comité de Acompanhamento.
- (396) Este procedimento deve incluir várias verificações (por exemplo, conformidade com as condições de admissibilidade,⁷⁹ verificada pelo STC) e consultas (por exemplo, compatibilidade com as políticas, as leis e os

⁷⁹ As condições de admissibilidade são os requisitos mínimos para que uma candidatura seja admissível.

regulamentos nacionais, verificada pelos Correspondentes Nacionais, consulta do grupo de trabalho consultivo transnacional sobre questões ambientais referido no relatório da AAE - ver Secção III.E.5). Os respectivos méritos das candidaturas devem ser avaliados pelo STC ou, se necessário, por um grupo de avaliadores independentes, se o Comité de Acompanhamento assim o decidir. Os projectos propostos serão classificados com base no conjunto de critérios de selecção acordados e ordenadas numa base transnacional.

- (397) Com base nos relatórios de avaliação, o Comité de Acompanhamento⁸⁰ deverá considerar todas as candidaturas recebidas pelo STC. As modalidades detalhadas do procedimento de avaliação, incluindo o conjunto de condições de admissibilidade e os critérios de selecção, bem como as condições específicas eventualmente aplicáveis às propostas de projecto apresentadas após o lançamento de um quadro estratégico (ver Secção IV.G.), serão descritas no MIGP. O conjunto de condições de admissibilidade e os critérios de selecção estarão também incluídos no dossier de candidatura e informação.
- (398) O cumprimento das disposições dos Artigos 16º (igualdade entre homens e mulheres e não-discriminação) e 17º (promoção do desenvolvimento sustentável, protecção e melhoria do ambiente) do Regulamento Geral 1083/2006, será uma das condições de admissibilidade dos projectos.

VI.C. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO

- (399) Nos termos do Artigo 66.º do Regulamento Geral 1083/2006, a Autoridade de Gestão e o Comité de Acompanhamento devem assegurar a qualidade da execução do Programa. Para o efeito, devem manter responsabilidade conjunta para acompanhamento do Programa.
- (400) Este acompanhamento deve ser efectuado em função dos indicadores referidos no número 4 do Artigo 12.º do Regulamento FEDER 1080/2006. Os principais indicadores, bem como os alvos relacionados, foram especificados na Secção IV.H e no Anexo 4. A lista de indicadores fornecida no Anexo 4 é apenas indicativa nesta fase. O Comité de Acompanhamento poderá decidir corrigir a lista e aprovar indicadores adicionais, conforme for adequado, sobretudo tendo em conta a primeira candidatura apresentação de projectos⁸¹ ou as necessidades específicas de um quadro estratégico.
- (401) Nos casos devidamente justificados, o Comité de Acompanhamento pode aprovar medidas complementares para o acompanhamento do impacto ambiental de um projecto específico ou categorias de projectos.
- (402) A Autoridade de Gestão, assistida pelo STC, deve informar periodicamente o Comité de Acompanhamento sobre os progressos relativamente à realização dos objectivos do Programa, tal como avaliados através do conjunto aprovado de indicadores. Relatórios de progresso semestrais recebidos dos Chefes de Fila dos projectos constituirão a base principal da informação para acompanhar os desempenhos do Programa. A Autoridade de Gestão deve também informar periodicamente sobre os compromissos e os pagamentos FEDER.
- (403) Nos termos do Artigo 67.º do Regulamento Geral 1083/2006, a Autoridade de Gestão deve apresentar à Comissão um relatório anual de execução, até 30 de Junho de cada ano e pela primeira vez em 2008. O relatório final será apresentado até 31 de Março de 2017. Os relatórios anuais e final serão elaborados pelo STC, sob a supervisão da Autoridade de Gestão, apreciados e aprovados pelo Comité de Acompanhamento antes de serem enviados à

⁸⁰ Em alternativa, o Comité de Pilotagem estabelecido pelo Comité de Acompanhamento.

⁸¹ Depois da primeira ronda de candidaturas de projecto, devem ser evitadas, o mais possível, alterações à lista de indicadores existente.

Comissão. Os resultados globais do acompanhamento em função dos indicadores financeiros e físicos, serão publicados nos relatórios anuais do Programa.

- (404) O STC reunirá a informação relevante ao longo de toda a duração do Programa. Para esse efeito, será desenvolvido um sistema de gestão computadorizado do Programa (ver Secção VI.G).

VI.D. AVALIAÇÃO

VI.D.1.a. Avaliação *Ex ante*

- (405) Nos termos do Artigo 48-2) do Regulamento Geral 1083/2006, foi efectuada uma avaliação *ex-ante* pela ECOTEC *Research & Consulting Ltd*, sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho 2007-2013, encarregue da elaboração do Programa Operacional. Os resultados da avaliação *ex-ante*, incluindo os do procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica são apresentados na Secção III.E.4.⁸²

VI.D.1.b. Avaliação durante o período do Programa

- (406) O Programa ficará sujeito às disposições dos Artigos 47.º, 48.º e 49.º do Regulamento Geral 1083/2006, relativamente aos procedimentos de avaliação.
- (407) Nos termos do Artigo 47.º, as avaliações devem visar melhorar a qualidade, a eficácia e a consistência do apoio FEDER, bem como a estratégia e implementação do Programa Operacional, no que diz respeito a problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros e as regiões, e em simultâneo, ter em consideração o objectivo de desenvolvimento sustentável e a legislação comunitária relevante relativamente ao impacto ambiental e à AAE.
- (408) As avaliações poderão ser de natureza estratégica, a fim de examinar a evolução do Programa relativamente às prioridades nacionais e comunitárias, ou de natureza operacional, enquanto apoio de acompanhamento do programa.
- (409) Nos termos do número 3 do Artigo 48.º, a Autoridade de Gestão sob a supervisão do Comité de Acompanhamento, deve efectuar durante o período de programação, avaliações relacionadas com o acompanhamento do Programa, em particular quando esse acompanhamento indicar que há um desvio considerável em relação aos objectivos inicialmente fixados ou sempre que sejam apresentadas propostas de revisão dos programas operacionais.⁸³
- (410) O âmbito das avaliações será adaptado às necessidades específicas identificadas ao longo do acompanhamento do Programa, por exemplo um melhor conhecimento dos resultados de projectos concluídos ou o impacto do Programa.
- (411) Nos termos do número 3 do Artigo 47.º, as avaliações devem ser realizadas por peritos ou organismos internos ou externos, funcionalmente independentes da Autoridade de Certificação e da Autoridade de Auditoria do Programa. Os resultados devem ser publicados de acordo com as regras aplicáveis ao acesso aos documentos e enviados para a Comissão.

⁸² O relatório de avaliação *ex ante* e o relatório AAE encontram-se em anexo como volumes separados, A e B respectivamente.

⁸³ O Artigo 33º do Regulamento Geral 1083/2006 indica que um Programa Operacional pode ser examinado de novo em diversos casos.

- (412) As avaliações devem incidir sobre a orientação indicativa dos métodos de avaliação fornecidos pela Comissão Europeia e possivelmente pelos Estados-Membros.
- (413) Nos termos do número 1 do Artigo 48.º, os Estados-Membros que participam no Programa e a Autoridade de Gestão com o apoio do STC devem fornecer os recursos necessários para levar a cabo as avaliações, organizar a produção e a recolha dos dados necessários e utilizar os vários tipos de informações fornecidas pelo sistema de acompanhamento.

VI.E. MOBILIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONTROLO DE FLUXOS FINANCEIROS

- (414) Nos termos da alínea d) do número 8 do Artigo 12.º do Regulamento FEDER 1080/2006, esta secção estabelece as principais características dos procedimentos para a mobilização e circulação dos fluxos financeiros. Também são fornecidas informações adicionais sobre os controlos e as auditorias, bem como sobre as correcções financeiras referidas no Regulamento Geral 1083/2006 (respectivamente nos Artigos 70.º a 74.º e 98.º a 102.º).
- (415) Serão fornecidas informações detalhadas sobre estes procedimentos no MIGP, principalmente no Sistema de Gestão e Controlo do Programa referido no número 1) do Artigo 71.º do Regulamento Geral 1083/2006. Este sistema deve ser apresentado à Comissão antes da apresentação do primeiro pedido de pagamento FEDER intermédio, ou no prazo de doze meses a contar da data de aprovação de cada Programa Operacional.

VI.E.1. Conta única do programa

- (416) Nos termos do número 1 do Artigo 76.º do Regulamento Geral 1083/2006, a Comissão efectua os pagamentos das contribuições FEDER para o Programa, em conformidade com as dotações orçamentais. Para receber esses pagamentos em nome do Programa, o IFDR, a Autoridade de Certificação, abrirá uma conta única sem subcontas nacionais⁸⁴.
- (417) Quaisquer juros recebidos dos pagamentos por conta serão atribuídos ao Programa pela Autoridade de Certificação sob recomendação do Comité de Acompanhamento.
- (418) Nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 93.º do Regulamento Geral 1083/2006, qualquer parte de um compromisso orçamental que não tenha sido utilizado para o pagamento do pré-financiamento ou para pagamentos intermédios, ou em relação ao qual não tenha sido apresentado um pedido de pagamento até 31 de Dezembro do terceiro ano (ano "N+3") seguinte ao ano (ano "N") do compromisso orçamental anual de 2007 a 2010, será automaticamente anulado pela Comissão e perdido para o Programa.

VI.E.2. Contribuição do FEDER

- (419) Os projectos aprovados pelo Comité de Acompanhamento apenas podem receber o financiamento FEDER do Programa. Um mesmo projecto não pode

⁸⁴ Ver Regulamento FEDER 1080/2006, Art. 17-1

ser financiado em simultâneo por mais de um Programa Operacional ou outros programas de financiamentos comunitários.⁸⁵

- (420) O financiamento FEDER às actividades do projecto não pode ser superior a 65% da totalidade das despesas elegíveis. Salvo disposição em contrário em casos devidamente justificados, a taxa de financiamento FEDER do projecto aprovado pelo Comité de Acompanhamento deve ser aplicada de forma uniforme em todas as despesas incorridas na execução do mesmo projecto.

VI.E.3. Pagamentos aos beneficiários

- (421) A Autoridade de Gestão deve enviar uma 'Carta de Concessão' ao Chefe de Fila de um projecto aprovado a fim de confirmar a decisão do Comité de Acompanhamento,⁸⁶ incluindo as condições impostas para a execução do projecto, bem como o montante máximo de financiamento FEDER atribuído ao projecto. Além disso, a Carta de Concessão deve recordar ao Chefe de Fila do projecto as suas responsabilidades legais e financeiras.
- (422) Os Chefes de Fila apresentarão um relatório de actividade e um pedido de pagamento regularmente. Esses documentos devem ser verificados em função da Carta de Outorga e do pedido aprovado, a fim de manter a consistência entre as actividades e as despesas declaradas com o plano de acção e o orçamento do projecto aprovado.
- (423) O Chefe de Fila deve assegurar que todos os pedidos de pagamento foram certificados em conformidade com o sistema estabelecido pelos Estados-Membros, verificando a entrega de bens ou serviços objecto do co-financiamento do FEDER (ver Secção VI.E.4.b).
- (424) Se estas condições forem cumpridas, a Autoridade de Gestão recomendará à Autoridade de Certificação que proceda ao pagamento. Caso contrário, devem ser adoptadas todas as medidas para obter esclarecimentos prévios sobre o pedido de pagamento.

VI.E.4. Controlos e auditorias

VI.E.4.a. Responsabilidade

- (425) Por decisão conjunta no âmbito do Programa Operacional, as autoridades nacionais de cada Estado-Membro que participa no Programa concordaram em serem administrativamente responsáveis pelas despesas e co-financiamento do FEDER.
- (426) Nos termos do número 3 do Artigo 17.º do Regulamento FEDER 1080/2006, se o Chefe de Fila do projecto não conseguir obter o reembolso por parte de outro parceiro de um montante indevidamente pago, o Estado-Membro onde esse parceiro está localizado deve reembolsar a Autoridade de Certificação pelo montante indevidamente pago a esse parceiro.

⁸⁵ Pode ocorrer que uma organização apresente a sua candidatura aos fundos da UE em mais do que um programa, para financiar totalmente ramos de actividades de um mesmo esquema complexo. Nesse caso, o esquema deve ser dividido em projectos claramente distintos, que podem ser submetidos como candidaturas separadas, cada uma num programa diferente. A mesma actividade não pode, como é óbvio, estar incluída em mais do que um plano de projecto de trabalho. Para além disso, os projectos, apesar da sua natureza de complementaridade, devem ser auto-suficientes: a implementação de um, não pode depender da aprovação de outro. Um exemplo típico de um esquema aceitável é um projecto de cooperação transnacional dedicado à fertilização cruzada de actividades levadas a cabo por outros projectos, já aprovados ao nível regional.

⁸⁶ Em alternativa, o Comité de Pilotagem estabelecido pelo Comité de Acompanhamento.

- (427) Os Estados-Membros serão responsáveis pelo orçamento de Assistência Técnica na proporção da sua contribuição para o mesmo.

VI.E.4.b. Validação das despesas do projecto

- (428) Nos termos do Artigo 16.º do Regulamento FEDER 1080/2006, cada Estado-Membro deve estabelecer um sistema de controlo capaz de verificar o fornecimento de bens e serviços do projecto co-financiados pelo investimento FEDER, a solidez das despesas declaradas e a sua conformidade com as normas comunitárias e nacionais.
- (429) Os Estados-Membros que participam no programa designarão um “responsável pelo controlo”⁸⁷ responsável pela verificação da legalidade e da regularidade das despesas declaradas por cada parceiro de projecto e deverão certificar-se de que a referida validação é realizada no prazo de três meses.⁸⁸

VI.E.4.c. Auditorias

- (430) Nos termos do número 1 do Artigo 62.º do Regulamento Geral 1083/2006, a Autoridade de Auditoria deve apresentar à Comissão no prazo de nove meses após a aprovação do Programa Operacional, uma estratégia de auditoria. Esta estratégia identificará os organismos responsáveis pela execução das auditorias, o método geral de auditoria a adoptar, o método de amostragem a aplicar com vista às verificações pontuais e o plano de auditorias indicativo a fim de garantir que os principais organismos serão auditados e que as auditorias ocorrerão ao longo de todo o período de programação.
- (431) Nos termos do Artigo 18.º do Regulamento de Execução 1828/2006, a estratégia de auditoria deve ser actualizada e renovada anualmente e, se necessário, durante o ano.

VI.E.5. Irregularidades e correcções financeiras

- (432) Nos termos do número 1 do Artigo 98.º do Regulamento Geral 1083/2006, cada Estado-Membro tem responsabilidade de primeira instância na investigação de eventuais irregularidades, devendo actuar sempre que seja detectada uma alteração significativa que afecte a natureza ou as condições de implementação ou controle dos projectos do Programa e efectuar as correcções financeiras necessárias.
- (433) Sem prejuízo da responsabilidade dos Estados-Membros pela detecção e correcção de irregularidades e pela recuperação de montantes indevidamente pagos,⁸⁹ a Autoridade de Certificação, em conformidade com o número 2 do Artigo 17.º do Regulamento FEDER 1080/2006, deve assegurar que qualquer montante pago em resultado de uma irregularidade seja recuperado.
- (434) A Autoridade de Gestão deve assegurar que o Comité de Acompanhamento é periodicamente informado sobre todas as irregularidades detectadas e todas as correcções financeiras realizadas. A Autoridade de Gestão e a Autoridade de Auditoria apresentarão propostas ao Comité de Acompanhamento para melhorar a gestão do programa e para verificar se o sistema é adequado.

⁸⁷ Tal como se define na alínea 2 do Art. 76 do Regulamento Geral 1083/2006.

⁸⁸ Ver Art. 16-2) do Regulamento FEDER 1080/2006

⁸⁹ Ver Art. 70-1)(b) do Regulamento Geral 1083/2006.

VI.F. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE

- (435) Nos termos do número 1 do Artigo 69.º do Regulamento Geral 1083/2006, os Estados-Membros que participam no Programa e a Autoridade de Gestão asseguram a informação e a publicidade relativas aos projectos do Programa. A informação destina-se aos cidadãos da UE e aos beneficiários, com o objectivo de realçar o papel da Comunidade e de assegurar a transparência das intervenções do Fundo Estrutural.
- (436) A Autoridade de Gestão deve elaborar um plano de comunicação nos termos do número 2 do Artigo 2.º do Regulamento de Execução 1828/2006 e apresentá-lo para aprovação pelo Comité de Acompanhamento. A Autoridade de Gestão deve apresentar o plano de comunicação à Comissão no prazo de quatro meses a contar da data de adopção do Programa.
- (437) As quatro línguas oficiais do Programa são Inglês, Francês, Português e Espanhol. As publicações e documentos formais do Programa serão efectuados nestas línguas. Será fornecida mais informação sobre a utilização das línguas no MIGP.

VI.G. INTERCÂMBIO DE DADOS INFORMATIZADOS COM A COMISSÃO EUROPEIA

- (438) Nos termos do número 3 do Artigo 66.º do Regulamento Geral 1083/2006, o intercâmbio dos dados de acompanhamento do Programa entre a Comissão e a Autoridade de Gestão, em nome dos Estados-Membros, deve ser realizado por meios electrónicos.
- (439) Para este efeito, foi criado pela Comissão um sistema informático - SFC 2007 - que permite o intercâmbio seguro de dados. Todos os documentos (e actualizações) pelos quais as Autoridades do Programa são responsáveis, devem ser registados nesse sistema informatizado. Todos os intercâmbios de dados devem ter uma assinatura electrónica, legalmente reconhecida pelos Estados-Membros e pela Comissão. O sistema informático para intercâmbio de dados deve ser acessível aos Estados-Membros e à Comissão, directamente ou através de uma interface.
- (440) O sistema informático do Programa deve cumprir os requisitos técnicos do sistema SFC 2007 e do sistema português utilizado pela Autoridade de Gestão, para garantir a consistência e integridade entre os dois tipos de processamento de dados.

ANEXOS

1. Glossário
2. Referências documentais
3. Descrição das iniciativas e dos programas relacionados com as prioridades do Programa
4. Qualificação dos objectivos e desempenhos do programa
5. Repartição indicativa da contribuição comunitária por categorias no Programa Operacional
6. Números-chave
7. Mapas

Volumes separados:

- Relatório da avaliação *ex-ante*
- Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica

ANEXO 1 – GLOSSÁRIO

Os termos utilizados no Programa foram definidos na lista seguinte. Muitas definições referem-se ao significado específico do termo na acepção do Programa, nos regulamentos comunitários ou em outras referências k

(441) ACTORES CHAVE

Organismos que devido ao seu sector de actividade e responsabilidades, são susceptíveis de contribuir para a realização de um ou mais objectivos do Programa, independentemente do seu nível de conhecimento ou do seu envolvimento em programas de cooperação anteriores.

(442) BASE INICIAL (ou “dados de base”)

O valor inicial que serve de referência para a medição subsequente dos indicadores.

(443) BOCAGE

Tipo de paisagem rural com pequenos campos fechados por elevamentos de terra baixos ou cobertos por vegetação e/ou uma linha de árvores talhadas. (Definição segundo Brian Goodall [1987] *Dictionary of Human Geography*, Penguin Book.)

(444) CHEFE DE FILA

O parceiro do projecto nomeado pela parceria do projecto para assumir as responsabilidades de "beneficiário principal" definidas no número 1 do Artigo 20.º do Regulamento FEDER 1080/2006.

(445) COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Cooperação entre regiões contíguas do nível NUTS 3 situadas de cada lado de uma fronteira nacional comum (referido no número 1 do Artigo 7.º do Regulamento Geral 1083/2006 e número 1 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006).).

(446) COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

Cooperação entre regiões que pertencem a um vasto grupo transnacional (referido no número 2 do Artigo 7.º do Regulamento Geral 1083/2006 e número 2 do Artigo 6.º do Regulamento FEDER 1080/2006).

(447) FUNDO COMUM DE UMA MASSA CRÍTICA DE MEIOS

Pôr em comum os recursos humanos, técnicos, financeiros ou de outra índole, por parte dos beneficiários para aumentar a sua eficácia e alcançar resultados comuns tangíveis, que continuariam por alcançar se se mantivessem numa base individual. (Em certa medida, equivale à aplicação do princípio «o todo é melhor do que soma das suas partes» a um projecto.

(448) IMPACTO

Alteração no ambiente socio-económico ou natural resultante da execução de uma operação e que não afecta apenas uma parte dos beneficiários dessa operação, mas uma grande parte da população, por exemplo, um PIB superior.

Os **indicadores de impacto** referem-se às consequências de um programa para além dos seus efeitos imediatos.

(449) INDICADOR

A medição de um objectivo a atingir, um recurso mobilizado (“indicador de recurso”), um efeito obtido, um critério de qualidade ou uma variável contextual.

(450) INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA

Um tipo de actividade que consiste na comparação das respectivas práticas dos parceiros do projecto num sector ou política comuns. O intercâmbio de experiência inclui a partilha de dados e de informações, a promoção da compreensão mútua entre os vários parceiros e a sua sensibilização para a diversidade das suas abordagens e culturas, mas sem alterar a situação nas suas respectivas regiões, pelo menos durante a vida do projecto

(451) META

Um objectivo quantificado expresso como um valor a atingir através de um indicador (realização, resultado ou indicador de impacto), normalmente num determinado intervalo de tempo.

(452) PARCEIRO ASSOCIADO

Organismos que contribuem para a implementação de um projecto do Programa sem beneficiar de qualquer financiamento do FEDER (geralmente, empresas com fins lucrativos industriais ou comerciais que não têm direito aos subsídios do FEDER).

(453) QUADRO ESTRATÉGICO

Um plano detalhado aprovado pelo Comité de Acompanhamento do Programa para atingir um objectivo de importância estratégica, que define um conjunto de actividades coordenadas, estrategicamente associadas, incluindo a geração pró-activa, a preparação e a execução de um ou vários projectos específicos.

(454) QUESTÃO TRANSNACIONAL

Uma questão que necessita de cooperação transnacional para ser correctamente resolvida: nem a acção a nível local, regional ou nacional, nem a cooperação transfronteiriça são suficientes para fornecer uma resposta adequada.

(455) REALIZAÇÃO (realizações físicas)

O resultado directo de determinado projecto ou outra operação, por exemplo, os quilómetros construídos de uma rede ferroviária ou o serviço de consultoria fornecido às empresas.

Os **indicadores de realização** estão relacionados com a actividade. São medidos em unidades físicas ou monetárias (por exemplo, o comprimento do via ferroviária construída, número de empresas financeiramente apoiadas, etc.)

(456) RESULTADO

As vantagens obtidas pelos beneficiários de uma operação (por exemplo, parceiros de projectos) através dos seus resultados, tais como a redução do tempo de viagem como resultado da construção da rede ferroviária ou aquisição de conhecimentos como resultado dos serviços de consultoria prestados a empresas.

Os **indicadores de resultados** referem-se ao efeito directo e imediato sobre os beneficiários introduzido por um programa. Fornecem informações sobre as alterações de, por exemplo, comportamento, capacidade ou desempenho dos beneficiários.

(457) SERVIÇO UNIVERSAL

Um determinado serviço mínimo, cuja qualidade está especificada para todos os utilizadores a um preço acessível.

(458) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS

Um tipo de actividade que consiste em medidas concretas adoptadas pelos parceiros de projecto para reformar as suas práticas através da importação de conhecimentos de uma região para outra, provocando uma alteração efectiva nas regiões envolvidas

(459) TRANSPORTE MARÍTIMO DE CURTA DISTÂNCIA

Transporte comercial por via marítima que não atravessa um oceano (definição internacional).

O transporte de mercadorias e de passageiros por mar entre portos situados na Europa entendida em sentido geográfico ou entre esses portos e portos situados em países não europeus, com uma costa num mar fechado limítrofe da Europa (definição UE).

ANEXO 2 – REFERENCIAS DOCUMENTAIS

- (460) BUNDESAMT FÜR BAUWESEN UND RAUMORDNUNG (Maio de 2006), *Projecto OROTE 2.4.2. - Análise integrada dos territórios nacionais e transnacionais com base nos resultados OROTE* - Relatório Final.
- (461) CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO (sem data), *Projecto OROTE 1.2.2. - Redes e serviços de telecomunicações: tendências territoriais e fornecimento básico de infra-estruturas para a coesão territorial* - Relatório Final
- (462) CONFERÊNCIA DAS REGIÕES PERIFÉRICAS MARÍTIMAS DA EUROPA, COMISSÃO ARCO ATLÂNTICO, CELULA DE PROSPECTIVA DAS PERIFERIAS MARÍTIMAS (Novembro de 2005), *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico [EDEA]*
- (463) CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (20 de Setembro de 2005) Regulamento (CE) Nº 1698/2005 *com o apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural* [Regulamento FEADER]
- (464) CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (11 de Julho de 2006), Regulamento (CE) n.º 1083/2006 *que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão e revoga o Regulamento* (CE) n.º 1260/1999, ["Regulamento Geral"]
- (465) CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (27 de Julho de 2006) Regulamento (CE) Nº 1198/2006 *sobre o Fundo Europeu para a Pesca* ["Regulamento FEP"]
- (466) COMISSÃO EUROPEIA (1999), *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário: Rumo ao desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE* (Aprovado no Conselho Informal dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, Potsdam, Alemanha, Maio de 1999), Gabinete das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo
- (467) COMISSÃO EUROPEIA (24 de Outubro de 2005), *Estratégia Temática sobre a Protecção e Conservação do Meio Marinho, comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu* [COM (2005) 504 final]
- (468) COMISSÃO EUROPEIA (24 de Outubro de 2005), *Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política para o meio marinho* (Directiva "estratégia para o meio marinho") [COM(2005) 505 final]
- (469) COMISSÃO EUROPEIA (23 de Janeiro de 2006) *"Indicadores para o acompanhamento e avaliação: um guia prático" Documento de Trabalho Metodológico [X] publicado com vista ao novo período de programação 2007-2013.*
- (470) COMISSÃO EUROPEIA (7 de Julho de 2006), *Livro Verde - Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e os mares* [COM(2006) 275 final, Volume II - Anexo]
- (471) COMISSÃO EUROPEIA (13 de Julho de 2006), *Política de coesão e cidades: a contribuição urbana para o crescimento e emprego nas regiões, Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu* [COM(2006) 385 final]

- (472) COMISSÃO EUROPEIA (13 de Julho de 2006), *Proposta para uma decisão do Conselho relativa às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão* [COM(2006) 386 final]
- (473) COMISSÃO EUROPEIA (8 de Novembro de 2006), “*Regions for Economic Change*”, *Comunicação* [COM(2006) 675 final]
- (474) COMISSÃO EUROPEIA (8 de Dezembro de 2006), *Regulamento (CE) n.º 1828/2006 que estabelece regras para a implementação do Regulamento do Conselho (CE) n.º 1083/2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional* [“Regulamento Implementação”]
- (475) ECOTEC RESEARCH & CONSULTING (2005), *Actualização da avaliação intercalar do programa INTERREG IIIB “Espaço Atlântico”*, resumo do relatório final
- (476) EDATER, com a colaboração da ADE (Dezembro de 2003), *Avaliação intercalar do programa INTERREG IIIB “Espaço Atlântico” 2000-2006*, resumo do relatório final
- (477) EURONET, ROYAL HASKONING, CENTRO EUROPEU PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (sem data), *Projecto OROTE 1.3.2. - Tendências territoriais da preservação da herança da natureza* - Relatório Final
- (478) GEOLOGIAN TUTKIMUSKESKUS (GTK), (sem data) Projecto OROTE 1.3.1 - *Os efeitos espaciais e a gestão dos riscos naturais e tecnológicos na Europa* -
- (479) MISSÃO PERICIAL SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA INTERREG IIIB (2004), *Cooperação transnacional em matéria de segurança marítima, relatório do grupo de peritos, missão realizada pela Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa* (CRPM)
- (480) PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (27 de Junho de 2001), *Directiva 2001/42/CE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente* [“Avaliação Ambiental Estratégica - Directiva AAE”]
- (481) PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (30 de Maio de 2002), *Recomendação (2002/413/EC) respeitante à implementação da Gestão Integrada da Zona Costeira na Europa*
- (482) PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (5 de Julho de 2006), *Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1783/1999*, [“Regulamento FEDER”]
- (483) REDE TRANSNACIONAL ATLÂNTICA, GRUPO DE TRABALHO “ACESSIBILIDADE” (Maio de 2005), *Segurança do transporte e do tráfego marítimo das mercadorias*, Relatório apresentado por Pierre DELFAUD
- (484) REDE TRANSNACIONAL ATLÂNTICA, GRUPO DE TRABALHO “ACESSIBILIDADE” (Abril de 2006), *Transporte intermodal de mercadorias: Portos e hinterlands, transporte marítimo, incluindo transporte marítimo de curta distância*, Relatório final apresentado por Stuart COLE e Armand VILLA.
- (485) REDE TRANSNACIONAL ATLÂNTICA, GRUPO DE TRABALHO “INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA” (Abril de 2006) *Transferência de inovação e tecnologia: o desafio da cooperação*

para as regiões do arco atlântico, Relatório apresentado por Jean-Louis MARTRES, Pierre CAPY, Fernando VIADERO RUEDA, Leire OZERIN ETXEBARRIA, Jean TIROT.

(486) **Web sites:**

(487) Agência Europeia para a Segurança Marítima:

<http://www.emsa.eu.int>

(488) Agência Ferroviária Europeia:

<http://www.era.eu.int>

(489) BEI:

<http://www.eib.europa.eu/>

(490) Comissão Europeia:

- Investigação e Inovação:

http://europa.eu/pol/rd/index_pt.htm

- Ambiente:

http://europa.eu/pol/env/index_pt.htm

- Assuntos Marítimos:

<http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/>

- Política Regional:

http://ec.europa.eu/regional_policy/

- Transportes:

<http://ec.europa.eu/transport/>

(491) Espaço Atlântico (2007-2013, Programas INTERREG IIC e IIIB):

www.interreg-atlantique.org/fr

(492) Programa para o Espaço Atlântico 2007-2013:

www.coop-atlantico.com

(493) FEI:

<http://www.eif.europa.eu/>

(494) IDABC:

<http://europa.eu.int/idabc/>

(495) OROTE:

www.espon.eu

(496) Rede Transnacional Atlântica:

www.rta-atn.org

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DAS INICIATIVAS E DOS PROGRAMAS RELACIONADOS COM AS PRIORIDADES DO PROGRAMA

Prioridade 1

- 7.º PQIDT
- Programa-Quadro de Competitividade e Inovação
- Programa “Empreendedorismo e Inovação”
- Iniciativa JEREMIE (*Joint European Resources for Micro and Medium Enterprises* - recursos europeus conjuntos destinados às empresas de micro a média dimensão)
- Operações do BEI e FEI.
- Iniciativa "*Regions for Economic Change*".

Prioridade 2

- Estratégia temática para a protecção e conservação do meio marinho (que tem igualmente em conta a [proposta para uma] Directiva que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política para o meio marinho)
- Livro Verde sobre o futuro da Política Marítima
- Operações FEP
- Programa europeu sobre as alterações climáticas e Livro Verde sobre energia
- Estratégia europeia a favor de uma energia segura, competitiva e sustentável
- Programa “Energia Inteligente para a Europa”
- Redes Transeuropeias de Energia (“TEN-Es”)
- Sistema europeu de comércio de quotas de emissão em conformidade com a Directiva RCE (Regime do Comércio de Emissões)
- Sexto Programa Comunitário de Acção em matéria de Ambiente e respectivas estratégias temáticas
- Programa Natura 2000
- Programa LIFE+

- Orientações estratégicas para o desenvolvimento rural e as operações do FEADER
- Intervenções do BEI e FEI
- Recomendação GIZC 2002/413/CE

Os projectos da Prioridade 2.1 devem também empenhar-se na coordenação das suas acções com as da Agência Europeia para a Segurança Marítima.

Prioridade 3

- Livro Branco sobre a Política Europeia de Transportes
- Livro Verde sobre a formação justa e eficaz de preços dos transportes
- Eixos prioritários da Rede Transeuropeia de Transportes (TEN-T)
- Marco Polo II
- Auto-estradas do mar
- Arranque rápido
- Operações do BEI e do FEI

Os projectos da prioridade 3 devem também empenhar-se na coordenação das suas acções com as da Agência Ferroviária Europeia.

Prioridade 4

- Intervenções do FEDER no âmbito do desenvolvimento urbano sustentado referido no Artigo 8.º do Regulamento 1080/2006
- Orientações estratégicas para o desenvolvimento rural e operações do FEADER
- Programa-quadro europeu para o intercâmbio de experiência e boas práticas para executar e desenvolver o trabalho do programa URBACT (anunciado na Comunicação da Comissão COM (2006) 385 de 13 de Julho de 2006 sobre a política de coesão e as cidades)
- Programa CIVITAS II
- Programa IDABC (prestação de serviços pan-europeus de administração em linha [e-government])
- Estratégica temática para o ambiente urbano no âmbito do Sexto Programa de Acção em matéria de Ambiente
- Operações do BEI e FEI
- Iniciativa “*Regions for Economic Change*”.

ANEXO 4 – QUANTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS E DESEMPENHOS DO PROGRAMA

No presente anexo descrevem-se os indicadores de realização, de resultados e de impacto a utilizar para efeitos de acompanhamento do Programa Operacional. Os detalhes respeitantes à interpretação exacta de cada indicador, bases de cálculo e metas a atingir são definidos no âmbito da descrição do sistema de gestão e controlo do Programa.

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

No quadro seguinte apresenta-se o conjunto de 9 indicadores de realização, que aferem sobre os resultados imediatos alcançados directamente pelos beneficiários:

Código	Descrição do indicador	Subdivisões
0101	Número de projectos	4
0102	Número de parceiros	7
0103	Número de parceiros associados	1
0104	Postos de trabalho (equivalentes a tempo inteiro) criados para o desenvolvimento e execução de projectos	3
0105	Investimento realizado pelos projectos	1
0106	Número de pessoas participantes em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	3
0107	Número de entidades representadas em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	6
0108	Número de publicações realizadas pelos projectos	7
0109	Intensidade de cooperação	3

INDICADORES DE RESULTADOS

No quadro seguinte apresenta-se o conjunto de 9 indicadores de resultados, que aferem sobre vantagens que directa e indirectamente são conseguidas pelos beneficiários:

Código	Descrição do indicador	Subdivisões
0201	Número de projectos EA gerados na base de outros projectos pré-existent	1
0202	Número de projectos EA que tencionam lançar novos projectos	1
0203	Número de projectos EA que tencionam gerar novas redes	1
0204	Número de programas influenciados no quadro da implementação dos projectos	5
0205	Número de políticas influenciadas no quadro da implementação dos projectos	5
0206	Criação de emprego (equivalente a tempo inteiro) induzido pela implementação dos projectos	1
0207	Investimento induzido pela implementação dos projectos	1
0208	Número médio de visitas mensais ao website do Programa	2
0209	Número de projectos que decidiram continuar a cooperar após a sua conclusão	1

INDICADORES DE IMPACTO

No quadro seguinte apresenta-se o conjunto de 6 indicadores de impacto, que aferem sobre benefícios potencialmente induzidos junto de outras partes interessadas, e o alargamento do impacto do Programa para além dos seus beneficiários directos:

Código	Descrição do indicador	Subdivisões
0301	Audiência do Programa nos vários sectores da administração central	1
0302	Audiência do Programa nas autoridades regionais	1
0303	Audiência do Programa nas autoridades locais	3
0304	Audiência do Programa no sector da investigação e da formação/educação	1
0305	Audiência do Programa no sector das organizações sem fins lucrativos	1
0306	Audiência do Programa nas empresas privadas	1

QUANTIFICAÇÃO DOS INDICADORES

No quadro seguinte sintetizam-se por indicador, as categorias em que se subdividem, a unidade de medida a aplicar e se são quantificados ao nível de prioridade:

Código	Descrição do Indicador	Unidade	Desagregação por prioridade
0101a	Número de projectos aprovados	Nº	Sim
0101b	Número de projectos concluídos	Nº	Sim
0101c	Número de agrupamentos de projectos	Nº	Não
0101d	Número de quadros de referência estratégica lançados	Nº	Não
0102a	Número de parceiros com estatuto de autoridade pública	Nº	Sim
0102b	Número de parceiros com estatuto de entidade transfronteiriça transnacional	Nº	Sim
0102c	Número de parceiros com estatuto de organização sem fins lucrativos	Nº	Sim
0102d	Número de parceiros com estatuto de centro de investigação/educação	Nº	Sim
0102e	Número de parceiros com estatuto de empresa pública	Nº	Sim
0102f	Número de parceiros com estatuto de empresa privada	Nº	Sim
0103	Número de parceiros associados	Nº	Sim
0104	Postos de trabalho (equivalentes a tempo inteiro) criados para o desenvolvimento e execução de projectos	Nº	Sim
0104a	Postos de trabalho (equivalentes a tempo inteiro) criados para o desenvolvimento e execução de projectos - postos ocupados por uma mulher	Nº	Sim
0104b	Postos de trabalho (equivalentes a tempo inteiro) criados para o desenvolvimento e execução de projectos - postos ocupados por um homem	Nº	Sim
0105	Investimento realizado pelos projectos	€	Sim

Código	Descrição do Indicador	Unidade	Desagregação por prioridade
0106	Número de pessoas participantes em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	Nº	Sim
0106a	Número de pessoas participantes em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos - mulheres	Nº	Sim
0106b	Número de pessoas participantes em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos - homens	Nº	Sim
0107	Número de entidades representadas em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	Nº	Sim
0107a	Número de autoridades públicas representadas em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	Nº	Sim
0107b	Número de órgãos transfronteiriços ou transnacionais representados em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	Nº	Sim
0107c	Número de organizações sem fins lucrativos representadas em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	Nº	Sim
0107d	Número de centros de investigação/formação representados em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	Nº	Sim
0107e	Número de empresas representadas em reuniões e eventos transnacionais organizados pelos projectos	Nº	Sim
0108	Número de publicações realizadas pelos projectos	Nº	Sim
0108a	Número de publicações de projectos - relatórios de estudo intermédios	Nº	Sim
0108b	Número de publicações de projectos - relatório de estudo finais	Nº	Sim
0108c	Número de publicações de projectos - artigos na imprensa ou em revistas especializadas e comunicações em congressos e conferências	Nº	Sim
0108d	Número de publicações de projectos - Número de newsletters realizadas	Nº	Sim
0108e	Número de publicações de projectos - manuais, guias e catálogos	Nº	Sim
0108f	Número de publicações de projectos - brochuras, desdobráveis e outras publicações de sensibilização	Nº	Sim
0109a	Intensidade de cooperação - número de projectos de transferência de know-how	Nº	Sim
0109b	Intensidade de cooperação - número de projectos pondo em comum uma massa crítica de recursos	Nº	Sim
0109c	Intensidade de cooperação - número de projectos abordando problemáticas transnacionais	Nº	Sim
0201	Número de projectos EA gerados na base de outros projectos pré-existent	Nº	Sim
0202	Número de projectos EA que tencionam lançar novos projectos	Nº	Sim
0203	Número de projectos EA que tencionam gerar novas redes	Nº	Sim
0204	Número de programas influenciados no quadro da implementação dos projectos	Nº	Sim
0204a	Número de programas influenciados no quadro da implementação dos projectos - programas UE	Nº	Sim
0204b	Número de programas influenciados no quadro da implementação dos projectos - programas nacionais	Nº	Sim
0204c	Número de programas influenciados no quadro da implementação dos projectos - programas regionais	Nº	Sim

Código	Descrição do Indicador	Unidade	Desagregação por prioridade
0204d	Número de programas influenciados no quadro da implementação dos projectos - programas locais	Nº	Sim
0205	Número de políticas influenciadas no quadro da implementação dos projectos	Nº	Sim
0205a	Número de políticas influenciadas no quadro da implementação dos projectos - políticas EU	Nº	Sim
0205b	Número de políticas influenciadas no quadro da implementação dos projectos - políticas nacionais	Nº	Sim
0205c	Número de políticas influenciadas no quadro da implementação dos projectos - políticas regionais	Nº	Sim
0205d	Número de políticas influenciadas no quadro da implementação dos projectos - políticas locais	Nº	Sim
0206	Criação de emprego (equivalente a tempo inteiro) induzido pela implementação dos projectos	Nº	Sim
0207	Investimento induzido pela implementação dos projectos	€	Sim
0208a	Número médio de visitas mensais à página de projectos website do Programa	Nº	Sim
0208b	Número médio de visitas mensais à página geral do website do Programa	Nº	Não
0209	Número de projectos que decidiram continuar a cooperar após a sua conclusão	Nº	Sim
0301	Audiência do Programa nos vários sectores da administração central	Nº	Não
0302	Audiência do Programa nas autoridades regionais	Nº	Não
0303	Audiência do Programa nas autoridades locais	Nº	Não
0303a	Audiência do Programa nas autoridades locais de zonas urbanas	Nº	Não
0303b	Audiência do Programa nas autoridades locais de zonas rurais	Nº	Não
0304	Audiência do Programa no sector da investigação e da formação/educação	Nº	Não
0305	Audiência do Programa no sector das organizações sem fins lucrativos	Nº	Não
0306	Audiência do Programa nas empresas privadas	Nº	Não

ANEXO 5 – REPARTIÇÃO INDICATIVA DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR CATEGORIA NO PROGRAMA OPERACIONAL

[Cf. § (329)]

N.º de referência da Comissão: _____

Nome do programa:

Cooperação Transnacional ESPAÇO ATLÂNTICO 2007-2013

Data da última decisão da Comissão relativa ao Programa Operacional em causa:

__/__/__

(em euros)

(em euros)

(em euros)

Dimensão 1 Tema prioritário		Dimensão 2 Forma de financiamento		Dimensão 3 Território	
Código	Montante	Código	Montante	Código	Montante
*	**	*	**	*	**
01	1 094 082	01	104 051 233	09	104 051 233
02	1 094 082				
03	2 735 205				
04	2 735 205				
05	2 188 164				
06	3 149 314				
07	2 188 164				
08	1 641 123				
09	2 188 164				
11	4 643 744				
13	572 706				
14	1 653 955				
15	1 653 955				
16	1 843 363				
17	1 843 363				
18	1 843 363				
19	1 843 363				
24	286 353				
25	859 060				
26	2 416 069				
27	1 843 363				
28	1 843 363				
29	1 843 363				
30	2 765 044				

* As categorias devem ser codificadas para cada dimensão utilizando a classificação normalizada.

** Montante estimado da contribuição comunitária para cada categoria

Dimensão 1 Tema prioritário		Dimensão 2 Forma de Financiamento		Dimensão 3 Território	
Código	Montante	Código	Montante	Código	Montante
*	**	*	**	*	**
39	2 639 335				
40	1 508 191				
41	1 885 239				
42	3 016 383				
43	1 508 191				
44	2 080 897				
45	1 508 191				
46	1 508 191				
47	2 080 897				
48	2 367 251				
49	1 508 191				
50	859 060				
51	3 393 431				
52	859 060				
53	8 672 101				
54	1 508 191				
55	715 883				
56	1 508 191				
57	2 083 485				
58	1 431 766				
59	1 431 766				
60	1 431 766				
61	1 431 766				
62	1 367 602				
63	1 367 602				
64	1 367 602				
85	5 563 074				
86	680 000				
Total	104 051 233	Total	104 051 233	Total	104 051 233

* As categorias devem ser codificadas para cada dimensão utilizando a classificação normalizada.

** Montante estimado da contribuição comunitária para cada categoria.

Código	Tema	% P1	FEDER P1	% P2	FEDER P2	% P3	FEDER P3	% P4	FEDER P4	% TA	FEDER TA	TOTAL FEDER
01	Actividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em centros de investigação	4	1 094 082									1 094 082
02	Infraestruturas de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e centros de competências numa tecnologia específica	4	1 094 082									1 094 082
03	Transferência de tecnologia e redes de cooperação entre empresas, ensino superior, centros de investigação e autoridades regionais	10	2 735 205									2 735 205
04	Assistência à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, particularmente nas PME.	10	2 735 205									2 735 205
05	Serviços de suporte técnico para (grupos) de firmas	8	2 188 164									2 188 164
06	Assistência às PME para a promoção de produtos ecológicos e processos de produção	6	1 641 123	4	1 508 191							3 149 314
07	Investimento em empresas ligadas directamente à investigação e à inovação	8	2 188 164									2 188 164
08	Outros investimentos em empresas	6	1 641 123									1 641 123
09	Outras medidas para estimular a investigação, inovação e espírito empresarial nas PME	8	2 188 164									2 188 164
11	TIC	6	1 641 137	4	1 508 210	5	921 684	4	572 713			4 643 744
13	Serviços e aplicações para o cidadão							4	572 706			572 706
14	Serviços e aplicações para as PME	5	1 367 602					2	286 353			1 653 955
15	Outras medidas para melhorar o acesso e a eficácia na sua utilização das TIC pelas PME	5	1 367 602					2	286 353			1 653 955

Código	Tema	% P1	FEDER P1	% P2	FEDER P2	% P3	FEDER P3	% P4	FEDER P4	% TA	FEDER TA	TOTAL FEDER
16	Caminhos de ferro					10	1 843 363					1 843 363
17	Caminhos de ferro (RTE-T)					10	1 843 363					1 843 363
18	Trunfos carris móveis					10	1 843 363					1 843 363
19	Trunfos carris móveis (RTE-T)					10	1 843 363					1 843 363
24	Pistas cicláveis							2	286 353			286 353
25	Transportes urbanos							6	859 060			859 060
26	Transportes multimodais					10	1 843 363	4	572 706			2 416 069
27	Transportes multimodais (RTE-T)					10	1 843 363					1 843 363
28	Sistemas de transporte inteligentes					10	1 843 363					1 843 363
29	Aeroportos					10	1 843 363					1 843 363
30	Portos					15	2 765 044					2 765 044
39	Energia eólica			7	2 639 335							2 639 335
40	Energia solar			4	1 508 191							1 508 191
41	Energia de biomassa			5	1 885 239							1 885 239
42	Outras energias renováveis			8	3 016 383							3 016 383
43	Eficiência energética, co-produção, gestão da energia			4	1 508 191							1 508 191
44	Gestão de detritos domésticos e industriais			4	1 508 191			4	572 706			2 080 897

Código	Tema	% P1	FEDER P1	% P2	FEDER P2	% P3	FEDER P3	% P4	FEDER P4	% TA	FEDER TA	TOTAL FEDER
45	Gestão e distribuição de água (água potável)			4	1 508 191							1 508 191
46	Tratamento das águas (águas usadas)			4	1 508 191							1 508 191
47	Qualidade do ar			4	1 508 191			4	572 706			2 080 897
48	Prevenção e Controlo integrado da Poluição			4	1 508 191			6	859 060			2 367 251
49	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas			4	1 508 191							1 508 191
50	Reabilitação de estabelecimentos industriais e de terras contaminadas							6	859 060			859 060
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza			9	3 393 431							3 393 431
52	Promoção de transportes urbanos limpos							6	859 060			859 060
53	Prevenção dos riscos			23	8 672 101							8 672 101
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir os riscos			4	1 508 191							1 508 191
55	Promoção dos activos naturais							5	715 883			715 883
56	Protecção e desenvolvimento do património natural			4	1 508 191							1 508 191
57	Outra assistência para desenvolver serviços turísticos	5	1 367 602					5	715 883			2 083 485
58	Protecção e preservação do património cultural							10	1 431 766			1 431 766
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais							10	1 431 766			1 431 766
60	Outra assistência para desenvolver serviços culturais							10	1 431 766			1 431 766
61	Projectos integrados para a regeneração urbana e rural							10	1 431 766			1 431 766

Código	Tema	% P1	FEDER P1	% P2	FEDER P2	% P3	FEDER P3	% P4	FEDER P4	% TA	FEDER TA	TOTAL FEDER
62	Desenvolvimento de um sistema e estratégias de aprendizagem continua nas empresas; (...) promovendo o espírito empresarial e a inovação	5	1 367 602									1 367 602
63	Design e disseminação de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	5	1 367 602									1 367 602
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em relação com a reestruturação de sectores e de empresas, desenvolvimento de sistemas para antecipar mudanças económicas e exigências futuras em termos de emprego e de qualificações	5	1 367 602									1 367 602
85	AT: preparação, implementação, controlo e inspecção									89	5 563 074	5 563 074
86	AT: avaliação e estudos ; informação e comunicação									11	680 000	680 000
TOTAL		100	27 352 061	100	37 704 800	100	18 433 632	100	14 317 666	100	6 243 074	104 051 233

ANEXO 6 - NUMEROS-CHAVE

[Cf. § (25) & (26)]

A. Demografia / Área de superfície

População e dimensão das regiões elegíveis

Código NUTS	Nome	População			Variação pop.	Tamanho	Densidade
		1995	2000	2005	1995-2005		
					%	[km²]	2003 [hab/km²]

UE25	UE25	452927808	459113792	(a)		3959022	117,5
------	------	-----------	-----------	-----	--	---------	-------

ES	Espanha						
ES11	Galiza	2719536	2684551	2712162	-0,3	29574	91,4
ES12	Principado de Asturias	1084286	1063156	1059133	-2,3	10604	100
ES13	Cantabria	528851	531072	551085	4,2	5321	101,9
ES21	País Vasco	2084996	2070279	2103441	0,9	7235	289,1
	Comunidade Foral de						
ES22	Navarra	530913	546692	580616	9,4	10391	54,7
ES61	Andalucía						
ES612	Cádiz	1096656 (c)	1120836 (c)	1135344 (b)	3,5	7440	152,6
ES615	Huelva	452143 (c)	462632 (c)	468926 (b)	3,7	10128	46,3
ES618	Sevilla	1642613 (c)	1710788 (c)	1751693 (b)	6,6	14036	124,8
TOTAL		10139994	10190006	10362400	2,2	94729	108,5

FR	França						
FR23	Haute-Normandie	1771034	1785908	1797791 (b)	1,5	12317.4	146,1
FR25	Basse-Normandie	1408316	1427246	1437355 (b)	2,1	17589.3	81,8
FR51	Pays de la Loire	3145757	3246389	3334014 (b)	6,0	32081.8	104,3
FR52	Bretagne	2840680	2923952	2994078 (b)	5,4	27207.8	110,5
FR53	Poitou-Charentes	1619284	1648623	1679123 (b)	3,7	25809.5	65,3
FR61	Aquitaine	2855720	2930605	3016239 (b)	5,6	41308.4	73,4
TOTAL		13640 791	13962723	14258600	4.5	156314.2	90,3

IE	Irlanda						
IE01	Border, Midland and Western	994235	996085	1098144	10,5	33252	33,1
IE02	Southern and Eastern	2660476	2781678	3011029	13,2	36545	80,8
TOTAL		3654711	3777763	4109173	12,4	69797	56,5

PT	Portugal						
PT11	Norte	3541805	3621210	3727310	5,2	21287	174
PT15	Algarve	349658	375841	411468	17,7	4996	80,5
PT16	Centro	2276261	2312390	2376609	4,4	28199	83,8
PT17	Lisboa	2593283	2643253	2760697	6,5	2935	952,1
PT18	Alentejo	767593	764653	767679	0,0	31551	24,4
Total		9528600	9717347	10043763	5,4	88968	111,1

RU	Reino Unido	(d)					
UKD1	Cumbria	490228	492976	488513	-0,3	13591.5	71,9
UKD2	Cheshire	976855	984830	986079	0,9	4674.1	424,5
UKD3	Greater Manchester	2578149	2582612	2513468	-2,5	2561.9	1968,2
UKD4	Lancashire	1425019	1428727	1421912	-0,2	6144.8	465,5
UKD5	Merseyside	1430799	1407045	1361009	-4,9	1300.2	2083,2
	Gloucestershire, Wiltshire						
UKK1	and North Somerset	2120076	2185350	2170827	2,4	15068.2	288,3
UKK2	Dorset and Somerset	1155316	1188385	1199751	3,8	12207.8	197,6
	Cornwall and Isles of						
UKK3	Scilly	964319	495914	508412 (b)	5,0 (d)	7122	144,2
UKK4	Devon	2116161	1078142	1082287 (b)	0,8 (d)	13410.4	162,6
	West Wales and The						
UKL1	Valleys	3752225	1872243	1860436 (b)	-1,3 (d)	26221	142,4
UKL2	East Wales	2081136	1072485	1058287 (b)	-2,6 (d)	15280	139,9
UKM3	South Western Scotland	2360979	2340294	2280775	-3,4	13033	175
UKM4	Highlands and Islands	372338	367382	369929	-0,6	39777.3	9,3
UKN0	Northern Ireland	1645336	1697775	1696641	3,1	14160.4	120,3
TOTAL		19083241	19194160	18998326 (b)	-1,0	184552.6	103,5
TOTAL DO PROGRAMA		56047337	56841999	57772262	3,1	594361	96,4

(a) 2004; (b) 2003; (c) valores interpolados; (d) variação estimada da população devido à alteração da definição das regiões entre 1995 e 2000

B. Produto Interno Bruto e Emprego

Código	Nome	PIB	PIB	PIB	PIB	PIB	PIB	Crescimento PIB	Taxa emprego	Taxa desemprego
		1995	1995	1999	1999	2003	2003	2003	2004	2004
		PPS	PPS	PPS	PPS	PPS	PPS		a partir dos 15 anos	a partir dos 15 anos
		[Milhões de PPP]	UE= 100	[Milhões de PPP]	UE= 100	[Milhões de PPP]	UE= 100			

UE25	UE25	6947274.2	100	8486384.5	100	9953329.3	100	:	51,4	9,2
------	------	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	---	------	-----

ES	Espanha									
ES11	Galicia	30019.5	71,3	37838.4	74,9	45028.2	76,6	2,5	45,5	13,6
ES12	Principado de Asturias	12932.3	77	15564.4	77,7	19137.7	83	2,2	41,2	10,4
ES13	Cantabria	6678.6	81,4	8671.9	86,9	11115.4	94,3	2,2	47,1	10,5
ES21	País Vasco	33784	104,6	44452.5	114,2	54878.5	120,7	2,5	50,4	9,7
ES22	Comunidad Foral de Navarra	9109.6	110,3	11680.4	114	15219.5	123,1	3,0	53,5	5,5
ES61	Andalucía	71251.6		92055.9		120847.3				
ES612	Cádiz	10716.8	69,1	13446.6	70,1	18332.7	72,3			22,7
ES615	Huelva	4712.5	74,6	6122.4	73,2	7961.4	74,9			16,0
ES618	Sevilla	17512.8	68,8	22236.3	70	29032.7	73,4			17,4
TOTAL		196717.7		252068.8		321553.4				

FR	França									
FR23	Haute-Normandie	29504.5	107,4	35063.2	104,5	39517.1	100,9	1,3	53,5	8,5
FR25	Basse-Normandie	21380.4	97,8	25550.4	95,4	29053.2	92,7	1,5	50,8	7,6
FR51	Pays de la Loire	49234.8	100,7	60752.5	99,9	74068	102,2	1,4	54,1	7,8
FR52	Bretagne	42365.7	96	52878.3	96,5	63013.8	96,7	1,3	50,5	7,1
FR53	Poitou-Charentes	23853.6	94,9	28725.1	92,9	34330.3	93,9	1,2	50,2	8,4
FR61	Aquitaine	45112.5	101,7	55855.1	101,9	66900.5	101,4	0,2	48,2	10,5
TOTAL		211451.5		258824.6		306882.9				

IE	Irlanda									
IE01	Border, Midland and Western	11058.4	74,2	16441.9	88,4	21348.5	92,5	:	56,5	4,7
IE02	Southern and Eastern	44008.7	107,4	69517	133,8	95034	149,2	:	58,6	4,5
TOTAL		55067.1		85958.9		116382.5				

PT	Portugal									
PT11	Norte	35128.1	63,8	44585.1	65,6	46188.9	57,4	-2.5	57,8	7,7
PT15	Algarve	4251.9	78	5723.3	81,7	6874.6	78,7	0.0	56,5	5,5
PT16	Centro	22434.1	63,5	29382.1	67,7	31482.1	61,3	-1.2	63,2	4,3
PT17	Lisboa	42928.1	106,6	57321.6	115,6	61831	104,3	-0.5	55,6	7,6
PT18	Alentejo	8015.1	67,4	9963.6	69,3	11086.9	66,4	0.1	51,6	8,8
TOTAL		112757.3		146975.7		157463.5				

RU	Reino Unido									
UKD1	Cumbria	7674.2	101,9	8223.6	90,5	9793.8	91,9	9,5	61,1	4,0
UKD2	Cheshire	18430.9	122,8	22949.8	126,4	26856	124,9	-1,1	59,7	3,1
	Greater									
UKD3	Manchester	39529.7	99,8	49725.8	104,4	59942.9	109	2,9	57,9	4,6
UKD4	Lancashire	21485.6	98,2	24945.9	94,7	30059.5	96,8	2,0	58,2	4,3
UKD5	Merseyside	17033.6	77,5	20320.2	78,3	25312.2	85,3	2,8	54,1	5,4
	Gloucestershire,									
UKK1	Wiltshire & North	37403.3	114,9	50303.3	124,8	63611.4	133,5	3,2	62,9	3,3
	Somerset									
	Dorset &									
UKK2	Somerset	16432.2	92,6	20995.7	95,8	24984.6	95,3	3,6	58,7	2,4
	Cornwall and									
UKK3	Isles of Scilly	5032.6	68,1	6181.6	67,6	8453.3	75,8	4,1	57,7	4,0
UKK4	Devon	15387.5	94,9	17667.8	88,9	20466.5	86,4	-1,9	57,5	3,4
	West Wales and									
UKL1	The Valleys	23064.1	80,1	25598.7	74,2	30764.9	75,8	1,1	52,9	5,2
UKL2	East Wales	17561.5	109,9	22094.7	111,7	27705.3	119,1	4,9	59,9	3,4
	South Western									
UKM3	Scotland	36809.5	101,5	43623.8	100,6	53053.5	107	3,1	56,2	6,7
	Highlands and									
UKM4	Islands	4837.1	84,6	5858.9	85,9	6681.1	83,2	4,5	57,3	4,8
UKN0	Northern Ireland	22363	88,3	28291.9	90,5	34357.5	92,8	2,2	54,7	5,0
	TOTAL	283044.8		346781.7		422042.5				
TOTAL DO PROGRAMA		859038.4		1090609.7		1324324.8				

ANEXO 7 – MAPAS

MAPA 1

[Cf. § (22)]

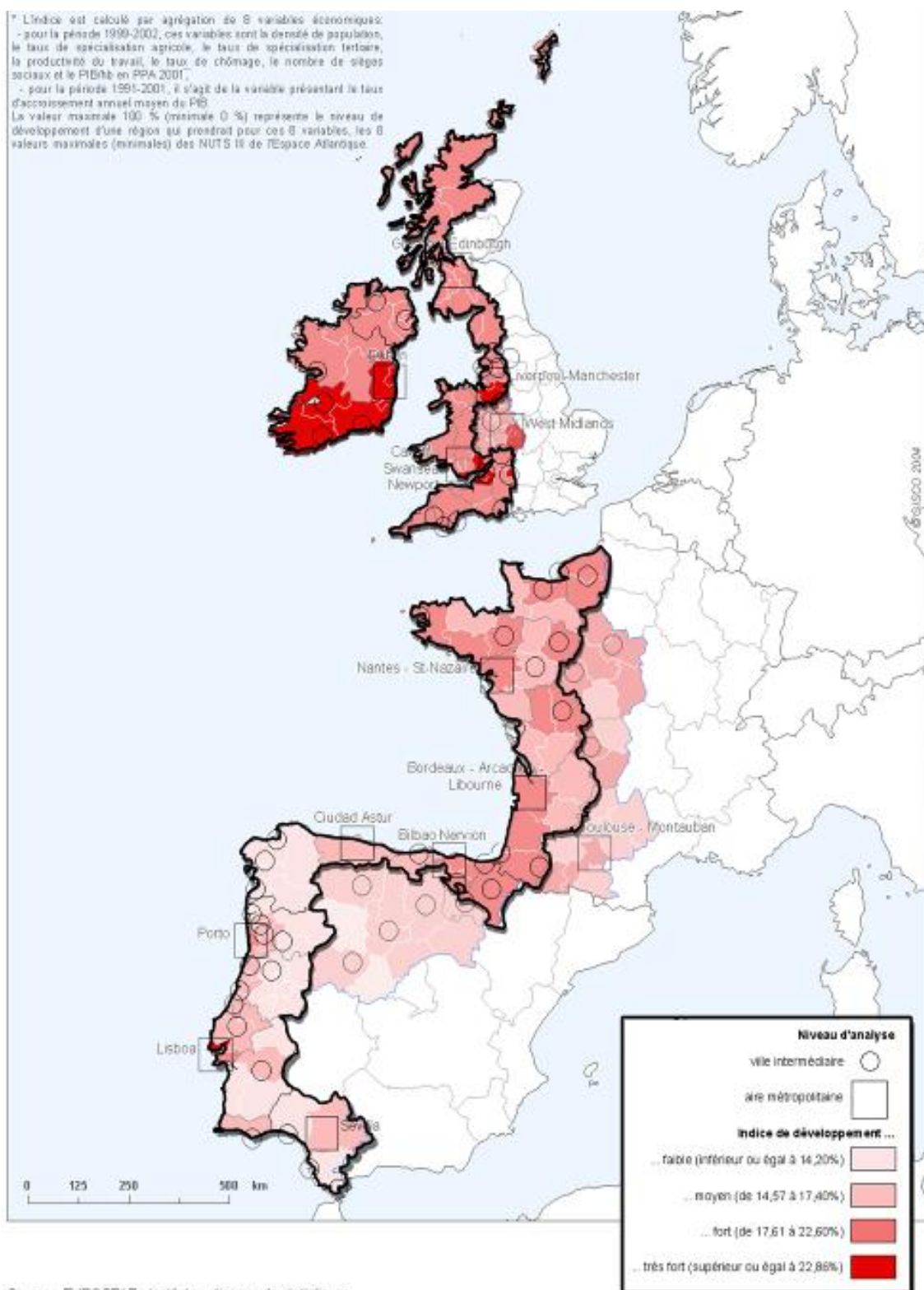
ESPAÇO DE COOPERAÇÃO DO PROGRAMA



MAPA 2

[Cf. § (28)]

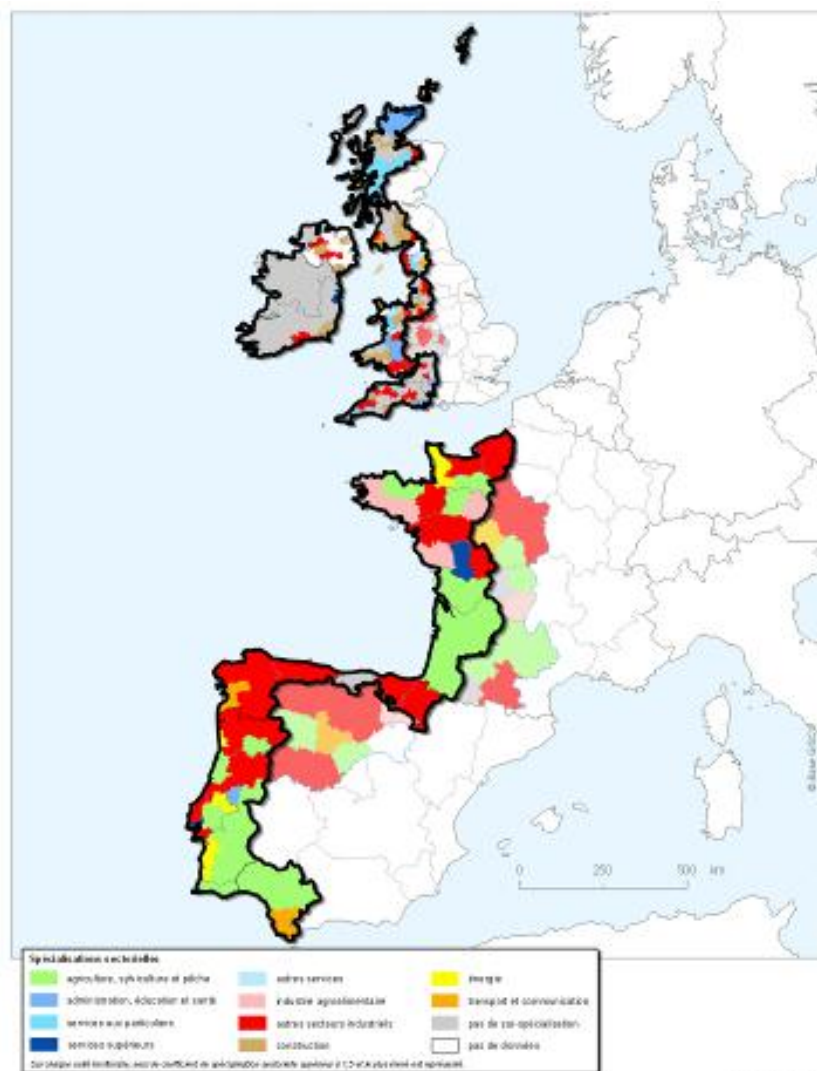
ESPAÇO ATLÂNTICO: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RELATIVO



MAPA 3A

[Cf. § (34)]

ESPAÇO ATLÂNTICO: ESPECIALIZAÇÕES SECTORIAIS DOMINANTES



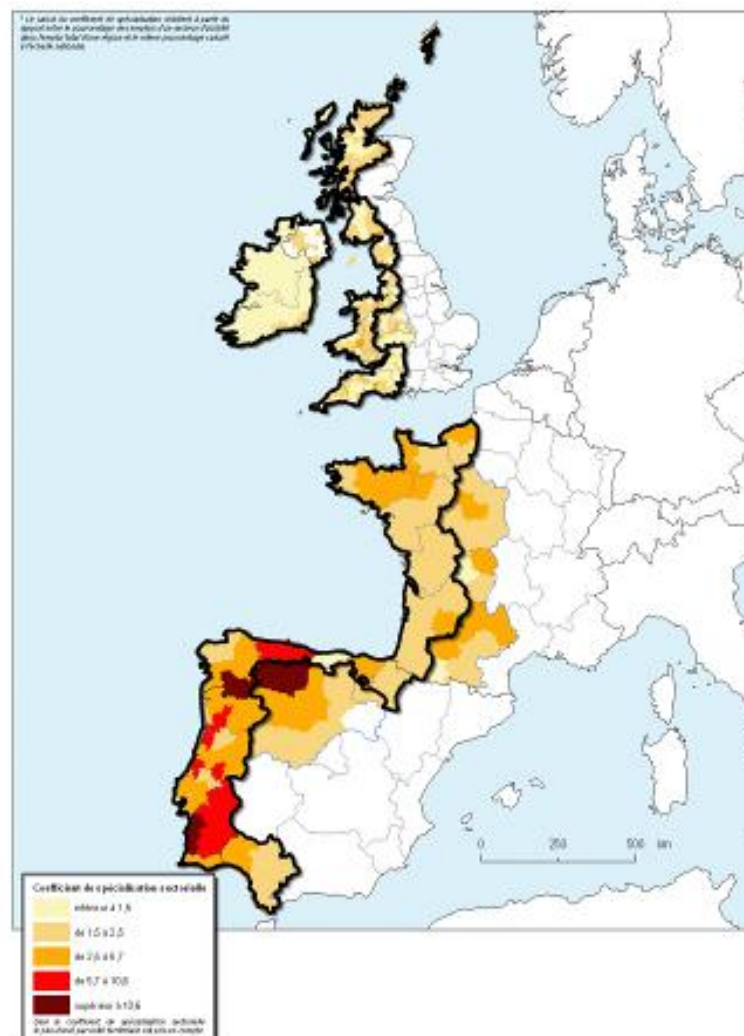
Source: Institut statistique national

© IAAT 2005

MAPA 3B

[Cf. § (34)]

ESPAÇO ATLÂNTICO: COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL



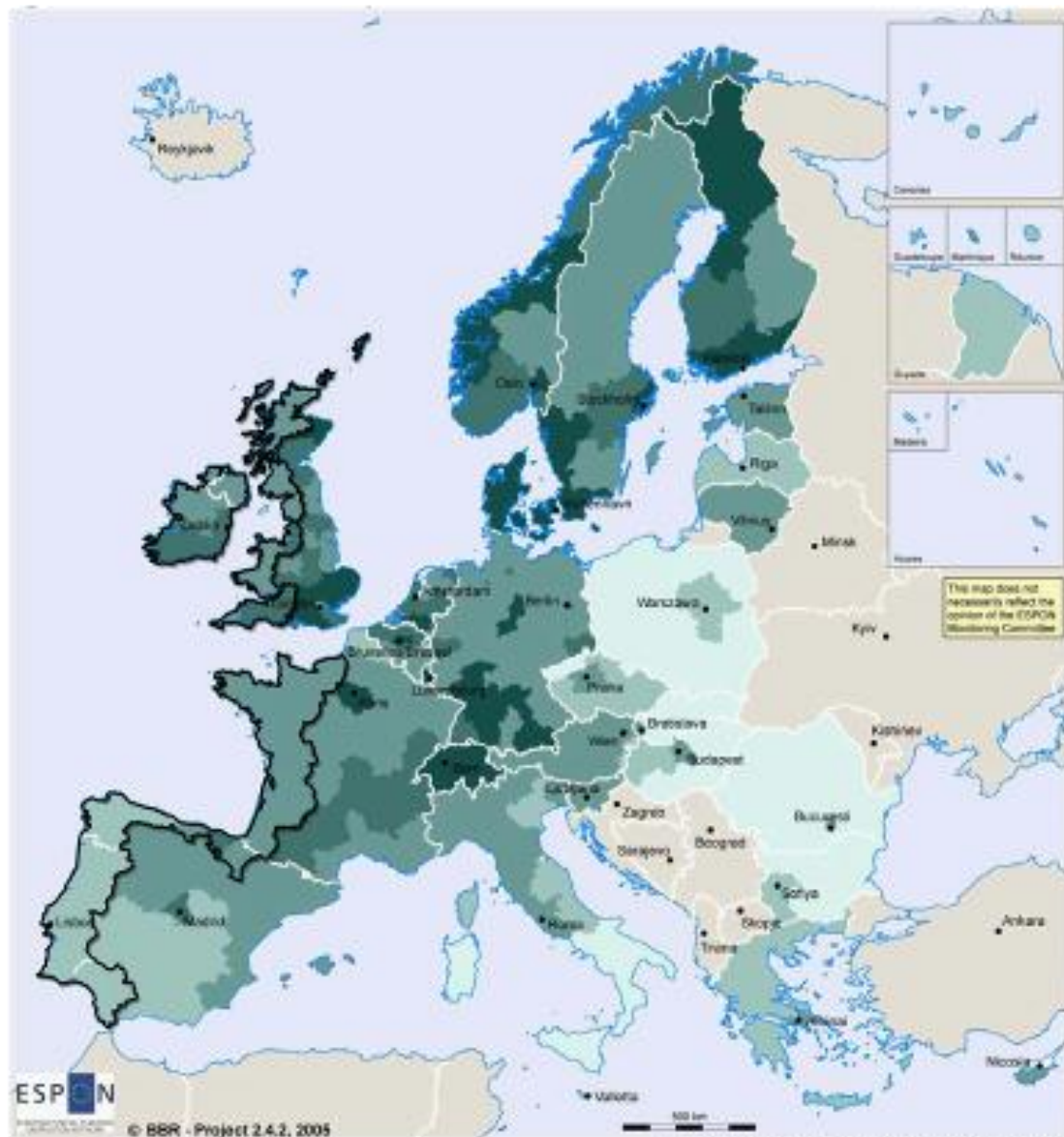
Source: Institut statistique national

© IAAT 2005

MAPA 4

[Cf. § (43)]

ESTRATÉGIA DE LISBOA: DESEMPENHO DAS REGIÕES EUROPEIAS



Degree of Lisbon performance as an aggregate of 5 indicators:

- Productivity (GDP per person employed 2002) +
- Employment rate (Employed population / population aged 15-64 2003) +
- Expenditure on R&D (Expenditure on R&D / Total GDP 2001) +
- R&D Business Enterprise Sector (Personnel / 1,000 active person 2001) +
- High educated population (Highly educated population / total educated population 2002) +

- Below average
- Moderately below average
- Average
- Moderately above average
- Above average

© EuroGeographics Association for administrative boundaries
Regional level: NUTS 2
Origin of data: ESPON 2.4.2 BBR, own calculations
Cyprus: data for government controlled areas only
Source: ESPON database

Standardised based on the European mean value

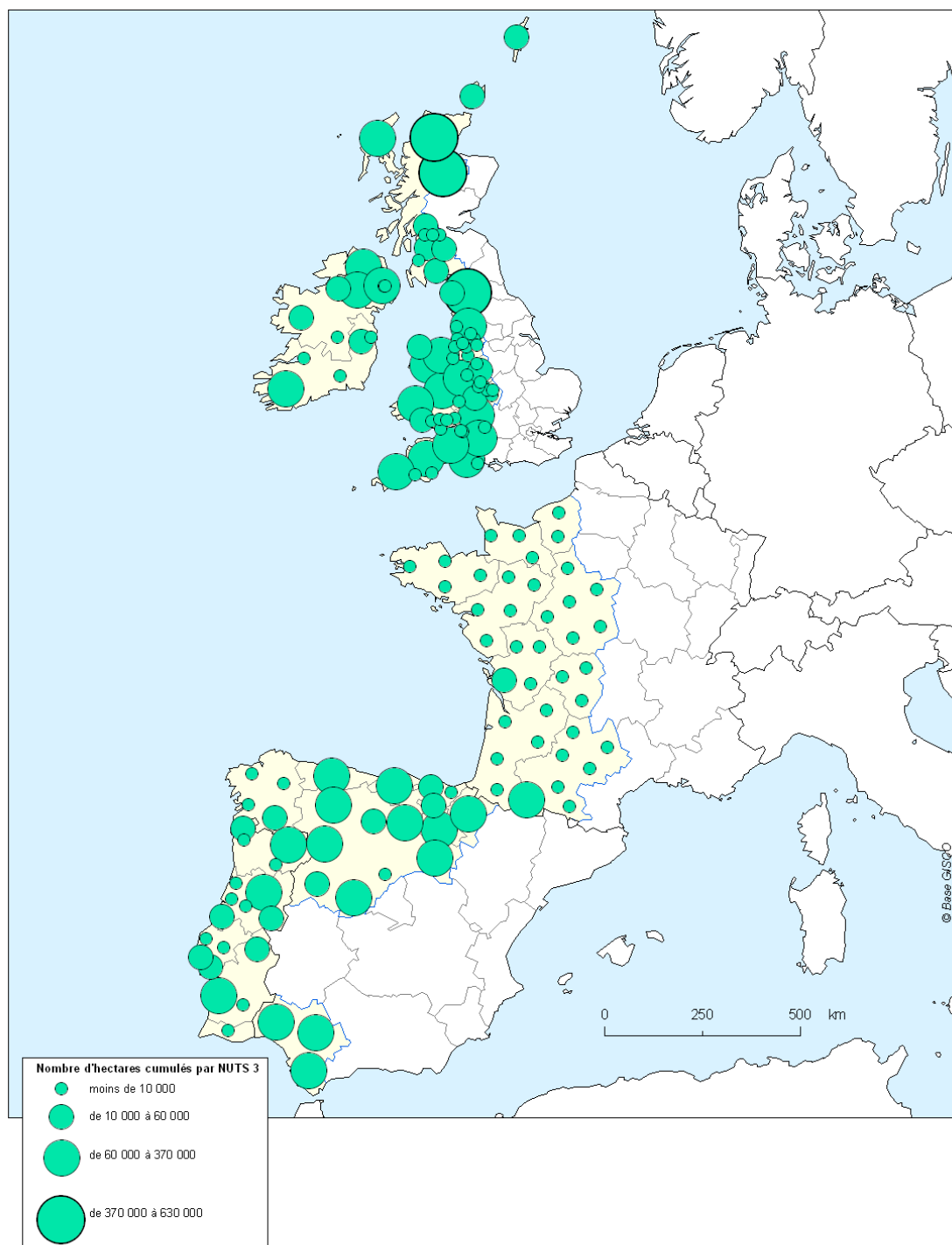
MAPA 5

[Cf. § (51)]

ZONAS PROTEGIDAS NO ESPAÇO ATLÂNTICO

ESPACE ATLANTIQUE

Zones protégées * : sites désignés au niveau national



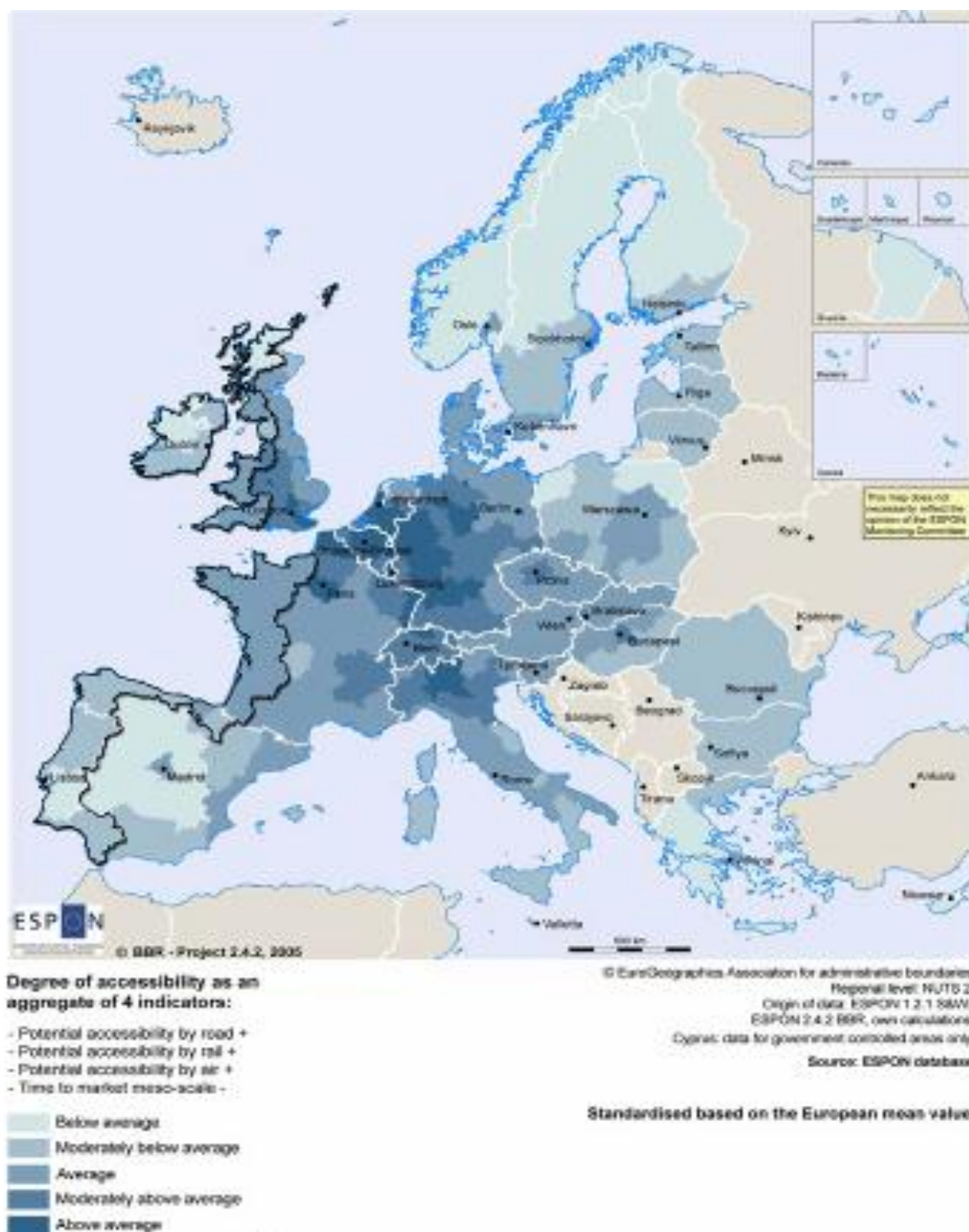
Source : European Topic Centre on Nature Protection and Biodiversity. Date of delivery: 08/02/2005

© IAAT 2005

MAPA 6

[Cf. § (72)]

ACESSIBILIDADE DAS REGIÕES EUROPEIAS



MAPA 7

[Cf. § (75)]

CONECTIVIDADE POR ESTRADA DAS ZONAS URBANAS



Source : www.vierichs.de/fr

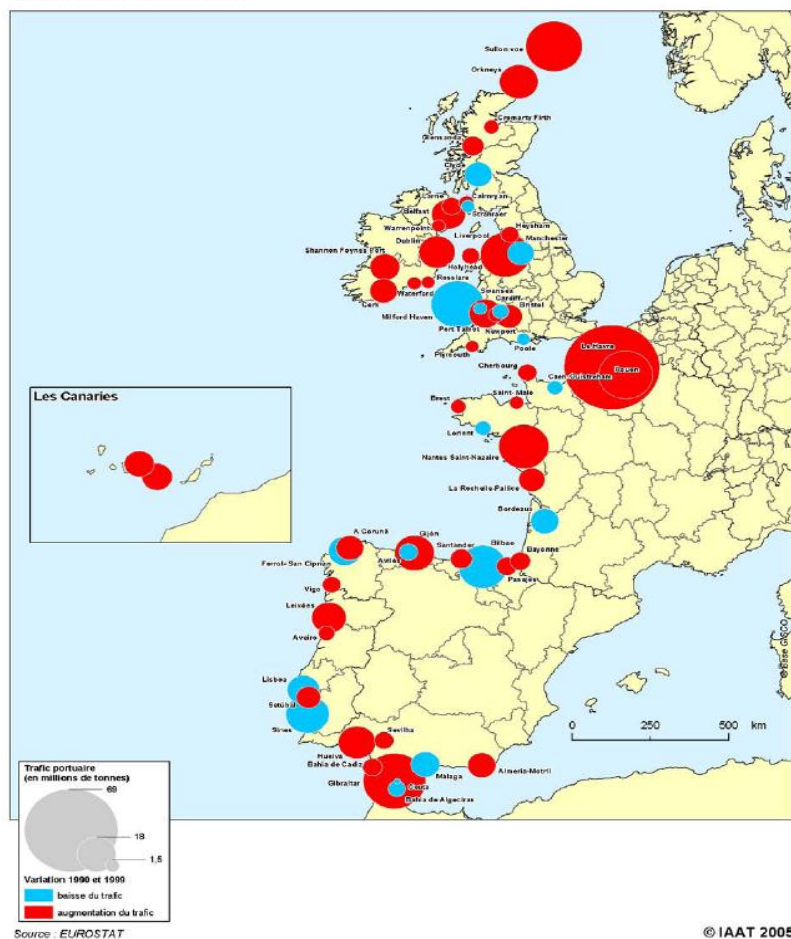
© IAAT 2006

MAPA 8

[Cf. § (80)]

PORTOS DE MAR E VARIAÇÃO DO TRÁFICO DE 1990-1999

ESPACE ATLANTIQUE
Localisation des ports et
variation du trafic entre 1990 et 1999

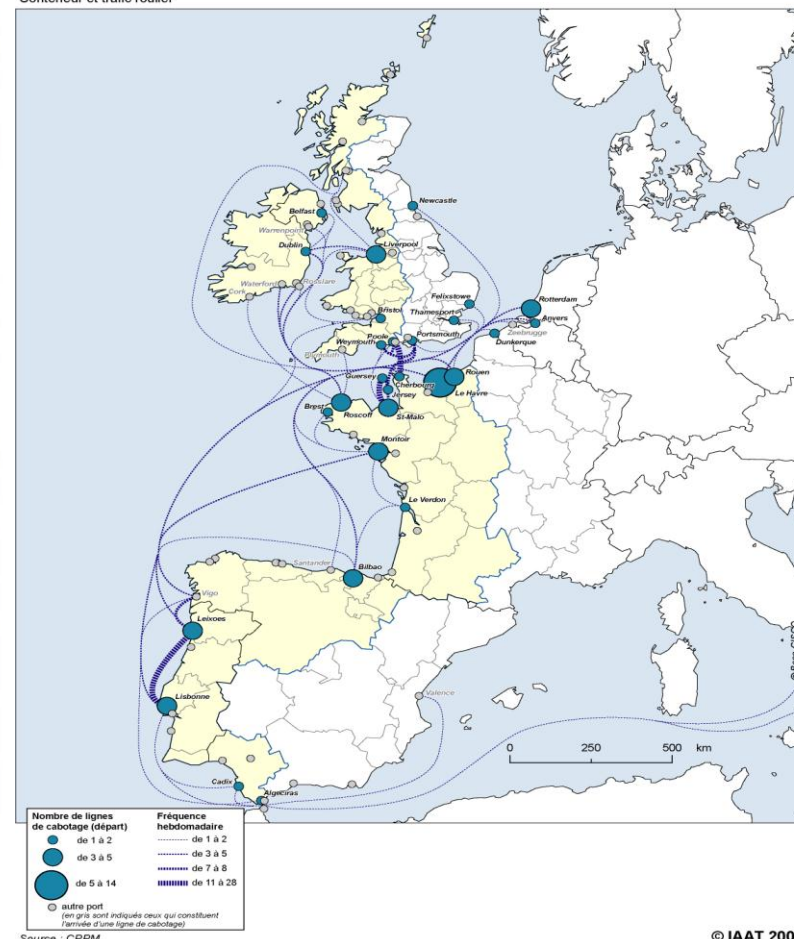


MAPA 9

[Cf. § (80)]

ROTAS DE TMCD (ABRIL DE 2005)

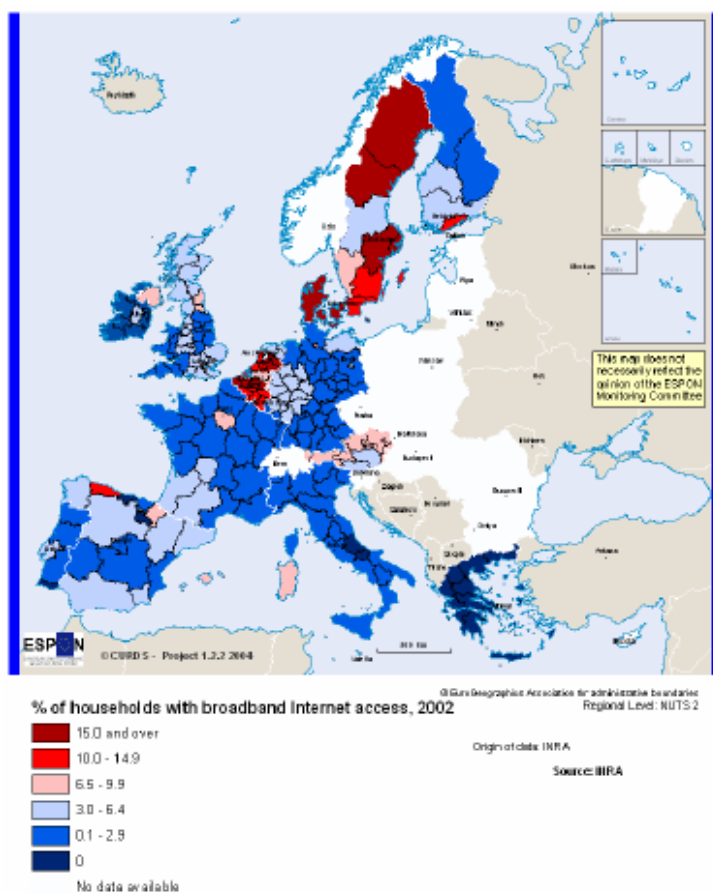
ESPACE ATLANTIQUE
Lignes de cabotage desservant des ports atlantiques (avril 2005)
Conteneur et trafic roulier



MAPA 10

[Cf. § (86)]

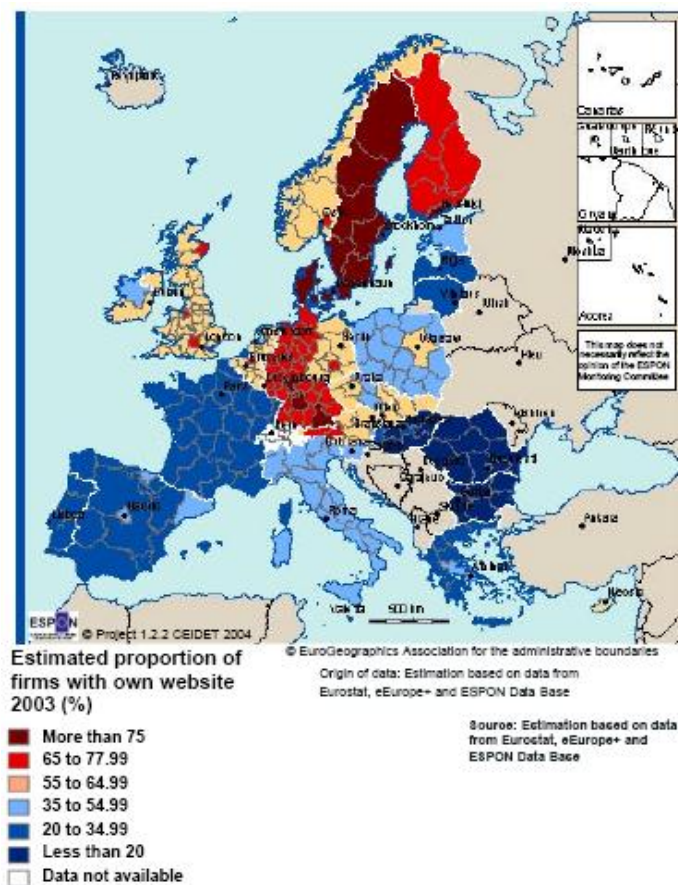
PERCENTAGEM DE CASAS COM ACESSO A INTERNET DE BANDA LARGA, 2002



MAPA 11

[Cf. § (86)]

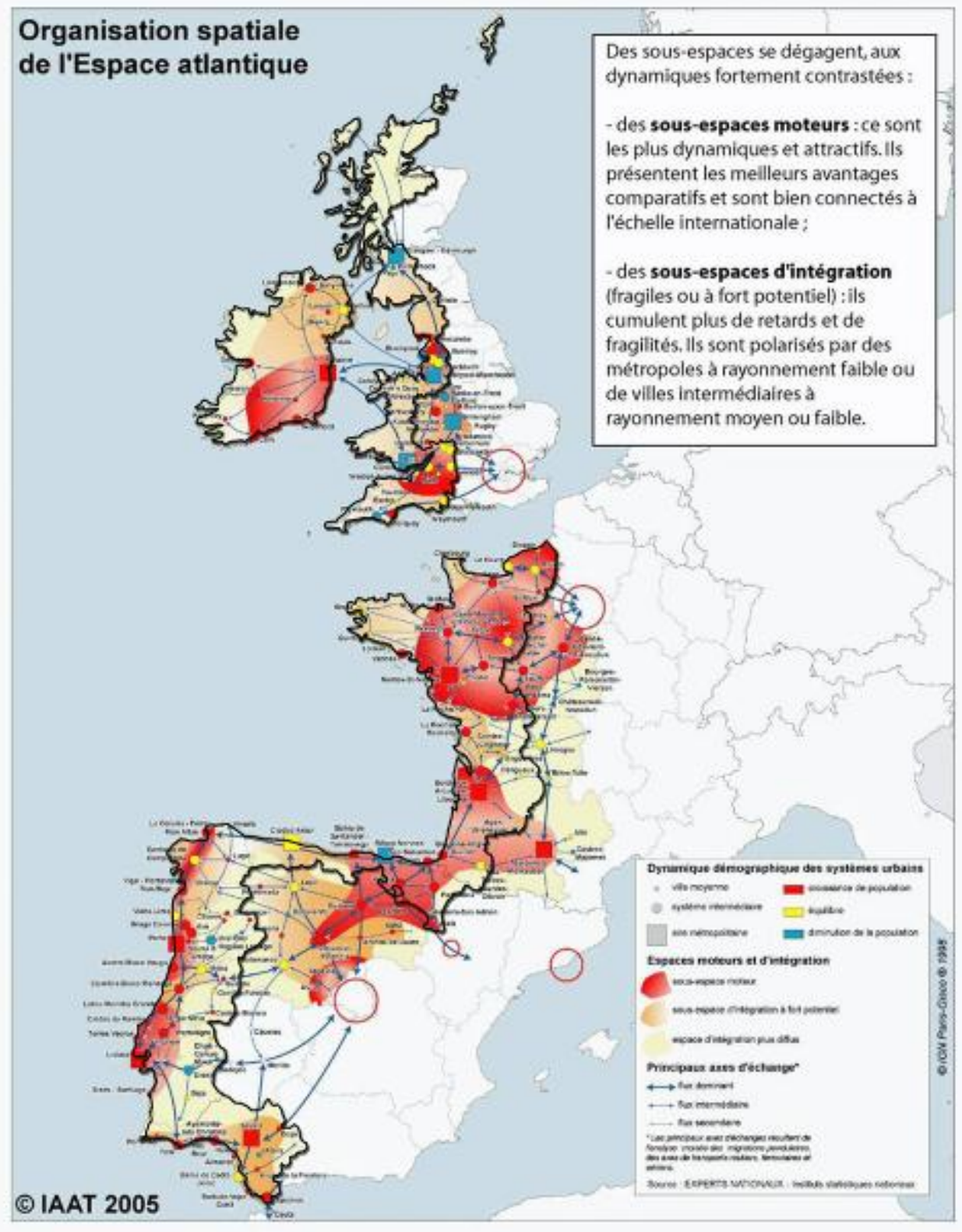
PROPORÇÃO ESTIMADA DE EMPRESAS COM A SUA PRÓPRIA PÁGINA WEB



MAPA 12

[Cf. § (91)]

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ESPAÇO ATLÂNTICO



VOLUMES SEPARADOS (CONSULTAR O SÍTIO WEB)

A. Relatório da avaliação ex ante

B. Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)